



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional da Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

**“NAS ONDAS DO RÁDIO”: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA EM
COMUNICAÇÃO VISANDO À PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES E À DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DE PAZ**

Gilvani Pereira Grangeiro

**Rio de Janeiro
Março de 2017**



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional da Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

**“NAS ONDAS DO RÁDIO”: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA EM
COMUNICAÇÃO VISANDO À PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES E À DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DE PAZ**

Gilvani Pereira Grangeiro

Dissertação apresentada à Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Saúde da Criança e da Mulher.

Orientadora: Profa. Dra. Suely Ferreira Deslandes

**Rio de Janeiro
Março de 2017**

Grangeiro, Gilvani Pereira.

“NAS ONDAS DO RÁDIO”: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA EM COMUNICAÇÃO VISANDO À PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E À DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DE PAZ /Gilvani Pereira Grangeiro. - Rio de Janeiro, 2017. 195 f.; il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro - RJ, 2017.

Orientadora: Suely Ferreira Deslandes.

Bibliografia: f. 154-159

1. violência familiar, . 2. criança; adolescentes; 3. Radialistas; 4. comunicação e saúde . I. Título.

CIP - Catalogação na Publicação

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Biblioteca da Saúde da Mulher e Criança/ICICT/IFF com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Antônia Grangeiro Pereira e José Pereira Gil, raízes vitais e suportes de incentivos necessários no percurso da vida. *“O estudo é a maior herança que eu deixo pra vocês. Aqui em casa só não estuda quem não quiser”* (Dito do meu pai).

À minha orientadora Suely Deslandes, por sua sutileza no orientar, pela disponibilidade e apoio constantes em todas as etapas desse caminhar na produção do conhecimento. Interesse, simplicidade e dedicação a definem.

A todas as crianças e adolescentes que testemunham vivenciando o descumprimento do artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente. *“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”* Lei (8.069/90).

AGRADECIMENTOS

A Deus, como referência de fé e acesso direto durante todo o meu percurso.

Aos meus irmãos e sobrinhos, pelo incentivo e confiança em mim depositados.

A Mano, um primo irmão, pelas escutas, discussões e comentários sobre o meu trabalho, além de torcedor nato.

Aos professores do Mestrado, pela entrega fácil do saber acumulado e pela abertura da trajetória que percorri nesses dois anos.

Sou grata, em todos os sentidos, à equipe de consultores Rachel Niskier, Mara Régia, Kiki Castelo Branco e Celso Rabelo pela dedicação incondicional ao projeto.

A Mariana Simões e Cátia Nunes pelo envolvimento muito além da Coordenação administrativa. Contar com vocês fez toda diferença.

Aos radialistas, por concederem tempo às oficinas e pela receptividade e disponibilidade em participar da pesquisa.

As colegas de turma, pela cumplicidade nos momentos de insegurança e ansiedade, mas também nos momentos de diversão e boas gargalhadas.

A Dinéia Palma, amiga de longa data e boas conversas pelo carinho que me acolhe em sua casa.

À equipe da Ouvidoria do SUS do Ministério da Saúde Flavia Sobrinho, Lorena Ferreira e o grupo de teleatendentes, pelo pronto atendimento e envolvimento com a pesquisa. Valeu!!

À equipe da CGSCAM, colegas de trabalho e torcida organizada, pelo projeto *Nas ondas do rádio*, que continuou durante o mestrado e agora, na espera dos resultados.

Agradeço a Paulo Bonilha, à época, Coordenador-Geral da Saúde da Criança e Aleitamento Materno, por acreditar e apoiar o projeto *Nas ondas do rádio*.

À Coordenação Geral de Doenças e Agravos não Transmissíveis, Marta Silva pela disponibilidade em participar das oficinas e sua equipe por disponibilizar os dados estatísticos sempre que necessário.

Ao Ministério da Saúde, por compreender e assumir que o conhecimento é o caminho mais curto para qualificar o atendimento do SUS e por me ofertar esta oportunidade de acesso ao mestrado.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABERT	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
ABRACO	Associação Brasileira de Rádios Comunitárias
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ALAIC	Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación
ANDI	Agência de Notícias dos Direitos da Infância
ASCOM	Assessoria de Comunicação
BEMFAM	Sociedade Civil Bem-estar Familiar do Brasil
CBT	Código Brasileiro de Telecomunicações
CGDANT	Coordenação-Geral de Doenças e Agravos não Transmissíveis
CGSAJ	Coordenação-Geral de Saúde dos Adolescentes e Jovens
CGSCAM	Coordenação-Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno
CIB	Comissão Intergestores Bipartite
CID 10	Classificação Internacional de Doenças
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONASEMS	Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
CONASS	Conselho Nacional de Secretários de Saúde
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EBBS	Estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FCEVSCA	Fórum Cearense de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes
FNS	Fundo Nacional de Saúde
GT	Grupo de Trabalho
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IFF	Instituto Nacional de Saúde da Criança, Mulher e Adolescente Fernandes Figueira
ISDS	Instituto de Saúde e Desenvolvimento Social
MC	Ministério das Comunicações
MEB	Movimento de Educação de Base
MS	Ministério da Saúde
NPVPS	Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PBM	Pesquisa Brasileira de Mídia
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica

PNAISC	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança
PNRMAV	Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências
PNRMMAV	Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências
RAS	Redes de Atenção à Saúde
RNPI	Rede Nacional da Primeira Infância
SRC	Serviço de Radiodifusão Comunitária
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

RESUMO

A violência como expressão de certas relações sociais pode apresentar-se na família e na sociedade em geral causando mortes e danos à saúde física, emocional e mental. Contra crianças e adolescentes, a violência familiar vem sendo debatida, tornando público um problema que, por valores sociais e crenças equivocadas, historicamente se manteve no âmbito privado da família. Dada à complexidade desse fenômeno multifacetado, o seu enfrentamento requer ações intersetoriais nos diversos níveis de atenção, e, foi na ação comunitária que se revestiu de esforços o projeto *Nas ondas do rádio, a prevenção da violência contra crianças e adolescentes*, caso desta pesquisa. Associando os campos da comunicação e da saúde, o projeto interveio no nível primário de prevenção começando com a sensibilização de uma categoria profissional que tem ampla penetração e grande capacidade de multiplicação de mensagens – radialistas de rádios comunitárias, escolares, públicas, privadas de todas as regiões do país e da *web*. Realizamos uma pesquisa qualitativa com modelo de investigação de estudo de caso exploratório. Como fontes de dados, utilizamos entrevistas semiestruturadas, documentos referentes ao projeto e materiais produzidos pelos radialistas. O acervo de trabalho consistiu em entrevistas com 58 radialistas e 4 consultores, do texto da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), páginas do *Facebook* sobre o projeto e o conteúdo das peças radiofônicas produzidas pelos participantes. A partir das entrevistas concedidas, o estudo analisou os significados e sentidos presentes nos discursos dos radialistas sobre o projeto, sua condição de comunicador social e a importância da sua função na rede de prevenção de violência contra crianças e adolescentes. Em conclusão, ficou patente o reconhecimento pelos próprios radialistas do seu papel social na prevenção da violência e promoção de uma cultura de paz. O projeto deixou como legado uma rede de 314 radialistas sensibilizados (destes, 294 atuam diretamente com o público ouvinte, sendo os sujeitos desse estudo), uma metodologia testada que pode ser replicada com outros profissionais e um acervo auditivo com 89 peças radiofônicas disponibilizadas aos radialistas participantes, podendo chegar às emissoras de todas as regiões do país, pois a sua construção preservou os traços culturais de cada região brasileira. Sobressaem como aspectos positivos: o baixo custo financeiro desta iniciativa, que adotou a simplicidade para otimizar o poder transformador da comunicação radiofônica, a promoção da interconexão entre os campos da comunicação e saúde e o vigor da metodologia, que pode ser utilizada para a sensibilização do profissional do rádio em temáticas diversas. O projeto acumulou experiências e com elas algumas dificuldades e limitações. Como dificuldade consta a mobilização, considerada a etapa mais difícil do processo, não por falta de diversidade estratégica, mas pelo retorno ao convite que nem sempre correspondeu aos esforços envidados. Os fatores limitantes referem-se aos componentes da avaliação que embora preditos como objetivos, não foram previstos no orçamento e a falta de acompanhamento da inserção das peças na programação das rádios, deixando a ação apenas no campo da informalidade. Essas ausências deixaram patente a necessidade de se preparar um plano formal de monitoramento e avaliação de modo que se possa dispor de resultados contextualizados que expressem a eficiência, eficácia e efetividade do projeto.

Palavras-chave: violência familiar, criança; adolescentes, radialistas, comunicação e saúde

ABSTRACT

Violence as an expression of certain social relations can occur in both families and society in general, making happen deaths and damages to physical, emotional, and mental health. Against children and teenagers, family violence had been discussed in order to make clear a problem that due to social values and wrong beliefs, historically was kept in private familiar field. Once considered the complexity of this phenomenon, the respective coping requires actions of several sectors in the most levels of aid. It was in social action that the project named «On radio waves – prevention of violence against children and teenagers» – Original title: *Nas ondas do rádio – a prevenção da violence contra as crianças e adolescentes* – went ahead, and it is explained here. On joining both fields of health and communication, the Project worked in first-level of prevention, starting by sensitizing a professional class that has a great capacity and conditions to inform people – broadcasters who has worked in public, private, scholar, and community radios all over the country, and via web. We made a qualitative search to investigate a specific case in order to explore it. As data source, we made interviews, papers related to Project and other matters produced by broadcasters. The heap of work was compounded by written interviews with 58 broadcasters, 4 consultants or experts of the pattern of the National policy of total aid to the health of child (PNAISC, Portuguese abbreviation), Facebook pages about Project, and the contents of the radio plays produced by the participants. From written interviews, the study analyzed the means and senses present in speeches of broadcasters on the Project, his or her conditions of a social communicator, and the importance of his/her role in preventing violence against children and adolescents. In short, it was clear the recognition, by own broadcasters, of the social role in preventing violence and the contribution to promotion of a peace culture. The fruits of the Project were 314 broadcasters involved (out of these ones, 294 interact with radio listeners who are the subjects of this study), plus an experimented method which can be replied among other professionals, besides a hearing pile with 89 radio plays available to the broadcasters. All can get to radio stations of all the country, because their building conserved cultural marks of each Brazilian region. It can be shown as positive aspects: the low financial cost, which adopted a simple way to use the changing power of broadcasting, the promotion of interconnection among fields of both communication and health, and the efficiency of methodology, which can be used to the sensibility of the professional of radio regards to several subjects. The respective Project joined experiences, some difficulties, and limits together. As difficulties can be pointed the mobilization, considered the most difficult phase of the process. Not only by the absence of strategic diversity, but also because of answer to the invitation that seldom corresponded to the efforts sent. The limiting factors as regards the components of valuation that in spite of announced as goal were not foreseen in budget, and the absence of attendance of the inset of the plays in the radio programs, letting actions just in the field of informality. Such absences showed the necessity of preparing a formal plan of attendance and valuation so that everyone can see the results in the context, expressing efficiency, efficacy, and effectiveness of the Project.

Keywords: familiar violence, child, teenagers, broadcasters, communication and health

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	14
1.1	Introdução	14
1.2	Justificativa	18
1.3	Objetivo geral	21
1.4	Objetivos específicos	21
CAPÍTULO 2	REFERÊNCIAS TEÓRICAS	22
2.1	Violências familiares	22
2.2	Prevenção da violência	25
2.3	Cultura de paz	29
2.4	Comunicação e saúde	33
2.5	O rádio como mecanismo de ação para a promoção e prevenção em saúde	37
CAPÍTULO 3	METODOLOGIA DO ESTUDO	42
3.1	Método: um estudo de caso	43
3.2	O caso	44
3.3	Sujeitos do estudo	46
3.4	Técnicas e instrumentos	49
3.5	Reflexividade	53
3.6	Procedimentos de análise	54
3.7	Questões éticas	57
CAPÍTULO 4	RESULTADOS - O PROJETO NAS ONDAS DO RÁDIO: CONEXÕES COM A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA CRIANÇA, COMPOSIÇÃO E AÇÕES PREVISTAS	59
4.1	A proposta do projeto <i>Nas ondas do rádio</i>	65
4.2	Estratégias de ação	69
CAPÍTULO 5	CARACTERIZAÇÃO DOS RADIALISTAS E DAS RÁDIOS ENVOLVIDAS	73
5.1	Natureza da rádio, tempo de dedicação e funções exercidas	76
CAPÍTULO 6	A EXPERIÊNCIA DE TRABALHAR COM A PREVENÇÃO DAS VIOLÊNCIAS NA CONCEPÇÃO DOS RADIALISTAS	81
CAPÍTULO 7	EXPLORANDO PRODUTOS E RESULTADOS DO PROJETO NAS ONDAS DO RÁDIO: PRODUTOS E FERRAMENTAS DE MOBILIZAÇÃO GERADAS NO PROJETO	97
7.1	Peças radiofônicas e suas temáticas	97
7.2	Distribuição das peças radiofônicas quanto ao gênero e	

	formatos	102
7.3	<i>A internet como componente de articulação – Facebook</i>	106
7.4	Sobre as metas e resultados	107
7.4.1	Mudança de práticas	108
CAPÍTULO 8	AVALIAÇÃO DOS PONTOS FORTE E FRACOS DO PROJETO	120
CAPÍTULO 9	SUGESTÕES E PERSPECTIVAS DE FUTURO NA PERCEÇÃO DOS RADIALISTAS E CONSULTORES	137
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
	BIBLIOGRAFIA	154
	Apêndice 1 – Roteiro de entrevista em profundidade com os radialistas	161
	Apêndice 2 – Roteiro de entrevista em profundidade com os consultores	162
	Apêndice 3 – Roteiro análise documental – PNAISC	163
	Apêndice 4 – Roteiro análise documental – mídia (CD)	164
	Apêndice 5 – Roteiro análise documental – Rede social <i>Facebook</i>	165
Anexo 1	– Termo de consentimento livre e esclarecido	167
Anexo 2	– Formulário de requerimento de pesquisa	169
Anexo 3	– Pergunta um	171
Anexo 4	– Pergunta dois	173
Anexo 5	– Pergunta três	176
Anexo 6	– Pergunta quatro	178
Anexo 7	– Pergunta cinco	183
Anexo 8	– Pergunta seis - I	186
Anexo 9	– Pergunta seis - II	191
Anexo 10	– Peças radiofônicas	193

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 -	Distribuição de radialistas por regiões.....	4
Tabela 2 -	Distribuição dos participantes do projeto Nas ondas do rádio, segundo idade, sexo e escolaridade dos profissionais atuantes nas mídias radiofônicas (2013 a 2015)	75
Tabela 3 -	Distribuição das peças radiofônicas quanto aos seus temas principais	98
Tabela 4 -	Gêneros radiofônicos	105
Tabela 5 -	Formatos radiofônicos	106
Quadro 1 -	Síntese dos objetivos, técnicas fontes e questões	52
Quadro 2 -	Passo a passo estratégico para implementar a PNAISC	64
Quadro 3 -	Síntese dos gêneros e formatos radiofônicos	104
Figura 1 -	Percurso preparatório para análise qualitativa dos dados	56
Figura 2 -	Representação dos Eixos estratégicos e transversalidade nas Redes de Atenção à Saúde	62
Gráfico 1 -	Participação dos radialistas segundo a natureza das rádios em que atuam, (2013 a 2015), (n=294)	77
Gráfico 2 -	Participação dos radialistas segundo o tempo de atuação em rádio, (2013 a 2015), (n=294)	78
Gráfico 3 -	Participação dos radialistas segundo a função desempenhada na rádio, (2013 a 2015), (n=294)	79

A infância é prioridade!

*A infância é nossa prioridade para o jovem ter oportunidade.
Paz, saúde e educação investir no futuro, colher frutos maduros, respeito ao direito do cidadão,
Articular a rede em nossa sociedade, unindo saber o esforço e a vontade.
Juntos misturados envolvidos na missão de falar pelo rádio o amor irradiado pra criança
acolhimento e proteção, pra criança acolhimento e proteção.*

Assinatura: projeto Nas ondas do rádio – a prevenção da violência contra crianças e adolescentes. Um projeto do Ministério da saúde com apoio desta emissora.

Grupo de radialistas do Ceará

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

1.1 Introdução

A violência, como expressão de certas relações sociais, causa mortes e outros danos à saúde, tais como agravos físicos, emocionais e mentais, afetando a vida das pessoas e da sociedade.⁽¹⁾ Doenças cardíacas, derrames, cânceres e HIV/AIDS são algumas das consequências indiretas ligadas à violência, que ganham potência pela dependência do tabagismo, uso abusivo do álcool, outras drogas e comportamentos sexuais de risco. Essa situação sobrecarrega os sistemas de saúde, de justiça; demandam serviços de assistência social; causam altos gastos financeiros e afetam principalmente mulheres, crianças e idosos.⁽²⁾

Os dados do Relatório da OMS 2014 revelam que um quarto dos adultos sofreu abuso físico na infância; entre as mulheres, uma em cada cinco foi abusada sexualmente na infância; uma em cada três sofreu violência física ou sexual pelo parceiro; entre os idosos, 6% sofreram abuso no último mês.⁽²⁾

No Brasil, em 2014, foram notificados (VIVA/SINAN) 197.252 casos de violência. Desses, 30.324 foram contra crianças de 0 a 9 anos de idade, sendo que 20,9% estavam entre 0 a 1 ano; 40,9%, entre 1 e 4 anos e 38,2%, entre 5 e 9 anos. Sobre o local dos eventos, 73,4% dos casos aconteceram na residência. No caso dos adolescentes de 10 a 19 anos, 53.826 casos foram notificados, sendo que 40,4% das vítimas tinham de 10 a 14 anos e 59,6%, de 15 a 19 anos. Quanto ao local de ocorrência, 56,3% dos casos aconteceram dentro de casa.⁽³⁾

A magnitude da violência ganha visibilidade, através dos dados estatísticos de mortalidade por causas externas, porém, os casos não fatais, crescentes a cada dia, ainda

são subnotificados, escondendo a real morbidade desse agravo contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos.⁽⁴⁾

Considerando o cenário de ocorrência, a família, enquanto núcleo primeiro de socialização dos indivíduos, responsável pela transmissão de valores, costumes e afeto que irão contornar a personalidade e bagagem emocional, é também espaço de disputas que estimulam dúbios sentimentos de “amor/ódio, aliança/competição, proteção/domínio” entre seus membros,⁽⁴⁾ sendo, muitas vezes, o gerador da própria violência contra as crianças e adolescentes.⁽⁵⁾

A despeito de haver evidências de que as condições de vulnerabilidades diminuem a capacidade protetiva das famílias e aumenta o estresse, a literatura demarca claramente que a violência familiar ocorre em todas as classes sociais. Contextos de vulnerabilidade social, econômica e simbólica influenciam o estabelecimento das relações violentas.⁽⁵⁾

Apesar dos altos números da violência, diversos estudos apontam que todas as suas formas são evitáveis, o Relatório da OMS 2014 apresenta algumas estratégias de prevenção que podem diminuir as chances de pessoas cometerem atos de violência ou se tornarem vítimas. Dentre as estratégias estão: a promoção de relações saudáveis; o desestímulo ao consumo nocivo de álcool; a redução do acesso a armas de fogo; a promoção da igualdade de gênero; e a mudança de normas culturais promotora de violências.⁽²⁾

Nesse contexto, o Brasil lançou em 2001 a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências (PNRMAV), visando à promoção da saúde e prevenção da violência. Essa política apresenta-nos um conjunto de diretrizes e delinea responsabilidades institucionais, valorizando a articulação com diferentes segmentos sociais.⁽⁶⁾

Nesse documento, o Ministério da Saúde (MS) formaliza a definição de violência, insere o tema no marco da promoção da saúde, mostra a necessidade de ampliar a compreensão sobre o fenômeno, revela a precariedade/subnotificação das informações, atenta para a necessidade de qualificar as instituições e adequa os serviços para o atendimento. Sugere ainda a necessidade de planejamento das ações, estimula a prática intersetorial e de articulação com a sociedade civil, promove a importância do monitoramento e avaliação das ações, além de agregar o termo acidente ao de violência na Classificação Internacional de Doenças (CID 10) da Organização Mundial de Saúde (OMS), 1985 e 1995.⁽⁶⁾

A referida política incorpora o conceito ampliado de saúde, estrapola o campo das ciências médicas e biomédicas, reconhece a associação entre saúde e estilos de vida – condicionantes sociais, aspectos históricos e ambientais com os quais vivem e se relaciona a população brasileira – além de estimular a intersetorialidade para a implementação de “(...) estratégias de promoção da saúde e de prevenção de doenças e agravos, bem como a melhor adequação das ações relativas à assistência, recuperação e reabilitação.”⁽⁶⁾

Essa política favoreceu diversas iniciativas, no entanto, não foi suficiente para arregimentar uma ação intersetorial contínua entre os campos da comunicação e da saúde para que atuassem na prevenção de agravos sociais. De tal modo, pode se enxergar esse espaço como uma janela de oportunidades, não só para o reconhecimento da potência dos canais de comunicação na saúde, como também a sua utilização de forma mais perene e sistemática e assim, contribuir para ampliar o diálogo com a sociedade sobre a prevenção da violência e promoção da cultura de paz.

Nesse seguimento, sabe-se que as tecnologias de comunicação apresentam potência na reordenação do processo de produção e distribuição de conteúdo e o “(...)

rádio informativo sintonizado com o dia a dia político e social pode gerar o debate social, transmitir informações, ampliar a educação e despertar o interesse dos ouvintes pelos problemas que surgem no seu ambiente social.»⁽⁷⁾

O rádio, como veículo de comunicação de massa, responde a esse apelo, a partir da sua potência democrática, seu caráter abrangente e sua linguagem cotidiana, que possibilitam alcançar a população em todos os níveis de escolaridade em regiões diversas e distantes.⁽⁸⁾

Há ainda outras características do rádio que também favorecem a circulação da informação, tais como: exigir apenas a audição, a mobilidade, o baixo preço e, por ser sensorial e instantâneo, criar rapidamente um “diálogo mental” entre o receptor e o ouvinte.⁽⁸⁾

Além das características de agilidade, alcance e acessibilidade de linguagem desse meio de comunicação de massa, ele atravessa gerações tecnológicas e se mantém vivo. Dados da Pesquisa brasileira de mídia (PBM), realizada em 2015 pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), sob encomenda da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), mostram que 73% dos brasileiros têm o hábito de ouvir rádio diariamente, e os principais motivos para 63% dos ouvintes são a busca por informação.⁽⁹⁾

Mais uma potência da utilização da radiodifusão é o quantitativo de rádios transmissoras existentes no país. Conforme o Ministério das Comunicações (MC), no ano de 2011, o número de rádios em operação no Brasil somou 9.184 emissoras. Quanto à dimensão do acesso, o estudo *Tudo o que você precisa saber sobre rádio e televisão – licenças, outorgas, taxa de penetração, receitas e receptor*, realizado pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), em 2015,⁽¹⁰⁾ revela que, no ano de 2010, havia 202,9 milhões de aparelhos celulares no país, dos quais 36% estavam

equipados com rádio, compondo quase 75 milhões de receptores. Considerando os rádios automotivos, o estudo afirma que o número de automóveis no Brasil em 2010 era de 29,9 milhões de veículos. Desses, 80% possuem aparelho de rádio, incorporando aí mais 23,9 milhões de receptores de rádio à vida dos brasileiros.

Soma-se a essa rede de comunicação a rádio-escola, que conta com 1.819 escolas, com pelo menos um aparelho transmissor. Embora não se tenha conhecimento da abrangência desse equipamento, sabe-se que dispor de um material desse porte possibilita a estimular o protagonismo dos alunos na criação de espaços informativo-comunicativos para divulgação das mensagens pensadas e construídas conjuntamente com professores/gestores, favorecendo o desenvolvimento de habilidades na comunicação e a sociabilidade na ambiência escolar.

A partir de tais considerações, elegemos, como objeto do estudo, a prevenção da violência contra crianças e adolescentes e a disseminação de uma cultura de paz, tomando como caso de análise o projeto *Nas ondas do rádio*. Duas são as questões de investigação deste Projeto: Quais conhecimentos e experiências do campo da comunicação em massa (radiodifusão) que o Projeto trouxe para o MS no campo da prevenção da violência contra crianças e adolescentes e promoção de uma cultura de paz? Que contribuições o projeto possibilitou para a prevenção da violência e a promoção da cultura de paz, e quais os seus limites?

1.2 Justificativa

As justificativas para o desenvolvimento deste Projeto foram pautadas na magnitude da violência, no meu interesse pessoal, na relevância social e científica do

tema, além da lacuna reconhecida pelo MS no campo da associação do rádio às ações de prevenção da violência e promoção da cultura de paz.

Do “interesse pessoal”, o Projeto conjuga a oportunidade de aprofundar conhecimentos sobre a temática e de estar em sintonia com o meu trajeto profissional iniciado em 1997, quando assumi a Coordenação do Estado do Ceará da Sociedade Civil Bem-estar Familiar do Brasil (BEMFAM). A instituição comportava ações de prevenção (sensibilização e capacitação de equipes de serviços públicos e privados) e de atenção às vítimas de violências. Nas ações de *advocacy*, fui membro fundador do Fórum Cearense de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes/2000 (FCEVSCA) e coordenei as ações do eixo de atendimento dos casos de violência do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Junto à Escola de Saúde Pública do Ceará, coordenei o “Projeto humanização do atendimento às vítimas de violências domésticas e organização da rede de atenção às vítimas de violências domésticas”. Esse projeto foi desenvolvido em parceria com a Coordenação Geral de Doenças e Agravos não Transmissíveis (CGDANT) da Secretaria de Vigilância da Saúde/MS e oportunizou a capacitação de profissionais da saúde, educação, assistência e sistema de garantia de direitos de municípios cearenses (2006-2007).

Desde 2009, integro a equipe da Coordenação-Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno (CGSCAM). Como idealizadora do Projeto em tela, exerço também a função de coordenadora das ações programáticas, posição essa que me pede para atuar em diversas frentes, dentre as quais: organização da oficina, mobilização dos participantes, facilitação de conteúdos, análise dos resultados e organização dos relatórios executivos programáticos.

Sobre a “relevância social”, a complexidade da violência para a abordagem familiar requisita uma atuação de equipes interdisciplinares em programas de prevenção, identificação dos casos e seguimento das vítimas e suas famílias na rede; evoca a participação multidisciplinar, o que favorece a especificidade da atenção e facilita o planejamento das ações para o atendimento dos casos de violências.⁽⁴⁾

Embora esses autores reconheçam a necessidade de atuação interdisciplinar, intersetorial com programa de prevenção, detecção e acompanhamento das vítimas, não se vê nesse artigo, de forma explícita, alusão ao setor de comunicação como fonte de contribuição na prevenção de violências e promoção da cultura de paz. Mesmo sabendo que os meios de comunicação, além de comporem um importante dispositivo de intersetorialidade, também, mas não simplesmente, são elementos de transmissão de informação para a população e podem ser utilizados.

Nessa perspectiva, a radiodifusão mostra ser uma alternativa possante de difusão de mensagem e diálogo sobre prevenção da violência voltada para o grande público. Além de ser a primeira intervenção de base comunitária protagonizada por radialistas e induzida pelo MS para a sensibilização na temática e no campo da prevenção de violência e promoção da saúde e cultura de paz.

A “relevância científica” está fundamentada pelo escasso conhecimento disponível sobre a articulação da comunicação e saúde, através do rádio como meio dialógico com a população e o que essa estratégia pode causar na prevenção da violência e promoção da cultura de paz. É certo que muito se tem estudado sobre a violência, no entanto, não é tão amplo o número de artigos que mostram intervenções comunitárias de prevenção à violência pelo setor saúde, haja vista que, em pesquisa feita no SCIELO, utilizando-se os descritores: violência e mídia; comunidade, violência

e mídia; prevenção, violência e mídia; prevenção, violência e comunicação, foram encontrados 70 artigos. Desses, apenas nove traziam o tema relacionado com os meios de comunicação. No entanto, nenhum deles, embora expressasse essa compreensão, atuou na sensibilização de radialistas com foco na prevenção da violência a partir da interconexão com a saúde.

1.3 Objetivo geral

- Analisar a iniciativa do setor saúde no campo da comunicação para a prevenção da violência contra crianças e adolescentes e disseminação de uma cultura de paz, a partir de estratégias de radiodifusão, tomando como caso de análise o projeto *Nas ondas do rádio*.

1.4 Objetivos específicos

- Descrever o Projeto, abordando sua inserção no contexto da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) e caracterizando as estratégias e ações empregadas para sua execução;
- Identificar os conhecimentos e experiências que o Projeto trouxe para o MS no campo da prevenção da violência contra crianças e adolescentes e promoção de uma cultura de paz;
- Analisar as contribuições do Projeto para as práticas de prevenção da violência e promoção da cultura de paz referidos pelos radialistas participantes;
- Analisar as contribuições e limites do Projeto para a prevenção da violência contra crianças e adolescentes e promoção da cultura de paz.

CAPÍTULO 2 – REFERÊNCIAS TEÓRICAS

O marco teórico foi organizado a partir de cinco eixos temáticos: i) violências familiares; ii) prevenção da violência; iii) cultura de paz; iv) comunicação e saúde; e v) radiodifusão como mecanismo de ação para a promoção e prevenção em saúde.

2.1 Violências familiares

Apesar de constituir um espaço de proteção, a família é também reconhecida como um cenário possível de violação de direitos, inclusive de crianças e adolescentes. Logo, entender a dinâmica familiar favorece a compreensão das situações de violências que dela decorrem, além de contribuir para a implementação de ações para o seu enfrentamento. Reconhecido como um problema de ampla dimensão social, as violências familiares atingem preferencialmente mulheres, crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência.⁽¹¹⁾

Sabe-se que a construção de vínculos, a descoberta do afeto, da subjetividade, da sexualidade, as experiências de vida, a formação de identidade social são exercícios desenhados na convivência familiar.⁽¹²⁾ Mas é também na família que germinam espaços hostis, principalmente quando não se exercita o diálogo como meio potente para minimizar conflitos e harmonizar a convivência intrafamiliar intergeracional.

Desse modo, a violência pode se perpetuar como modo educacional ou linguagem dos afetos familiares que persistem e se repetem através das gerações. Estudos evidenciaram a “(...) importância de olhar para o sujeito a partir do que recebeu das gerações anteriores e compreender, acima de tudo, a repercussão das questões vinculadas à transgeracionalidade e à intergeracionalidade.”⁽¹³⁾

Famílias que vivenciam maus-tratos e abusos entre seus membros podem estender as agressões para todos, embora em diferentes níveis. As crianças são as maiores vítimas, muitas vezes decorrentes da raiva, ressentimentos e impaciências que formam as emoções negativas, levando-se a descarregar nas crianças como se elas fossem escapes das tensões e frustrações. Essas situações são potencializadas pela fragilidade física e emocional das crianças.⁽¹⁴⁾

No entanto, embora a exposição a situações de violência traga consequências distintas às suas vítimas, há possibilidades de superação, e há também uma expectativa social de corresponsabilidade das instituições (saúde, educação, associações comunitárias, sociedade civil) em promover saúde, estimular a cultura de paz e prevenir todas as formas de violências contra crianças e adolescentes, com vistas ao fortalecimento de vínculos e resgate da resiliência das vítimas.

Sabe-se que a resiliência é potencial em todos os indivíduos e “(...) envolve fatores sociais e intrapsíquicos de vulnerabilidade e de proteção”⁽¹⁵⁾ que podem ser superados dependendo da força subjetiva e do suporte de apoio social recebidos. Ainda assim, requer da rede o apoio necessário para a superação e ressignificação do sofrimento causado.

Conforme Assis et al. (2006, p. 8) “Promover a capacidade de superação de dificuldades ainda na infância e na adolescência é uma das formas de ajudar as pessoas a enfrentarem momentos muito difíceis da vida, que podem ocorrer ao longo da existência.”⁽¹⁵⁾

A promoção da resiliência em crianças e adolescentes aumenta as chances de superação das adversidades a que são expostas, inclusive à violência. “Tão importante quanto diagnosticar e atender as vítimas, é prevenir a violência desenvolvendo a

resiliência na sociedade, caminho cada vez mais promissor e apontado por muitos estudiosos.”⁽¹⁵⁾

Conforme trata a “Linha de cuidado para atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências” (2010), essas atitudes são importantes e essenciais para redução dos riscos. “A atuação mais eficaz é aquela que inclui, faz alianças e se torna presentes na vida cotidiana das famílias e das comunidades.”⁽¹⁶⁾

As diversas manifestações e dinâmicas da violência familiar solicitam dos distintos segmentos da sociedade uma ordenação dos serviços que assegure a atenção integral e integrada às vítimas e a suas famílias e faz um apelo pela implementação de ações coordenadas de prevenção da violência e promoção da cultura de paz, “(...) é fundamental entender que qualquer ação a ser tomada nesse campo se aninha intimamente na esfera das decisões macrossociais e políticas, sem as quais não há norte.”⁽⁴⁾

Enfim, considerando esse contexto, vale ressaltar que denunciar uma situação de agressão doméstica “(...) ainda não faz parte do imaginário coletivo, não faz parte de nossa cultura patriarcal, na qual, todavia, persiste a ideia de que os pais são os melhores amigos e conselheiros, só desejando o bem-estar dos filhos.”⁽¹⁷⁾ Essa condição, em muitos casos, mantém as crianças expostas a novos eventos, validando, conforme dito anteriormente, que a família, além de constituir um espaço de proteção, pode também ser cenário de violação de direitos de suas crianças e de seus adolescentes.

2.2 Prevenção da violência

A fragilidade e dependência peculiar da infância e adolescência merecem leis que garantam a sua proteção e diversos segmentos são evocados para construção da legislação que defenda seus direitos. Tanto no âmbito internacional quanto no Brasil, há um vasto legado de documentos (regulamentos, acordos, leis, resoluções, estatutos, convenções, dentre outros) que abordam diretamente os direitos da criança. Dentre tais, estão: a Declaração dos Direitos da Criança, de 1959; a Constituição Federal do Brasil, de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990; e os Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados (Resolução 41/95).⁽¹⁸⁾

A Constituição Federal, no seu artigo 227, proclama que é da família, da sociedade e do estado o dever de garantir à criança e ao adolescente o direito “(...) à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária,” bem como evitar qualquer forma de “(...) negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”⁽¹⁹⁾ Isso significa que é preciso agregar esforços de segmentos sociais diversos para que se possa promover e garantir direitos de crianças e adolescentes.

Nessa perspectiva, o ECA legitima este artigo, ao reafirmar os direitos da criança e do adolescente e define como obrigatória a denúncia da violação de direitos de crianças e adolescentes e afirma princípios norteadores para o enfrentamento da violência familiar. Vale ressaltar que as ações jurídico-policiais, da assistência e da saúde contribuíram para tirar a violência familiar do âmbito privado e colocá-la na esfera pública, colaborando, portanto, para uma análise contextual do fenômeno.⁽²⁰⁾

No que se refere às ações norteadoras de enfrentamento das violências, também temos considerações trazidas pelos relatórios da OMS de 2002 e 2014, que são valorosas nos quesitos “atendimento” e “prevenção”.

O Relatório de 2002 afirma que para prevenir a violência é preciso: aumentar a consciência mundial sobre o problema da violência; disseminar a evitabilidade da violência; assumir que a saúde pública é responsável pelo enfrentamento das suas causas e consequências; e entender a violência como um problema mundial de responsabilidade de todos nos diversos níveis de atuação.⁽²¹⁾

Esse documento traz o conceito de causas externas (acidentes e violência), define e classifica os tipos e natureza da violência, além de conclamar à saúde a assumir o papel de referência para o atendimento de forma integral e integrada às crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências.⁽²¹⁾

O Relatório ainda reitera a clássica categorização dos tipos e níveis de prevenção para a especificidade das situações de violência que são:

- Prevenção primária – realiza intervenções antes que a violência ocorra, ou seja, o objetivo está centrado na eliminação ou redução de fatores sociais, culturais e ambientais que possam favorecer a ocorrência da violência, inclusive a doméstica, contra crianças e adolescentes;
- Prevenção secundária – são as ações mais imediatas, aquelas dirigidas a profissionais que prestam atendimento pré-hospitalar, serviços de emergência ou de tratamento para doenças sexualmente transmissíveis, no caso de violência sexual, que trabalham diretamente com a população inclusive crianças e adolescentes, orientando-os sobre as situações de risco o mais precocemente possível, evitando que a violência aconteça e/ou sua reincidência;

- Prevenção terciária – consta das intervenções e cuidados após a violência acontecer; consiste da reabilitação e reintegração para minimizar o trauma das deficiências associadas à violência.⁽²¹⁾

O Relatório da OMS (2014)⁽²⁾ joga luzes mais fortemente nas estratégias que podem reduzir alguns tipos de violências com destaques para: o incentivo às relações saudáveis, estáveis e estimulantes entre as crianças, seus pais e cuidadores; a promoção das competências para a vida de crianças e adolescentes; a redução da oferta e consumo de álcool, do acesso a armas de fogo e armas brancas; a promoção da igualdade de gênero para prevenir a violência contra a mulher; as mudanças de normas sociais e culturais que levam à violência; e a implantação de programas de identificação, cuidado e apoio às vítimas.⁽²⁾

Como tem sido enfatizado, “o fortalecimento e o empoderamento da família” devem ser apoiados e potencializados por políticas de apoio sociofamiliar em diferentes dimensões que visem à reorganização do complexo sistema de relações familiares, especialmente no que se refere ao respeito aos direitos de crianças e adolescentes.⁽²²⁾

A convivência familiar e comunitária reconhecida na Constituição Federal, ECA, legislações e normativas nacionais e internacionais é fundamental para o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente, “(...) os quais não podem ser concebidos de modo dissociado de sua família do contexto sociocultural e de todo o seu contexto de vida.”⁽²²⁾

Quanto mais rapidamente os núcleos familiares conflituosos forem assistidos, maior a chance de diminuir tensões e fortalecer vínculos afetivos e de cuidados entre os seus membros. Nesses casos, é importante ajudar as famílias a superar as adversidades, ressignificar as relações familiares e estimulá-las a refletir e a construir novos modos de relacionar-se, estabelecendo novos modos de educar e agir com as crianças e

adolescentes. Outras ações de prevenção na comunidade demandam a participação diversificada de atores da rede de “atenção, cuidado, defesa e garantia de direitos”, além dos meios de comunicação de massa.⁽¹⁷⁾

Sobre o incentivo às relações saudáveis, estáveis e estimulantes entre pais e crianças, essa estratégia nos induz a considerar o movimento que vem se avolumando nos últimos anos no Brasil, e há mais tempo no mundo, sobre a importância de se investir na primeira infância como campo de construção de vínculos e estímulo ao desenvolvimento integral saudável, que nos instiga também a considerar a influência que o ambiente exerce no desenvolvimento dos ciclos de vida. Portanto, cuidar da infância traz vantagens significativas para as fases subsequentes do ciclo de vida.

Contudo, sabe-se que prevenir e atuar diante das implicações da violência familiar exige, muitas vezes, várias ações ao mesmo tempo. Dessamodo, “Nem a saúde nem outro setor conseguem, com um só olhar, dar conta da complexidade que é a prevenção da violência contra crianças e adolescentes.”⁽²³⁾ Isto é, a multicausalidade da violência e suas diversas consequências exigem ampla atuação inter e intrasetorial para dinamizar a atenção integral às vítimas e a suas famílias em situação de violências.

E, para trabalhar a prevenção da violência sob uma perspectiva estrutural, é preciso ampliar o olhar para os arranjos sociais instalados nas sociedades, enfrentando as desigualdades econômica, social e de gênero e outras atitudes e práticas culturais que favoreçam a discriminação e destituição de direitos.⁽²⁴⁾

As recomendações conclusivas do Relatório da OMS (2014) apontam outros aspectos que compõem as diretrizes da prevenção da violência em nível global, dentre os quais se destacam: que se estabeleça a manutenção da coleta de dados para revelar a real magnitude do problema; que se desenvolvam planos de ação de abrangência nacional, considerando os dados estatísticos; que haja integração nas ações de

prevenção; que se fortaleçam os mecanismos de gestão e coordenação dos processos de trabalho; que a oferta de serviços para vítimas seja abrangente e baseada em evidências; que haja apoio aos estudos de avaliação de resultados; e que as leis de proteção sejam cumpridas.⁽²⁾

O Relatório ainda recomenda o fortalecimento do programa mundial de prevenção da violência no âmbito dos países, para tal, sugere: a colaboração das organizações regionais e sub-regionais com o envio das informações para compilar e divulgar os dados gerados nos serviços; reforço da colaboração entre as organizações internacionais e agências doadoras; o estabelecimento de padrões de referência, metas e o monitoramento do progresso das ações.⁽²⁾

2.3 Cultura de paz

Há décadas, a saúde é reconhecida para além da simples ausência de doença. Seu conceito ampliado considera que ter saúde é usufruir de um estado de completo bem-estar físico, mental e social.⁽²⁵⁾ Esse conceito, que clama por um mundo mais igualitário, dá as bases para se conceituar a cultura de paz.⁽²⁶⁾

Do mesmo modo, inaugurando o movimento mundial de adesão do governo e da sociedade civil nas ações de prevenção da violência e promoção de paz, em 10 de novembro de 1998, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o período de 2001-2010 como a *Década internacional de uma cultura de paz e não violência para as crianças do mundo*. A definição de cultura da paz nessa Assembleia Geral ampliou a definição de paz para além da ausência de conflitos.⁽²⁶⁾

A seguir, em 1999, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração e o Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz, oportunidade em que o conceito de cultura de paz foi cunhado como:

Conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida de pessoas, grupos e nações baseados no respeito pleno à vida e na promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, na prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação, podendo ser uma estratégia política para a transformação da realidade social.⁽²⁷⁾

Essa declaração em seu artigo 1º baseia-se: no respeito à vida; no fim da violência; aposta na educação para o diálogo e promoção de prática não violenta; resgata o respeito aos princípios de soberania, integridade territorial e independência política dos Estados e no respeito e promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.⁽²⁶⁾

Em seu artigo 1º, essa declaração firma o compromisso com a solução pacífica dos conflitos, a necessidade de desenvolvimento e proteção do meio ambiente para as gerações de agora e do futuro, com a igualdade de direitos e oportunidades de mulheres e homens. Ainda aponta-nos os princípios de liberdade de expressão, opinião e informação, o direito à justiça, à democracia, à tolerância, à solidariedade, ao pluralismo, à diversidade cultural e ao diálogo nos diferentes níveis sociais e entre as nações, de modo a se criar uma atmosfera nacional e internacional que favoreça a paz.⁽²⁶⁾

Com o propósito de acompanhar as ações da *Década internacional de uma cultura de paz e não violência para as crianças do mundo*, em 2005, a Fundação Cultura de Paz realizou uma avaliação, para colher informações sobre o progresso e os obstáculos do movimento global das atividades previstas. E, embora o Relatório pontue avanços significativos das ações planejadas para a década 2000-2010, chama a atenção

uma queixa recorrente em diversas regiões do mundo: “o fracasso dos meios de comunicação na transmissão de notícias sobre a cultura de paz.”⁽²⁸⁾ Sendo concordante, portanto, a necessidade de se ampliar os sistemas de intercâmbio de informação para a segunda metade da Década.⁽²⁸⁾

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) afiança que a cultura de paz é um processo de longo prazo que tem começo, mas não tem fim; que deve considerar os contextos histórico, político, econômico, social e cultural dos indivíduos e da sociedade, que pode ser aprendida e colocada em prática no dia a dia familiar e na sociedade. “A paz é um processo constante, cotidiano, mas não passivo. A humanidade deve esforçar-se para promovê-la e administrá-la.”⁽²⁹⁾

Ainda nesse contexto, a parceria UNESCO - Brasil desenvolveu o “Manifesto – 2000” que coletou 15 milhões de assinaturas, expressando a participação individual em direção a uma cultura de paz. O Manifesto instalou-se sob os princípios do respeito à vida, da rejeição da violência, da generosidade, do ouvir para compreender, da preservação do planeta e do redescobrir a solidariedade.²⁹

Nesse caminhar de quase duas décadas, o Brasil elaborou um conjunto de princípios e diretrizes que respaldam as ações de prevenção da violência e/ou de promoção da cultura de paz. São portarias, planos, projetos, pactos, linha de cuidados, a exemplos das publicações: *Reflexões sobre a cultura de paz e não violência no trabalho* (2015); *Pacto nacional pela redução dos acidentes no trânsito* (2011), *Acordo e cooperação técnica para implementação do Programa nacional de segurança pública com cidadania* (PRONASCI) (2008), firmado entre os ministérios da Justiça e da Saúde; a criação do *Sistema de vigilância de violências e acidentes* (VIVA) (2006); a *Política nacional de promoção da saúde* (PNPS) (2006) e a *Ficha de notificação-investigação-Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan*; a estruturação

da *Rede nacional de prevenção das violências e promoção da saúde* (2004); *Política nacional de humanização* (2004); *Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências* (2001), além de associar parcerias com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS-OMS) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS).

O conjunto de leis, acordos, estratégias acumuladas nos anos anteriores possibilitou a idealização do *Pacto pela saúde* (2006) como “Um conjunto de reformas institucionais do Sistema Único de Saúde (SUS) pactuado entre as três esferas de gestão (União, Estados e Municípios) com o objetivo de promover inovações nos processos e instrumentos de gestão, visando alcançar maior eficiência e qualidade das respostas do Sistema Único de Saúde.”⁽³⁰⁾

Do *Pacto pela saúde* derivou o *Pacto pela vida*, o *Pacto em defesa do SUS* e o *Pacto de gestão* aprovados pelo Conselho de Saúde, pactuados nas Comissões Intergestores Biparte (CIB) e homologado pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

Junta-se a esse cenário a quinta edição do *Painel de indicadores do SUS: prevenção da violência e promoção da cultura de paz* (2008) com o objetivo de ampliar a rede de Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde (NPVPS) – violências domésticas e sexuais nas unidades federadas do país. Esse documento apresenta-nos o perfil das diversas formas de violência, sinaliza os impactos dos acidentes nos atendimentos hospitalares, aponta caminhos necessários para o enfrentamento da violência e mostra a ampliação da *Ficha de notificação-investigação*.⁽³¹⁾

Esse documento também reforça a necessidade de apoio de frentes diversas para o enfrentamento de violências e acidentes e aclama a participação de profissionais do

setor privado, organizações de governo e de não governo, sociedade civil organizada e os meios de comunicação de massa.⁽³¹⁾

Essas ações intensificam as iniciativas de prevenção à violência e validam a definição de que a promoção da saúde e da cultura de paz, com base no fortalecimento de fatores de proteção das pessoas, controla e evita riscos, autocuidando-se ou buscando ajuda recíproca.

2.4 Comunicação e saúde

Comunicação e saúde são áreas distintas e autônomas e vêm ganhando atenção de estudiosos e pesquisadores interessados em compreender a interface entre esses dois campos que se potencializam na atuação conjunta.⁽³²⁾

Desse modo, os conectivos que unem esses campos causam sentidos próprios que os distinguem de outras denominações, ou seja, *Comunicação e saúde*, *Comunicação para a saúde*, *Comunicação em saúde* e *Comunicação na saúde*. São designações, por vezes, usadas como equivalentes. As diferenças, embora sutis, existem e precisam ser compreendidas, pois “(...) todo ato de nomeação é ideológico, implica posicionamentos, expressa determinadas concepções, privilegia temas e questões, propõe agendas e estratégias próprias.”⁽³²⁾

Como nosso estudo toma como referência a articulação entre esses dois campos sociais para prevenção da violência e promoção da cultura de paz, isto é, para além das instituições de saúde, foi adotada a orientação conceitual da *Comunicação e saúde* “(...) que indica uma forma específica de ver, entender, atuar e estabelecer vínculos entre esses campos sociais.”⁽³²⁾ Dessa forma, “(...) falar em comunicação e saúde aponta para

uma distinção e uma opção teórica e política.”⁽³³⁾ Isso mostra potência para fazer a mensagem circular e chegar ao destino, considerando os interesses do campo da saúde.

Na *Saúde*, embora ainda prevaleça a prática da utilização da comunicação como um meio tecnológico apenas para transmitir informações em contraponto, também é reconhecida a sua contribuição nesta área, que, por compreender a ação dos determinantes sociais, vem se afastando do “(...) modelo exclusivamente médico-hospitalar-curativo”⁽³²⁾, ensejando atuar sobre os “(...) processos sociais de produção dos sentidos, que afetam diretamente o campo da saúde.”⁽⁴⁰⁾ Vale compreender que a grandeza teórico-conceitual-metodológica da comunicação ganha espaço relevante quando se articula a “interesses do campo da saúde”, superando o simples modelo informacional e considerando a inserção contextual dos sujeitos.⁽³³⁾

Na *Comunicação*, a interconexão com a *Saúde* exige “(...) a compreensão das múltiplas realidades e dos temas que mobilizam a sociedade e a irrecusável necessidade de aprofundar o modo interdisciplinar de produzir conhecimentos.”⁽³³⁾ A sua contribuição ao controle social não só se vincula ao direito à informação e à comunicação, mas, e principalmente, ao “(...) acesso adequado e suficiente às informações produzidas pelo Sistema de saúde, e também a de se expressar, ser ouvido e ser levado em consideração.”⁽³³⁾

A legitimação e a validação da interface entre esses dois campos ganham adesão de grupos de pesquisadores como o Grupo de trabalho (GT) *Comunicação e saúde* da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e o GT *Comunicación y salud* da *Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación* (ALAIC).⁽²⁹⁾

Pensar essa interconexão exige refletir sobre as potências e limitações de cada um desses campos e valoriza a capacidade de contribuição mútua sob a ótica da interdisciplinaridade.³⁴ “Pensar hoje o campo Comunicação e Saúde não é apenas

recortar um e outro e uni-los através de propostas e práticas informacionais e comunicacionais instrumentais para viabilizar a saúde.”⁽³⁴⁾

“O cotidiano social da saúde⁽³⁴⁾” demanda práticas de informação e comunicação para favorecer a relação entre pacientes, profissionais da saúde e as instituições públicas, incorporando os meios midiáticos à saúde (rádio, televisão, publicidade, propaganda, revistas, jornais, *internet* etc.) pela associação de tecnologia. Sabe-se que associar campos distintos é imperativo, quando se pretende atuar em formato intersetorial, pois, além de fortalecer as ações, amplia a compreensão da pluralidade de interesse e necessidades da sociedade. É inegável a força e alcance da comunicação e como esta se conecta com a saúde em qualquer um dos seus temas e níveis de atenção. “Além de influenciar comportamentos, os meios de comunicação contribuem concretamente para a construção de políticas públicas, à medida que a agenda de debates transita na sociedade e, conseqüentemente, nas instâncias governamentais.”⁽³⁵⁾

Nesse contexto, pode se afirmar que a iniciativa de associar a força das ondas do rádio às ações de prevenção da violência é por reconhecer o papel da comunicação de massa para além de condutor informacional e por compreender o seu potencial como ponto de conexão na rede para alcançar a integralidade, intersetorialidade e multiprofissionalidade como um desafio de converter informação em comunicação.⁽³³⁾

Os fios da rede correspondem a vozes sociais e circulam em várias direções, conduzindo múltiplos discursos, ideias, propostas, opiniões, saberes, sentimentos. Essa rede é operada por interlocutores, que produzem e fazem circular seus discursos, ao mesmo tempo em que se apropriam de outros discursos circulantes.⁽³³⁾

Para que a comunicação aconteça, é preciso que a mesma se dê num contexto social ou psicossocial, “(...) tais contextos se definem, entre outros atributos, por apresentarem um ‘idioma’ de ‘representações sociais’ que os indivíduos acessam para

estabelecerem contatos uns com os outros.” Assim sendo, nem sempre a troca de mensagens implica em comunicação.⁽³⁶⁾

Isto é, a comunicação ultrapassa o simples repasse de mensagens e tem grande potencial para contribuir com a transformação social e construção de uma sociedade mais justa, além de favorecer o protagonismo do cidadão comum nesse processo. O acesso à informação é, portanto, um direito de cidadania.⁽³⁷⁾ Logo, “(...) a capacidade de comunicar é a capacidade de contextualizar: se não nos apercebemos dos contextos em que a comunicação se realiza, produziremos uma comunicação autista.”⁽³³⁾

Nessa perspectiva, a comunicação em saúde pode se dá de forma integralizada, a partir das necessidades, dificuldades e anseios do sujeito, que deve ser protagonista e tornar-se capaz de compreender a dinâmica do sistema de saúde, usufruindo dessas informações para viabilizar a efetivação de seus direitos.⁽²⁸⁾

A interface da comunicação com a saúde apresenta-nos a necessidade de compreendermos as múltiplas realidades e os temas que mobilizam a sociedade e instigam-nos ainda a aprofundar a interdisciplinaridade para produzir conhecimentos.⁽³²⁾

Nesse contexto, é reconhecido o valor dos meios de comunicação no diálogo com a sociedade, mas também se identificam efeitos indesejados se os operadores desses recursos tecnológicos não estiverem devidamente qualificados para atuarem. A propósito das características das notícias que circulam sobre violência, tem-se percebido melhora do ponto de vista de qualidade da informação repassada ao público, trazendo o tema de forma mais contextualizada, embora o sensacionalismo ainda perdure principalmente nas mídias comerciais.⁽³⁶⁾

Essas mudanças contam com o monitoramento constante e o compromisso assumido por organizações de defesa dos direitos da criança e do adolescente existentes no país, a exemplo da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), que

sinalizam, inclusive, a necessidade de qualificação dos profissionais que atuam nos meios de comunicação, principalmente no jornalismo, para trabalharem sobre e com a temática.⁽³⁵⁾

É evidente a relevância e potência das campanhas publicitárias ao colocarem o tema na mídia. “Abordar publicamente algo mantido em sigilo nas famílias parece propiciar a conscientização sobre as formas de violência, abrindo a possibilidade para a denúncia e, quiçá, para uma mudança na forma de lidar com a mesma.”⁽³⁹⁾

Entretanto, ainda são escassas, descontínuas e irregulares as ações de prevenção das violências contra crianças e adolescentes no país, e as campanhas de prevenção são pontuais. Da mesma forma, são raras as ações que elegem a radiodifusão como meio de interação dialógica com a sociedade. Essa lacuna deixou espaço e se mostrou uma janela de oportunidade para a implementação desse projeto que traz como premissa a modelagem intersetorial entre os campos da saúde e da comunicação.

2.5 O rádio como mecanismo de ação para a promoção e prevenção em saúde

A primeira transmissão radiofônica oficial no Brasil data de 1922, na cidade do Rio de Janeiro, por ocasião do Centenário da Independência do Brasil. A utilização de um sistema de alto-falantes permitiu que o discurso do então Presidente da República, Epitácio da Silva Pessoa, chegasse a um grupo privilegiado de brasileiros que dispunham de receptores de rádio.⁽⁴⁰⁾

O Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) - Norma institucional que consolidou e regulamentou a área de telecomunicações e radiodifusão no Brasil, surgiu em 1962, com a lei 4.117/62, e sua regulamentação se deu um ano depois, em 1963, pelos decretos 52.026/63 e 52.795/63. Alterações outras foram se seguindo, conforme o decreto-lei 236/67, compondo importantes instrumentos legais da radiodifusão.⁽⁴¹⁾

Uma visita à literatura nacional sobre a utilização do rádio como meio de comunicação para a cidadania permitiu identificar algumas experiências de programas e projetos na saúde e na educação.

A utilização do rádio como tecnologia educacional no Brasil deu-se através da Rádio-Escola Municipal do Rio com base na ideia de Edgar Roquette Pinto, momento que entra em evidência o debate do uso de tecnologias educacionais por ocasião das reformas estaduais dos sistemas de ensino brasileiro.⁽⁴²⁾

Outras experiências foram desenvolvidas na década de 1950 no Rio Grande do Norte e em Sergipe coordenada pelos bispos brasileiros D. Eugênio Sales e D. José Vicente Távora, inspirados na *Acción Cultural Popular* da Igreja Católica da Colômbia. O sucesso dessas experiências possibilitou a criação de amplo programa para fazer a educação de base às populações das áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país.

À luz dessa experiência, foi criado em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento de Educação de Base (MEB), para desenvolver um programa por meio de escolas radiofônicas, irradiando aulas com objetivos de:

(...) executar, naquelas áreas, programa intensivo de alfabetização, formação moral e cívica, educação sanitária, iniciação profissional, sobretudo agrícola, e promoção social; suscitar, em torno de cada escola radiofônica, a organização da comunidade, despertando-lhe o espírito de iniciativa e preparando-a para as indispensáveis reformas de base, como a da estrutura agrária do país; velar pelo desenvolvimento espiritual do povo, preparando-o para o indispensável soerguimento econômico das regiões subdesenvolvidas e ajudando-o a defender-se de ideologias incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade.⁽⁴³⁾

Mas a saúde também compartilhou o comando pedagógico com o rádio para o desenvolvimento das suas atividades, sendo uma dessas experiências o programa *Saúde no ar* (1999)⁽⁴⁴⁾, desenvolvido pelo MS em parceria com a Universidade de Brasília

(UnB). Veiculado de forma gratuita por 400 emissoras de rádio AM e 800 serviços de alto-falantes das regiões Nordeste e Norte de Minas Gerais, esse programa, em sua primeira fase, ficou no ar de agosto de 1994 a fevereiro de 1995. Em formato de revista, apresentado por uma dupla de locutores profissionais, utilizou técnicas de entrevistas, músicas com linguagem simples de autoria de cantadores populares. O *spot*ⁱ também foi valorizado e passou a compor a programação das aulas. Em 1995, o programa entra na segunda fase dando maior ênfase à saúde da mulher e da criança. Novas técnicas como vinheta cantada e dramatização considerando os problemas locais passaram a compor o conteúdo que valorizaram ainda mais a linguagem regional para a produção dos programas.

Outro exemplo que destacamos é o projeto *Rádio pela infância – desenvolvimento infantil*⁴⁵, realizado em 2003 pelo UNICEF e pelo *Comitê pela primeira infância*, que também deixou exemplos de como o rádio pode ser utilizado para levar informações importantes à população. O tom daquele projeto foi a valorização das competências familiares no processo de estímulo ao desenvolvimento infantil de 0 a 6 anos. O UNICEF reconhece que o radialista exerce forte influência, pois o comunicador de rádio pode ser um multiplicador de informações sobre os cuidados essenciais com a criança.

Mais um relato de utilização radiofônica é descrito no artigo *Devir-loucura no rádio: uma experiência em saúde mental*.⁽⁴⁶⁾ O referido texto descreve as ações desenvolvidas para a realização de atividades com fins terapêuticos, adicionando a proposta artística e cultural à dinâmica do rádio. O texto traz também relatos de outros projetos e ressalta que aqui no Brasil, essa foi a primeira experiência com rádio no campo da saúde mental, culminando com a criação da rádio Tam Tam de Santos, em

ⁱ *Spot* é um fonograma utilizado como peça publicitária em rádio, feita por uma, duas ou mais vozes, com ou sem efeitos sonoros. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Spot>.

1989.

Mais um experimento descrito nesse artigo⁽⁴⁶⁾ foi o programa semanal da Rádio la Colifata de Buenos Aires que acontece dentro do Hospital Psiquiátrico José Tibúrcio Borda desde 1991. Essa experiência influenciou a criação da Rádio Nikósia de Barcelona, Espanha. Nesse período, outras iniciativas na área de saúde mental emergiram em Porto Alegre e Viamão - RS e em outros países da América Latina.

Outra aposta na potência do rádio foi desenvolvida no Ceará, em 1998. Resultado da parceria do Instituto de Saúde e Desenvolvimento Social (ISDS) e a Secretaria de Saúde do Estado do Ceará com apoio do MS e da *Pathfinder* do Brasil/USAID, o projeto *Radialistas contra a Aids*⁽⁴⁷⁾, que sensibilizou, treinou e animou uma rede de radialistas, que se comprometeram a manter em suas programações temas relativos a gênero, direitos reprodutivos, sexualidade, planejamento familiar e prevenção de Doenças sexualmente transmissíveis (DST) e AIDS. O projeto apostou:

Na agilidade e no potencial democrático do rádio, no carisma e intimidade do/a radialista junto aos/as radiouvintes, para promover a saúde reprodutiva e a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, sobretudo a AIDS. A cultura popular e o humor são os principais ingredientes usados para cortar pela raiz o estigma e o fatalismo atribuídos à doença.⁽⁴⁷⁾

Outra experiência comprovada com a radiodifusão foi o projeto *Vozes em sintonia: educação popular sobre DST via rádio comunitária*⁽⁴⁸⁾, realizado em 2012, que também nos deixa o relato sobre a oficina realizada em Brasília para radialistas e profissionais da saúde, cujos assuntos abordados foram as doenças sexualmente transmissíveis e aspectos relativos à comunicação através do rádio, dentre eles: entrevistas, linguagem radiofônicas, gravação e edição de áudio, conceitos de teoria da comunicação no uso do rádio como instrumento educativo, formatos de programas

radiofônicos, formas de como envolver o ouvinte para mantê-lo ligado nas mensagens de saúde.

A produção de peças radiofônicas, de programas sobre DST e AIDS foi a culminância desse projeto.

Nesta experiência relatada, a oficina revelou, para os profissionais de saúde, que a plataforma rádio e seus mecanismos de comunicação com a audiência são simples de operar, de baixa complexidade tecnológica e proporciona alcance gigantesco, o que aponta claramente para a existência de outras e novas formas de realizar ações educativas no campo da prevenção das DST.

(48)

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA DO ESTUDO

O presente estudo filia-se à linhagem da pesquisa qualitativa, por meio do modelo de investigação do estudo de caso de cunho exploratório. Para coleta de dados, utilizamos a triangulação de métodos e técnicas, que transitou entre a análise de documentos e a produção de fontes através de entrevistas.

A pesquisa qualitativa procura compreender o “(...) universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” de forma contextualizada. Isto é, reconhece uma identidade entre sujeito e objeto⁽⁴⁹⁾ e se caracteriza por buscar aprofundar a compreensão da complexidade dos fatos e processos à luz dos sentidos atribuídos às práticas, os valores e as concepções de pessoas ou grupos.⁽⁵⁰⁾

A pesquisa qualitativa agrupa cinco⁽⁵¹⁾ importantes características que precisam ser consideradas no seu desenvolvimento:

- O ambiente natural é a fonte dos dados, e o papel do investigador é o elemento principal da coleta dos dados. O investigador utilizando-se de várias técnicas envolve-se na revisão de todo o material coletado;
- É fortemente descritiva. Considera o que foi expresso pelos sujeitos e com roteiros previamente elaborados. Os dados são recolhidos pela escrita, gravação e imagens. “Os investigadores tentam analisar os dados em toda a sua riqueza, respeitando, tanto quanto o possível, a forma em que estes foram registrados ou transcritos;”
- Os pesquisadores zelam pelos processos para saber a partir da situação ou problema como é a relação dos sujeitos com o objeto de estudo, suas interações, interesses e proximidade com o tema: “Como as pessoas negociam os significados? Como começaram a utilizar certos termos e

rótulos? Como determinadas noções começaram a fazer parte daquilo que consideramos ser o senso comum?”;

- A análise dos dados se dá de forma indutiva, pois, os significados expressos pelos sujeitos vão tomando forma para compor o todo, a partir das observações recolhidas, ainda que se mantenha a preocupação com a singularidade do que foi revelado pelos indivíduos;
- Os significados atribuídos pelos participantes devem ser considerados. Os investigadores qualitativos se interessam no modo como “diferentes pessoas dão sentido às suas vidas”, ou seja, preocupam-se com as “perspectivas participantes”.

Desse modo, o contexto acima descrito baliza a escolha da pesquisa que compôs a nossa investigação, porquanto a pesquisa qualitativa, além de apresentar variadas possibilidades investigativas, concilia os aspectos de diversidade e da complexidade da experiência presentes em meu objeto de estudo.

3.1 Método: um estudo de caso

O estudo de caso é um método de pesquisa que consiste na compilação intencional e análise de um “(...) conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais.” Essa unidade de estudo pode ser “(...) uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação.”⁽⁵²⁾

O estudo de caso não se restringe somente à fase de planejamento, nem à forma de coleta de dados, é um método que abrange tudo, planejamento, abordagens específicas e a coleta de dados. Duas são as variações dentro dos estudos de caso como

estratégia de pesquisa: estudo de caso único e estudo de caso múltiplo.⁽⁵³⁾ No desenho aqui, adotamos o estudo de caso único.

As principais características do estudo de caso⁽⁵⁴⁾ são:

- uma estratégia utilizada para as pesquisas de acontecimentos atuais em condições contextuais;
- exige um protocolo elaborado com os procedimentos, as regras gerais que devem ser seguidos pelo pesquisador;
- o estudo de caso permite uma convergência de informações e troca de experiências sobre o fenômeno;
- as inferências são sempre construídas tendo-se por base um teste empírico;
- o estudo sobre o fenômeno deve ser aprofundado até esgotar todas as possibilidades do que foi pensado; e
- exige a construção de estratégia que envolve planejamento, técnicas de coleta de dados, abordagens específicas até a análise dos dados⁽⁵⁴⁾

Assim sendo, o estudo de caso configura a metodologia mais adequada e, portanto, adotada para avaliar a experiência da prevenção da violência contra crianças e adolescentes e a disseminação de uma cultura de paz, tomando como caso de análise o projeto *Nas ondas do rádio – a prevenção da violência contra crianças e adolescentes*.

3.2 O caso

O Projeto definido como nosso caso de estudo é uma iniciativa do MS; faz parte das ações desenvolvidas pela CGSCAM e compõe o eixo de Prevenção de violências e promoção da cultura de paz da PNAISC, quando da publicação pela Portaria do Gabinete do Ministro n. 1.130, de 5 de agosto de 2015.

O objetivo do Projeto é utilizar o potencial dos profissionais do rádio na difusão das ações de prevenção da violência e promoção da cultura de paz. Para tanto, empregou como estratégia a sensibilização para a temática da violência contra crianças e adolescentes.

Para as oficinas, adotou-se a metodologia participativa que reconhece o sujeito da aprendizagem ativo na construção de um saber que vem da sua própria experiência e que alimenta o aprendizado reflexivo com discussões de experiências vivenciadas no dia a dia consonantes com a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB – 2012).⁽⁵⁵⁾

As ações do Projeto aconteceram em duas etapas (fases I e II), entre 2013 e 2015. Na fase I, participaram 127 profissionais de rádio das regiões Norte e Nordeste mais as cidades do Rio de Janeiro, Florianópolis e Campo Grande. Na fase II, 187 participantes das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Nessa etapa, as oficinas aconteceram em Belém, Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília e Campinas. Ao final das oito oficinas com radialistas de rádios comunitárias, escolares, públicas e privadas, 314 profissionais foram sensibilizados. Desses, 294 estão diretamente ligados ao rádio, compondo, portanto, o grupo de análise deste estudo.

A dinâmica da oficina seguiu um roteiro de orientações metodológicas construído pelo grupo de consultores com a finalidade de auxiliar no repasse do conteúdo, que também serviram de guia aos radialistas na replicação da oficina nos territórios.

Com carga horária de 20 horas, a metodologia foi dividida em duas etapas: a primeira, de ordem teórica, debateu sobre os tipos e naturezas da violência, seus contextos e influências sociais e políticas e refletiu sobre as redes de atenção, conceitos e pontos de interseção inter e intrasetorial.

Ética e comunicação também foram assuntos abordados como forma de acender o diálogo sobre a sua importância na atuação profissional, inclusive nos meios de comunicação de massa. Temas como: gêneros e formatos radiofônicos, o rádio e suas múltiplas fontes sonoras, tempo na produção radiofônica, entonação e pausas necessárias à produção fizeram parte do conteúdo. Essa parte contou com as orientações e acompanhamento de uma radialista consultora do Projeto.

A etapa de natureza prática da oficina conferiu a possibilidade de criação, construção e gravação de peças radiofônicas pelos próprios radialistas. Conforme a dinâmica metodológica prevista para esse momento, os participantes formaram grupos menores para iniciar o processo criativo dos roteiros e composição das peças. Cada grupo foi acompanhado pelos facilitadores que transitavam entre eles e teciam observações sobre a importância de manter em foco os conteúdos pautados na oficina alertando-os para a não utilização de jargões e termos desaconselhados pelo marco legal de proteção aos direitos da criança e do adolescente. Outra etapa, também de ordem prática, consistiu da gravação do material produzido para, na sequência, não necessariamente durante a oficina, seguir para a edição final.

3.3 Sujeitos do estudo

Inicialmente foram previstas entrevistas com todos os envolvidos direta e indiretamente no Projeto: coordenadores da CGSCAM e da Saúde do Adolescente e do Jovem; com a CGDANT, com a coordenadora da Assessoria de Comunicação do Ministério da Saúde e com a coordenadora administrativa do Projeto. Porém, durante o trabalho de campo, houve mudanças de gestão e a respectiva substituição por profissionais que não acompanharam o Projeto. Desse modo, apenas dois grupos foram

priorizados: os radialistas e os consultores do projeto. Três destes consultores participaram desde o início do projeto na construção da construção do Roteiro de orientações metodológicas e seguiram facilitando a oficina. O outro participou da primeira oficina e seguiu com o grupo no apoio as gravações e processo de edição das peças produzidas.

Para compor a amostra com radialistas, o critério de seleção obedeceu à intencionalidade relativa aos propósitos do estudo, isto é, foram selecionados profissionais partícipes do Projeto, com atuação direta em rádios e assiduidade de no mínimo 75% nas oficinas. Além da frequência, foram consideradas: a representação de radialistas das duas fases do projeto, a questão de gênero (masculino e feminino), a natureza das rádios (comunitárias, escolares, públicas, privadas dentre outras) provenientes das cinco regiões do país. A distribuição consta na Tabela 1. No caso dos consultores, não foi necessário calcular amostra, pois todos os quatro foram incluídos.

Região	Nº participantes	%	Amostra	Entrevistados
Norte	55	17	9	9
Nordeste	47	15	7	10
Centro-Oeste	60	19	10	10
Sudeste	65	21	14	15
Sul	87	28	11	14
Total	314	100	51	58

Tabela 1 - Distribuição de radialistas por regiões

Fonte: Dados do Projeto (2013 – 2015)

As entrevistas com radialistas aconteceram no período de 05 de setembro a 19 de outubro e contou com o apoio logístico da Ouvidoria do SUS-MS. Com a decisão de contar com este serviço, firmou-se a parceria entre os responsáveis pela Coordenação-Geral de Saúde da Criança e Aleitamento com a Ouvidoria do SUS. Daí criou-se um agenda de reunião da pesquisadora com o grupo técnico da ouvidoria para conhecer os

trâmites e modalidades de atuação da Ouvidoria, apresentação dos objetivos da pesquisa, apresentação da amostra e do *Roteiro de entrevista*. Concluída essa etapa, foi apresentado o *Formulário de requerimento de pesquisa* que foi devidamente assinado, pelas partes. Anexo 2.

Após esse encontro, mais três outros ocorreram para se trabalhar a adaptação do roteiro para a modalidade de tele-atendimento, discutir sobre o perfil do entrevistador e planejar a capacitação da equipe que faria as entrevistas.

Inicialmente cinco entrevistadores foram selecionados e, apesar de apresentar grande experiência na abordagem de entrevistas telefônicas, foram submetidos a uma capacitação que constou de dois momentos. O primeiro, para conhecer e integrar a equipe (pesquisador e entrevistadores). Toda a etapa de coleta de dados foi acompanhada por uma técnica da Ouvidoria do Ministério da Saúde e pela coordenadora do grupo de tele-atendentes da Ouvidoria que intermediaram todos os contatos da pesquisadora com os entrevistadores.

O segundo momento constou de uma avaliação preliminar da qualidade da coleta de dados, após a realização das primeiras entrevistas. Participaram dessa etapa a pesquisadora/mestranda, técnicas do Ministério da Saúde, a coordenadora da equipe da Ouvidoria e a orientadora do Mestrado. Os áudios gravados, (dois de cada entrevistador), foram analisados sob dois aspectos: a desenvoltura no ato de entrevistar e a profundidade consentida ao diálogo. Após a análise, preservando o anonimato dos entrevistadores, foi realizada uma reunião para dar retorno sobre os achados. A equipe foi bem receptiva, compreendendo a proposta e, pelo compromisso assumido por eles, seguimos com o mesmo grupo. Dando sequência às entrevistas que já apresentaram consideráveis melhoras, fizemos nova escuta e análise do material. Desse ponto, tomou-

se a decisão de manter apenas os dois entrevistadores que confirmaram de fato mais habilidade com entrevistas em profundidade.

Com o grupo de consultores, a realização das entrevistas seguiu o fluxo de oportunidade de agendas. Pela distância geográfica (Região Norte), a entrevista aconteceu por telefone e foi realizada pela pesquisadora e três outras ocorreram presencialmente. Destas, duas foram realizadas pela orientadora do projeto e a outra pela própria pesquisadora.

Vale registrar que foi valioso, nessa etapa, poder contar com a ajuda da minha orientadora, tanto para otimizar o tempo das entrevistas de quem reside no Rio de Janeiro, quanto por permitir espaço crítico e não indutivo pela minha presença.

Concluído o trabalho de campo, seguimos com a transcrição para formação do banco de dados seguindo com as etapas (descritas mais adiante) preconizadas na análise qualitativa.

3.4 Técnicas e instrumentos

A triangulação de métodos permite a utilização de técnicas diferentes que favorecem a ampliação do universo informacional em torno de seu objeto de pesquisa. Pode-se utilizar dentre outros: grupo focal, entrevista, questionário.⁽⁵⁶⁾ Para a coleta de dados deste estudo, foram utilizadas as técnicas de entrevista e análise documental.

A entrevista é um procedimento com propósitos bem definidos, que possibilita a coleta de informações, a partir da fala dos sujeitos participantes de uma determinada ação ou projeto, cuja aplicação pode ser individual e/ou coletiva. Possibilita obter dados objetivos, a partir de fontes secundárias (censos, estatísticas e outros registros) e

subjetivos, que coletam informações, a partir dos sujeitos, sempre relacionando aos valores, atitudes e opiniões dos entrevistados.⁽⁴⁹⁾

A entrevista quanto à modalidade, pode ser estruturada – quando requer perguntas previamente estabelecidas, e não estruturadas ou semiestruturadas – são aquelas que permitem perguntas mais ou menos dirigidas e ao mesmo tempo deixam que o informante aborde livremente o tema com permissão subjetiva dos sujeitos, mantendo seus valores, atitudes e opiniões.⁽⁴⁹⁾

Quanto ao local de realização, a entrevista pode ser presencial, quando entrevistador e entrevistado se encontram face a face; e a distância, quando a tecnologia é utilizada para intermediar a captação das informações: telefone, *skype*, vídeo conferência, dentre outros. A entrevista ainda pode ser individual ou coletiva.

Outra técnica de coleta utilizada foi a “análise documental”. A pesquisa documental “(...) vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa, isto é, têm como característica usar fontes primárias.”⁽⁵²⁾

Como técnica de coleta de dados, a análise documental tem sido amplamente aplicada na pesquisa qualitativa, pois possibilita contextualizar aspectos histórico-culturais, ampliando a compreensão dos elementos analisados. A análise documental, “(...) apresenta-se como um método de escolha e de verificação de dados; visa ao acesso às fontes pertinentes, e, a esse título, faz parte integrante da heurística de investigação.”⁽⁵⁷⁾ Continua assegurando o autor que

A pesquisa documental é um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais, porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação. Dependendo do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa, pode se caracterizar como principal caminho de concretização da investigação ou se constituir como instrumento metodológico complementar. Apresenta-se como um método de escolha e de verificação de dados; visa ao acesso, às fontes pertinentes, e, a

esse título, faz parte integrante da heurística de investigação. Deve muito à História e, sobretudo, aos seus métodos críticos de investigação sobre fontes escritas. Isso por que a investigação histórica ao pretender estabelecer sínteses sistemáticas dos acontecimentos históricos serviu, sobretudo, às ciências sociais, no sentido da reconstrução crítica de dados que permitam inferências e conclusões.

Essa técnica, portanto, foi utilizada para colher informações sobre a dinâmica do processo de sensibilização dos radialistas, a partir de documentos constituídos “para” e “durante” o Projeto, dentre os quais: o Projeto em si, a PNAISC, peças produzidas (CD) pelo Projeto, postagens do *Facebook* feitas pelos participantes do Projeto.

Os instrumentos desenhados para o estudo foram: *Roteiro de entrevista em profundidade com os radialistas* (Apêndice 1); *Roteiro de entrevista em profundidade com consultores* (Apêndice 2); *Roteiro de análise documental - PNAISC* (Apêndice 3); *Roteiro análise documental – mídia (CD)* (Apêndice 4) e *Roteiro análise documental – Rede social Facebook* (Apêndice 5).

Sobre o *Roteiro de entrevista em profundidade com os radialistas*, o conteúdo priorizou aferir a compreensão desses quanto à experiência vivenciada no Projeto; buscou saber como os comunicadores se percebem atuando nas ações de prevenção da violência e sobre o envolvimento com o tema antes e depois da oficina. O roteiro ainda solicitou a indicação dos pontos fortes e fracos do Projeto e pediu sugestões sobre o que deveria ser modificado na proposta.

Para a entrevista com os consultores, o roteiro (Apêndice 2) mostra similaridade com o instrumento aplicado com os radialistas nos quesitos: “Avaliação da experiência”, “Pontos forte e fracos” e “Sugestões para melhorar a proposta”, mas também traz algumas especificidades, quando aborda sobre a metodologia utilizada e solicita uma avaliação sobre os resultados do Projeto (peças radiofônicas, mobilização e envolvimento dos radialistas).

Com relação ao material coletado, vale registrar que a intenção do estudo foi apreciar todo o arquivo. Todavia, a extensão do acervo e o restrito tempo disponível para análise exigiram, no caso dos consultores, a supressão de parte do material das entrevistas. Para análise foi considerado todo o material decorrido das entrevistas com radialistas. No caso dos consultores, apenas duas perguntas foram priorizadas. Essa escolha foi pautada na possibilidade comparativa entre os dois roteiros, possibilitando o balanço dos pontos forte e fracos e perspectivas de continuidade do Projeto na ótica dos sujeitos.

O quadro abaixo apresenta o resumo das técnicas empregadas para coleta do material a ser analisado consonante com os objetivos da pesquisa.

BJETIVOS	TÉCNICAS	FONTES	QUESTÕES
1. Descrever o projeto, abordando sua inserção no contexto da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) e caracterizando as estratégias e ações empregadas para sua execução;	Análise documental (fontes a e b)	a) Política – Portaria (PNAISC) b) Documentos produzidos pelo Projeto: Projeto e metodologia de capacitação dos radialistas – Roteiro e orientações.	Roteiro p/análise documental da PNAISC. Roteiro p/análise documental do Projeto.
2. Identificar os conhecimentos e experiências que o Projeto trouxe para o Ministério da Saúde no campo da prevenção da violência contra crianças e adolescentes e promoção de uma cultura de paz;	Análise documental (fontes a, b, c, d)	c) Relato oral de entrevista com consultores.	Roteiro de entrevista com consultores.
3. Analisar as contribuições do projeto para as práticas de prevenção da violência e promoção da cultura de paz entre os radialistas participantes;	Análise documental (fonte a, b); Entrevista semiestruturada (fontes c, d)	c) Relato oral de entrevista com consultores. d) Relato oral de entrevista com radialistas.	Roteiro de entrevista com consultores. Roteiro de entrevista com radialistas.
4. Analisar as contribuições e limites do projeto para a prevenção da violência contra crianças e adolescentes e promoção da cultura de paz.	Análise documental (fonte a) Entrevista semiestruturada (fontes c, d)	c) Relato oral de entrevista com consultores. d) Relato oral de entrevista com radialistas	Roteiro de entrevista com consultores. Roteiros de entrevista com radialistas.

Quadro 1 - Síntese dos objetivos, técnicas fontes e questões

Fonte: arquivo da autora, 2016

3.5 Reflexividade

Enquanto na pesquisa quantitativa o conceito de validade ocorre pela representação numérica – “testes de consistências internas realizadas nos dados coletados”, processo científico, reconhecido e legitimado, sem tantos questionamentos quanto aos números – na qualitativa, este conceito é, por vezes, questionado, a partir da análise dos resultados como expressão da “realidade encontrada”. Esses questionamentos se conformam pela proximidade do pesquisador com os sujeitos do estudo, demandando um exercício voltado para isenção com “(...) destaque para sua integridade ética na coleta, análise e resultados apresentados em seus estudos e as possíveis consequências para os sujeitos envolvidos na pesquisa.”⁽⁵⁸⁾

Na pesquisa qualitativa, com o intento de produzir conhecimentos, pesquisador e sujeitos do estudo atuam de forma ativa. Esse envolvimento requer “(...) reflexão e interrogação dos dados do próprio pesquisador, dos participantes e do contexto em que eles habitam.”⁽⁵⁸⁾

Do mesmo modo, antes de começar o estudo, é imperativo que o pesquisador se questione e reflita sobre quais possibilidades de seus posicionamentos e intervenções afetarem o estudo, tornando-se mais “(...) preparado para identificar os momentos eticamente relevantes, quando estes surgirem.”⁽⁵⁸⁾

Reafirmo aqui, que sou uma das autoras e que coordeno o projeto *Nas ondas do rádio* que constitui o caso de análise desta investigação. Tal posição cria um lugar privilegiado de proximidade e de acesso aos dados que ordenaram um exercício de estranhamento e distanciamento, com a familiaridade desta experiência, para poder analisá-la de forma crítica. Como meios de controle de interferências e possíveis respostas favoráveis, seguimos dois critérios de rigor em pesquisas qualitativas,

reconhecidos por diversos autores que são: a triangulação de métodos, bem como, contratação de entrevistadores externos para entrevistar os radialistas e a contribuição da orientadora nas entrevistas com os consultores.

3.6 Procedimentos de análise

É fato que a pesquisa qualitativa produz um volume significativo de dados (entrevistas e análise documental, observação), o que demanda uma organização prévia, mas cujo processo organizativo já faz parte da análise. No caso deste estudo, a análise das entrevistas pautou-se pela análise de conteúdo na modalidade temática.

Nesta fase, deve-se lembrar dos obstáculos de uma análise qualitativa de dados. A primeira observação posta atenta para a ilusão do pesquisador em achar que os dados já estão transparentes e claros o suficiente. Isso decorre principalmente devido à proximidade do pesquisador para com o estudo.

O segundo obstáculo diz respeito ao envolvimento do pesquisador para com os métodos e técnicas, o que pode fazê-lo esquecer dos significados dos dados colhidos, levando o foco da pesquisa apenas aos procedimentos metodológicos.

E o terceiro empecilho, que pode empobrecer a análise, é quando o pesquisador produz um distanciamento entre a fundamentação teórica e a prática da pesquisa.

É importante lembrar que estes obstáculos são superáveis quando se adota uma boa fundamentação teórica e se objetiva criticamente a experiência do pesquisador.⁽⁵⁹⁾

A técnica de análise de conteúdo tem duas funções: a primeira é a de confirmar, através da análise do conteúdo, se as hipóteses e/ou questões foram alcançadas; a segunda é saber “(...) o que está por trás dos conteúdos manifestos,^{”(49)} aprofundando a análise dos sentidos e concepções sociais atribuídas às ações dos sujeitos.

A *Análise temática* foi a modalidade eleita para interpretar os dados deste estudo. Tal método segue uma formalidade científica e serve para identificar o núcleo de sentidos, a partir da presença e frequência de assuntos mencionados no material analisado. “Para uma análise de significados, a presença de determinados temas denota estruturas de relevância, valores de referência e modelo de comportamento presentes ou subjacentes no discurso.”⁽⁵⁹⁾ A operacionalização da análise temática ocorre em três etapas: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados obtidos e interpretados.

Pré-análise

Como primeira etapa, consta da escolha dos documentos e revisitas aos objetivos da pesquisa para identificar a relação entre as etapas de análise e construir indicadores que nortearão a interpretação dos resultados. Dessa fase, fazem parte: a *Leitura flutuante* – para intensificar o contato com o material de pesquisa, aprofundar reflexão e associação com as hipóteses; a *Constituição do corpus* – busca a totalidade e adentra nos aspectos qualitativos da *exaustividade*, para se ter ciência se o material está conforme o roteiro; a *representatividade* – para identificar se o material traz as características pretendidas no estudo; a *homogeneidade* – para identificar se os temas, as técnicas e atributos dos interlocutores estão dentro dos critérios de escolha; e a *pertinência* – para saber se o material responderá aos objetivos do estudo.

Essa fase pode requerer formulação e reformulação de hipóteses e objetivos, a partir da leitura exaustiva do material. Esse cuidado pode impedir a perda da riqueza do material colhido, por se deixar ofuscar pelo tecnicismo.

Exploração do material

É uma etapa classificatória para ampliar a compreensão do texto e favorecer o início da categorização. Categorizar significa recortar o texto em partes menores (palavras, temas, personagens e acontecimentos) que sejam importantes para a análise inicial. Depois segue para a regra de contagem, a partir da codificação e quantificação. Por último, os dados serão classificados e agregados por categorias teóricas ou empíricas.

Tratamento dos resultados obtidos e interpretados

Esta etapa consiste em realçar as informações obtidas. Os dados brutos podem ser submetidos às análises estatísticas simples (porcentagens) ou complexas (análise fatorial) ou serem analisados pelo viés qualitativo. Daí dois caminhos devem ser seguidos: a interpretação dos resultados e sua relação com o quadro teórico e a busca de outras interpretações, a partir do que sugere o material. A figura abaixo mostra as fases de análise da pesquisa qualitativa.



Figura 1 - Percorso preparatório para análise qualitativa dos dados
Fonte: Arquivo da autora, 2016.

Por fim, o acima descrito confirma a formalidade que a fase de análise de conteúdo exige e adverte sobre as possibilidades de idas e vindas, pois, às vezes, durante essa fase, identifica-se que é preciso retornar à fase de coleta para complementar dados, para ajustar a hipótese, ajustar questões que não ficaram bem definidas ou ainda, para se reestruturar a fundamentação teórica.⁽⁴⁹⁾

3.7 Questões éticas

A realização deste estudo seguiu os preceitos da resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) n. 466/12, que regula os projetos de pesquisa realizados com seres humanos. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Nacional de Saúde da Criança, Mulher e Adolescente Fernandes Figueira (IFF) e obteve a aprovação sob o registro n. 1700/Dpq/2016.

O anonimato dos sujeitos foi garantido, e as entrevistas semiestruturadas feitas de forma presencial ou por telefone foram realizadas mediante o desejo e o consentimento dos entrevistados em participar, após assinatura do *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (TCLE) (Anexo 1).

Antes de iniciar a entrevista, cada participante foi devidamente esclarecido sobre os objetivos e a justificativa do estudo, além das perguntas que seriam feitas durante a entrevista.

Embora o risco deste estudo seja reduzido, isso diz respeito apenas ao possível desconforto dos participantes em responder as perguntas. Foi tido o cuidado de informar que, a qualquer momento, o participante poderia deixar de responder a alguma pergunta ou desistir de participar da entrevista.

No caso das entrevistas com radialistas que foram realizadas por telefone o TCLE foi lido de forma resumida, sem, no entanto, perder a essência do seu conteúdo, garantindo assim, o total esclarecimento dos entrevistados. A verbalização da ciência e a autorização expressa de cada participante ficaram gravadas nos áudios produzidos pela auditoria.

Com os consultores, a entrevista também foi precedida da assinatura do TCLE, só que neste caso, o documento foi entregue a cada um deles para que antes de assinarem o termo, fizessem a leitura na íntegra do documento.

Oportunamente, os entrevistados foram informados de que os resultados da pesquisa seriam materializados sob a forma de uma dissertação de mestrado, produção de artigo científico e potenciais contribuições para readequação do projeto *Nas ondas do rádio*, com vistas à sua execução futura, inclusive em temáticas outras.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS - O PROJETO *NAS ONDAS DO RÁDIO*: CONEXÕES COM A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA CRIANÇA, COMPOSIÇÃO E AÇÕES PREVISTAS

Este capítulo tem por objetivo descrever o projeto *Nas ondas do rádio*, abordando sua inserção no contexto da PNAISC,⁽⁶⁰⁾ assim como apresentar as estratégias e ações empregadas para sua execução. Adotamos neste capítulo inicial um tom essencialmente descritivo, com a finalidade de apresentar o Projeto, seus objetivos e estratégias.

Mesmo com a implantação de planos, programas e ações, o Brasil ainda não dispunha, até 2014, de uma ementa que conjugasse em um documento único ações e intenções políticas para a atenção integral à criança, incluindo os aspectos de gestão dos processos de trabalho.

Por esse motivo, a CGSCAM concluiu e entregou aos gestores e profissionais da saúde um documento matizado com os eixos de ações para a atenção integral à saúde da criança, com estratégias e dispositivos para promover a integração e articulação de ações e serviços de saúde nos municípios e regiões, de modo a integrar o cuidado da criançaⁱⁱ.

Assim sendo, a CGSCAM e parceiros redigiram a proposta da construção da PNAISC aprovada no CNS, pactuada na CIT, em 2014, e instituída no âmbito do SUS pelo do Gabinete do Ministro, portaria 1.130, de 5 de agosto de 2015.

O fundamento legal constituído da PNAISC foi, dentre outros, a Constituição Federal de 1988, que anuncia a garantia do direito universal à saúde pelo SUS e, no

ⁱⁱ Ministério da Saúde e Secretaria de Atenção à Saúde; Departamento de Atenção Programáticas e Estratégicas; Coordenação Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno; Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); História da Saúde Pública na América Latina e Caribe (HISA), Sistema Regional de *Información en Línea* para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (LATINDEX); Sumário de Revistas Brasileiras, p. 4-9.

artigo 227, proclama o conceito da *Proteção integral da criança*, ratificado pelo ECA, de 1990.

As condições de saúde das crianças de grupos vulneráveis como indígenas, quilombolas, portadores de deficiências, filhas de mães privadas de liberdade, pessoas em situação de rua também foram considerados para a construção da política. Todos os esforços buscaram mostrar ações voltadas não apenas para a sobrevivência e o crescimento infantil, mas também centradas na atenção do desenvolvimento integral da criança, inclusive na prevenção da violência e promoção da cultura de paz.

O processo de concepção da PNAISC estendeu-se por quatro anos, numa intensa articulação interfederativa, com encontros nacionais, sendo muitos virtuais e dez presenciais, além de ter conjugado parcerias entre a CGSCAM do Ministério da Saúde e a Estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis (EBBS) do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF) da Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ).

Coordenadores da Saúde da Criança dos estados e capitais e as equipes estaduais e nacionais de consultores do MS e técnicos da CGSCAM contribuíram intensamente para essa ação. Também colaboraram nesse processo, especialistas e entidades como o CONASS, o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), o CNS, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), segmentos da sociedade civil, dentre os quais, a Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI) e a Pastoral da Criança.

A PNAISC incorporou o conceito ampliado de saúde, reconhecendo a associação entre saúde, estilos de vida e condicionantes sociais e praticou a intersetorialidade da sua concepção até à sua implementação.

Em seu texto formal, a PNAISC tem como objetivo:

Promover e proteger a saúde da criança e o aleitamento materno, mediante a atenção e cuidados integrais e integrados da gestação aos 9 (nove) anos de vida, com especial atenção à primeira infância e às populações de maior vulnerabilidade, visando à redução da morbimortalidade e um ambiente facilitador à vida com condições dignas de existência e pleno desenvolvimento. (Art. 2º). Portaria 1.130 publicada em 5 de agosto de 2015.⁽¹⁾

A Política foi tracejada a partir de princípios, diretrizes e eixos estratégicos, considerando-se o conjunto de decretos, portarias, políticas sociais de atenção e promoção à saúde, desenvolvimento social e educação, que regem a promoção e garantia dos direitos da criança, bem como os compromissos internacionais assinados pelo Brasil.

Os princípios delineiam as premissas dos compromissos e estratégias a serem assumidos para a atenção integral à saúde da criança. As diretrizes visam a nortear a elaboração dos planos, programas, projetos e ações de saúde e os eixos estratégicos têm como finalidade “(...) orientar e qualificar as ações e serviços de saúde da criança no território nacional.”

De acordo com a Portaria/GM Nº 1.130 de 5 de agosto de 2015, os princípios, diretrizes e eixos estratégicos da PNAISC, estão assim distribuídos: **Princípios** – Art. 4º I - direito à vida e à saúde; II - prioridade absoluta da criança; III - acesso universal à saúde; IV - integralidade do cuidado; V - equidade em saúde; VI - ambiente facilitador à vida; VII - humanização da atenção; VIII - gestão participativa e controle social. **Diretrizes- Art. 5º** I - gestão interfederativa das ações de saúde da criança; II - organização das ações e serviços na rede de atenção; III - promoção da saúde; IV - fomento à autonomia do cuidado e da corresponsabilidade da família; V - qualificação da força de trabalho do SUS; VI - planejamento e desenvolvimento de ações; VII - incentivo à pesquisa e à produção de conhecimento; VIII - monitoramento e avaliação;

IX – intersectorialidade. **Eixos estratégicos - Art. 6º I** - atenção humanizada e qualificada à gestação, ao parto, ao nascimento e ao recém-nascido; II - aleitamento materno e alimentação complementar saudável; III - promoção e acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento integral; IV - atenção integral a crianças com agravos prevalentes na infância e com doenças crônicas; V - atenção integral à criança em situação de violências, prevenção de acidentes e promoção da cultura de paz; VI - atenção à saúde de crianças com deficiência ou em situações específicas e de vulnerabilidade; VII - vigilância e prevenção do óbito infantil, fetal e materno.

À luz do fortalecimento do pacto interfederativo das ações de saúde da criança, a PNAISC surge também para promover a integração entre os níveis de atenção às redes de atenção, fomentar as ações de promoção da saúde da criança, além do interesse de planejar, sistematizar e articular as ações, programas e políticas existentes para a atenção integral à saúde da criança em *Linhas de cuidado*. A disposição desses arranjos de interseção e transversalidade encontra-se na figura abaixo.



Figura 2 - Representação dos Eixos estratégicos e transversalidade nas Redes de Atenção à Saúdeⁱⁱⁱ

Fonte: Arquivo da CGSCAM - 2015

ⁱⁱⁱ Fonte: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/513-sas-raiz/dapes/saude-da-crianca-e-aleitamento-materno/11-saude-da-crianca-e-aleitamento-materno/12865-pnaisc>.

Concluído o trâmite normativo requerido na construção de uma política pública social, seguiu com o desafio de implantá-la. Nessa seara, a CGSCAM repetiu a dinâmica de articulação interfederativa adotada no processo de construção da PNAISC e, em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde-OPAS, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (Estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis), realizou três Seminários Macrorregionais para implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança. A finalidade dos seminários foi possibilitar a discussão e construção coletiva de estratégias de apoio para implementação da PNAISC dentro das Redes de Atenção à Saúde (RAS) nos estados, regiões de atenção à saúde e municípios, para gestores estaduais, municipais e apoiadores, com foco na Atenção Básica^{iv}. Participaram dos seminários 420 representantes das cinco regiões do Brasil, com uma média de 140 participantes por oficina.

Participaram dos encontros secretários estaduais de saúde, secretários de saúde das capitais, o COSEMS, secretários municipais de saúde de municípios de pequeno porte (1 por estado), coordenadores de Saúde da Criança dos estados e capitais, coordenadores estaduais da Atenção Básica, coordenadores estaduais da Rede Cegonha, coordenadores estaduais da Urgência e Emergência, coordenadores estaduais das redes de Atenção Psicossocial, apoiadores, articuladores e consultores de Saúde da Criança, representantes de universidades e instituições de ensino e representantes da sociedade civil atuantes no campo dos direitos da criança/primeira infância.

A culminância das atividades dos seminários foi celebrada com a validação dos 10 passos para a implementação da PNAISC, conforme o quadro abaixo.

^{iv} Seminários macrorregionais para implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança. Eventos ocorridos com base na Nota Técnica n. 13/2015 da CGSCAM.

01. Articulação Intrasetor Saúde: Estimular a grupalidade entre profissionais e pontos de atenção envolvidos com a saúde da criança em cada serviço, no município, na Região de Saúde, no Estado – Comitê de Saúde da Criança ou congênere;
02. Articulação Intersetorial: Articular os profissionais da ABS com aqueles dos Serviços das Políticas Públicas Sociais no território. CRAS (Assistência), Educação (Creche, Pré-escola etc.) – Comitê Intersetorial Local;
03. Fomento a elaboração de Projetos Terapêuticos Singulares para os casos mais complexos de crianças/famílias, pelas equipes em todos os pontos de atenção, em especial da ABS, sempre que possível de forma intersetorial;
04. Realização de diagnóstico de atenção integral à saúde da criança no respectivo território, elaborado pelos grupos acima;
05. Formulação de Plano de Ação com estratégias para ofertar as ações e serviços necessários para garantia do acesso e atenção integral às crianças (7 eixos da PNAISC);
06. Articulação na Região de Atenção à Saúde, com demais municípios e serviços de referências regionais para complementação do Plano, com pactuação de referenciamento – CIR etc.;
07. Definição de pequeno elenco de indicadores para monitoramento do Plano;
08. Monitoramento e avaliação de periódicos do Plano de Ação, inclusive nas instâncias e instrumentos de gestão do SUS: Conselho de Saúde, Plano Municipal de Saúde etc.;
09. Oferta de educação permanente com capacitação nos eixos estratégicos da PNAISC e fomento à troca de experiências exitosas entre equipes/serviços;
10. Oferta de Apoio Institucional às equipes e coletivos envolvidos com a implementação da PNAISC nos territórios. O Ministério da Saúde criará uma comunidade de práticas, em plataforma virtual com esta finalidade, com adesões abertas para gestores estaduais, municipais e de estabelecimentos de saúde que atendem crianças.

Quadro 2 - Passo a passo estratégico para implementar a PNAISC

Fonte: Arquivo CGSCAM, 2015

É importante lembrar que a existência da política pública por si só não é garantia de sua implantação. Fertilizar os espaços para sua aplicabilidade requer acordos contínuos e parcerias estabelecidas entre os entes federados e instituições da sociedade civil de modo que se constituam um plano de ação conjunto com definição de orçamento e níveis de competência definidos.

A idealização da PNAISC e do projeto *Nas ondas do rádio* iniciaram-se em 2011, com a chegada do novo gestor à CGSCAM. Porém, em função do percurso distinto de concepção, construção e implantação de uma política e um projeto, o Projeto seguiu mais rapidamente, vindo a concretizar o início de suas ações em 2012, três anos antes da conclusão textual e do trâmite para a publicação da política, que só foi concluído em 2015. O desencontro temporal não significou distanciamento entre ambos,

pelo contrário, o projeto alinha-se à política, sendo reconhecido como uma ação do “V eixo estratégico”, que recomenda a atenção integral à criança em situação de violência, a prevenção de acidentes e a promoção da cultura de paz, presumindo.

Articular um conjunto de ações e estratégias da rede de saúde para a prevenção de violências, acidentes e promoção da cultura de paz, além de organizar metodologias de apoio aos serviços especializados e processos formativos para a qualificação da atenção à criança em situação de violência de natureza sexual, física e psicológica, negligência e/ou abandono, visando à implementação de linhas de cuidado na Rede de Atenção à Saúde e na rede de proteção social no território.⁽⁷⁾

Vale ressaltar que a interface do projeto *Nas ondas do rádio* com a PNAISC abarca pelo menos três dos oito princípios que orientam a política, dentre os quais: o direito à vida e à saúde; a prioridade absoluta da criança; o ambiente facilitador à vida e ao controle social, bem como duas das nove diretrizes que são: a promoção da saúde e a intersetorialidade. Atende também ao apelo para a qualificação dos profissionais, de modo que possam atuar de forma adequada na rede de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.

4.1 A proposta do projeto *Nas ondas do rádio*

Observa-se que as ações de base comunitária para a prevenção da violência contra crianças e adolescentes ainda são escassas, descontínuas e irregulares. Não havia iniciativas que associassem de forma sistemática “comunicação” e “saúde” e ainda eram raras as ações que elegiam a radiodifusão como meio de interação dialógica com a sociedade. Contexto este que favoreceu a CGSCAM/MS promover a modelagem intersetorial entre os campos da saúde e da comunicação para atuação na prevenção da violência contra crianças e adolescentes.

Tendo em vista que os meios de comunicação, além de potentes dispositivos de transmissão de informações, são instrumentos promotores da intersetorialidade, foi concebido o projeto *Nas ondas do rádio – a prevenção da violência contra crianças e adolescentes*. Tratava-se, portanto, de unir a comunicação às ações de prevenção da violência e à promoção da cultura de paz.

O fato de a equipe da CGSCAM⁶ contar com uma profissional que acumula experiência de trabalho com radialistas, desenvolvida no Ceará em 1998-2000, também favoreceu a proposição do Projeto. Essa oportunidade possibilitou-me a época estabelecer parceria com a equipe do ISDS, que elaborou e executou o projeto *Radialistas contra a Aids*, com apoio MS e da Secretaria de Estado da Saúde do Ceará e Pathfinder do Brasil (USAID).

Por conseguinte, a ideia foi lançada em 2011 e passou por um processo de maturação durante o período de acomodação do novo gestor que precisava definir as suas estratégias de gestão e as ações a serem implantadas. Enquanto isso buscou-se o nome, delinear-se os objetivos e proposta de metodologia do Projeto. Superada essa fase, a CGSCAM e o IFF da Fundação Oswaldo Cruz abraçaram a construção textual da proposta, que contou com momentos presenciais e com o apoio da tecnologia virtual (*e-mail*, telefone e *skype*) para aproximar Brasília e Rio de Janeiro, cidades sedes dos parceiros.

No contexto, o IFF desempenhou as funções de coordenador e executor dos recursos financeiros do Projeto, bem como submeteu a proposta ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) que analisou, deu seguimento ao trâmite burocrático e financiou o empreendimento. A publicação no Diário Oficial aconteceu em 14 de novembro de 2011, mas a disponibilidade do financeiro só ocorreu em 19 de julho de 2012. A partir

de então, se pôde dar sequência à programação financeira e iniciar as ações programáticas previstas no Projeto.

Percebe-se nesse contexto uma significativa demora: sete meses para a efetivação do repasse financeiro. Vale ressaltar que embora o tempo tenha sido otimizado com atividades antecipatórias (identificar e contatar com os profissionais que comporiam equipe de consultores) e necessárias para o Projeto, essa demora no repasse provocou conseqüentemente o adiamento do início das oficinas, que só aconteceram vindo as mesmas se concretizarem somente em 2013.

Percebe-se nesse contexto uma significativa demora: sete meses para a efetivação do repasse financeiro. Vale ressaltar que embora o tempo tenha sido otimizado com atividades antecipatórias (identificar e contatar com os profissionais que comporiam equipe de consultores) e necessárias para o Projeto, essa demora no repasse provocou conseqüentemente o adiamento do início das oficinas, que só aconteceram vindo as mesmas se concretizarem somente em 2013.

Em seguida, formou-se um grupo executivo composto por uma pedagoga, uma médica pediatra, uma radialista, uma profissional da área de comunicação e uma técnica da CGSCAM e da Coordenação Geral de Saúde dos Adolescentes e Jovens (CGSAJ), com o desafio de construir o roteiro de orientações para auxiliar na dinâmica das oficinas. Este documento agregou o conteúdo programático, as dinâmicas e o cronograma de atividades.

Ao iniciar a oficina, cada um dos participantes recebeu um roteiro para simultaneamente poder acompanhar o passo a passo da metodologia. O roteiro também comportava a possibilidade de ser utilizado em caso de replicação da oficina nos territórios.

O grupo de consultores que elaborou o roteiro também facilitou as oficinas de sensibilização dos radialistas em todas as regiões do país, o que potencialmente permitiu maior alinhamento entre a proposta e sua execução.

Considerando a dimensão territorial e, por conseqüências, a logística de mobilização e os custos com deslocamentos em grandes distâncias, pensou-se o Projeto em duas fases. Da primeira fase participaram radialistas das regiões Norte e Nordeste mais as cidades do Rio de Janeiro, Florianópolis e Campo Grande. O Projeto aportou como objetivo geral: Valorizar o potencial dos profissionais do rádio na difusão das ações de prevenção da violência e promoção da cultura de paz. Para tanto, definiu como objetivos específicos: i) identificar a rede radiofônica (rádios comunitárias, escolares e comerciais); ii) construir o conteúdo metodológico a ser utilizado nas sensibilizações dos profissionais; iii) sensibilizar os radialistas; iv) utilizar a potência dos meios de comunicação, otimizando talentos comunitários na produção de peças radiofônicas temáticas; v) convergir os radialistas participantes do Projeto e os parceiros para a apresentação da proposta metodológica, dos resultados e pactuação do compromisso com a promoção da garantia de direitos de crianças e adolescentes, com vistas na prevenção da violência e promoção da cultura de paz; e vi) coordenar, monitorar e avaliar as ações do projeto.

O quinto objetivo se concretizou com a realização em Brasília (agosto de 2013) do Seminário Nacional de Radialistas, especificamente com os que participaram da primeira fase do Projeto. A programação desse encontro abarcou uma conferência “máster” sobre *Comunicação e prevenção da violência*, o lançamento do primeiro CD e a certificação dos radialistas. Para a realização desse seminário, contou-se com o apoio financeiro e logístico da OPAS - Brasil.

A segunda fase, por se tratar de um projeto de continuidade, adotou três objetivos gerais: i) manter em movimento a onda de sensibilização dos radialistas; ii) utilizar o potencial do rádio na difusão das ações de prevenção da violência e promoção da cultura de paz; e iii) ampliar o Projeto para as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e para o Distrito Federal.

Os objetivos específicos delineados para esta fase foram: a) ajustar o referencial teórico-metodológico; b) identificar e mobilizar a rede radiofônica (rádios comunitárias, escolares, públicas, universitárias e privadas); c) sensibilizar os radialistas; d) estimular a atuação dos radialistas na prevenção da violência contra crianças e adolescentes e promoção da cultura de paz; e) otimizar talentos comunitários que atuam em rádios para produção de peças radiofônicas sobre os temas pautados na oficina.

Vale lembrar, no que concerne aos níveis de prevenção da violência (primário, secundário e terciário), que o Projeto buscou interferir no nível primário, ou seja, antes da ocorrência da violência.⁽²⁾

4.2 Estratégias de ação

O início das atividades programáticas aconteceu em 2013 com uma visita ao Ministério das Comunicações para solicitar a relação das rádios existentes no país. Na A lista com 3.559 rádios distribuídas por unidade federativa, continha também informações sobre a classificação de outorga de funcionamento e números de telefones.

Quanto às rádios-escola, recorreremos ao Ministério da Educação, que nos concedeu um arquivo com 1.819 escolas, (540 estaduais e 1.279 municipais), as quais haviam recebido um equipamento de rádio. Mas a lista não atestava nem a situação dos equipamentos, nem se alguma atividade estava sendo realizada. Nesse contexto,

apresentamos alguns aspectos que justificaram a inclusão das rádios-escolas no escopo do Projeto. Dentre eles, o reconhecimento do envolvimento da escola na educação para a cidadania; por entender que a escola é um lugar privilegiado de convivência e interação interpessoal que pode por vezes germinar conflitos, mas também produzir soluções, pela oportunidade de favorecer a discussão da prevenção da violência com profissionais que atuam diretamente com os alunos e por ser oportuno e potente o estímulo ao protagonismo dos alunos na utilização dos equipamentos radiofônico da escola.

Estas listas foram importantes do ponto de vista quantitativo, mas não para os contatos, pois muitos dos números telefônicos já estavam desatualizados. Por conta desse fato, buscamos outras fontes de contatos em instituições vinculadas à radiodifusão.

Vale destacar que a mobilização dos radialistas foi a etapa mais trabalhosa do Projeto. Ter acesso aos contatos (telefones, e-mails), enviar convites, custear as despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação nem sempre se mostraram suficientes. Foram muitas e repetidas ligações, muitos *e-mails* enviados e reenviados e ao final foi obtida uma tímida adesão para a maioria das oficinas. Foram excluídas desse contexto as oficinas das Regiões Norte e Nordeste, cujos números de participantes ultrapassaram o previsto.

Assim, podemos afirmar que pelos esforços envidados e pela baixa adesão em algumas das oficinas nos frustrou a ideia de que a oferta por si só bastasse para instigar o interesse de participação dos radialistas.

O Projeto realizou oito oficinas, e para cada uma delas as características de mobilização apresentou peculiaridades quanto às estratégias utilizadas para o convite dos radialistas. Em algumas regiões as ajudas vieram das associações e sindicatos da

categoria; em outras, das secretarias de educação do estado e municípios (rádios-escola). Também buscamos articulação com as assessorias de comunicação de governos estaduais e municipais, com Organizações Não-Governamentais atuantes em áreas afins, além da Assessoria de Comunicação (ASCOM) do Ministério da Saúde, as associações de rádios comunitárias e as redes pessoais de contatos.

Foi relevante o apoio prestado, no processo de mobilização, pela Agência Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) do Ministério da Saúde, pela Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRACO) e pelas Coordenações da Saúde da Criança dos Estados.

O acesso à oficina iniciou-se com o preenchimento da *Ficha de inscrição*, inicialmente enviada por *e-mail* e depois, através de um formulário virtual, o *FormSUS*^v. O prazo para quem precisou de passagem aérea se encerrou dez dias antes da oficina, sob a justificativa do aumento no valor da passagem, quando se compra em datas próximas à viagem. Para aqueles que dependiam de ônibus interestadual ou intermunicipal e para os residentes na cidade-sede do evento, esse prazo se estendeu até o primeiro dia do evento.

Concomitante ao processo de inscrição, toda a logística foi preparada: reserva de hotel, compra de passagens e contatos frequentes com os inscritos para mantê-los informados sobre a programação e sobre a adesão ao convite. Aos já inscritos, foi solicitada a contribuição na convocação de outros radialistas.

As oficinas aconteceram às sextas-feiras à noite, sábados e domingos nas cidades de Belém, Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília e Campinas. A escolha pelo fim de semana foi uma estratégia para aumentar as chances de participação dos radialistas com jornadas de trabalho em serviços diferentes.

^v Serviço do DATASUS para a criação de formulários na WEB de uso público, com normas de utilização definidas, compatíveis com a legislação e com a política de informação e informática do SUS.

A abertura oficial de cada evento aconteceu às sextas-feiras à noite, contando com a participação de profissionais da Saúde da Criança dos estados e capitais, além de outros parceiros. A programação constava das boas vindas e acolhimento e uma apresentação da análise situacional da violência para atualizar os participantes sobre a epidemia da violência no Brasil, ressaltando os dados da região sede do evento. Por quatro vezes, contamos com a Coordenação-Geral de Doenças e Agravos Não Transmissíveis (CGDANTs) do Ministério da Saúde, com coordenadores da Saúde da Criança dos Estados, Consultores Estaduais do Ministério da Saúde, técnicos da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do estado e município e outros parceiros.

CAPÍTULO 5 – CARACTERIZAÇÃO DOS RADIALISTAS E DAS RÁDIOS ENVOLVIDAS

A análise das *Listas de frequência* mostra que dos 416 inscritos, 314 concluíram a carga horária prevista - 75% ou mais de frequência. Cabe esclarecer que, embora 314 participantes tenham cumprido a assiduidade necessária para a certificação, para este estudo, optou-se por considerar, na amostra, somente os profissionais que tinham atuação direta em rádio, ou seja, 294 profissionais. Dos 20 que não atuavam diretamente em rádios vieram das regiões Norte (quatro), Centro Oeste (quatro) e Sudeste (quatro). Os demais (cinco) eram da região Nordeste e três da Região Sul. No que concerne às atividades exercidas por estes profissionais. Quatro atuavam na saúde, sendo, três na Secretaria de Saúde e uma no Ministério da Saúde (Secretaria de Vigilância a Saúde - Coordenação de Doenças e Agravos não Transmissíveis). Um desses participantes trabalhava na educação mais especificamente no Programa Saúde na Escola e outro era representante do Programa Primeira Infância Melhor do Rio Grande do Sul. Três deles atuavam na assessoria de comunicação de governo, dois em ações comunitárias, um era envolvido com a Associação de Paes e Amigos dos Excepcionais como músico e sete deixaram de informar sobre as áreas de atuação.

Vale aqui inferir que o número de radialistas que participaram do projeto não teve, do ponto de vista quantitativo, grande representação da categoria, principalmente se considerar o número de rádios existentes no Brasil (de fato o projeto não estimou um percentual de rádios a ser alcançado), no entanto, vale ponderar que contar com profissionais de rádios de natureza diversas sensibilizados nas cinco regiões brasileiras, pode favorecer a ampliação da informação e caso a onda de multiplicação da metodologia tome impulso até repetir a oficina com radialistas locais, pois o material disponibilizado a cada um dos participantes é de fácil replicabilidade.

Os dados referentes ao perfil sociodemográfico e profissional foram originados a partir das fichas de inscrição. A Tabela 2 mostra que 45% dos participantes são pessoas mais maduras (41 anos ou mais). Entre os radialistas os grupos com idade de 21 a 30 anos e 41 a 50 anos tem o mesmo percentual de 22%. E 21% estão entre 31 a 40 anos, percebe-se, portanto, não haver discrepâncias geracionais.

Quanto ao sexo, verificou-se 54% de participação masculina, todavia, a participação feminina foi bastante expressiva (ao todo 46%). Isso revelou a significativa presença de mulheres no Projeto. Ao se verificar os dados sobre a escolaridade dos participantes, notou-se uma predominância de 69% com formação de ensino superior. Dentre os 203 radialistas que cursaram uma faculdade, a área de humanas foi a mais procurada: 33% fizeram comunicação Social; 13%, pedagogia; 9%, letras; e 5%, história e 5% Serviços sociais/ciências sociais. Os cursos de administração e gestão foram procurados por 6% dos participantes, sendo 3% em cada um deles. Deixaram de informar qual o curso concluído 7% dos radialistas. Os cursos de direitos, biologia, filosofia, teologia, educação física, ciências sociais, dentre outros foram agrupados na categoria “Outros” e corresponde a 19%. No que se refere à pós-graduação, 36% dos participantes revelaram ter seguido com os estudos. Destes, 79% fizeram especialização, 20%, mestrado e 1% concluiu o doutorado. Dos que fizeram especialização a escolha para a habilitação foi jornalismo, seguida de radialismo e televisão. Vale ressaltar que o cálculo dos percentuais da pós-graduação não considerou as perguntas sem respostas (37), conforme tabela abaixo.

Faixa etária	N	%
15 a 20 anos	13	4%
21 a 30 anos	64	22%
31 a 40 anos	63	21%
41 a 50 anos	64	22%
51 a 60 anos	50	17%
Mais de 60	16	6%
Sem informação	24	8%
	294	100%
Sexo		
Feminino	135	46%
Masculino	159	54%
	294	100%
Nível de escolaridade		
Ensino Fundamental	10	4%
Ensino médio	71	24%
Superior	203	69%
Sem informação	10	3%
	294	100%
Formação		
Comunicação social	67	33%
Pedagógica	27	13%
Letras	18	9%
História	10	5%
S. Social/C.Sociais	9	5%
Administração	7	3%
Direito	7	3%
Gestão	6	3%
Sem informação	14	7%
Outros	38	19%
	203	100%
Pós-graduação		
Doutorado	1	1%
Especialização	58	79%
Mestrado	15	20%
	74	100%

Tabela 2 - Distribuição dos participantes do projeto *Nas ondas do rádio*, segundo idade, sexo e escolaridade dos profissionais atuantes nas mídias radiofônicas (2013 a 2015)

Fonte: Dados do Projeto (2013 – 2015)

5.1 Natureza da rádio, tempo de dedicação e funções exercidas

A emissora de rádio é uma prestadora de serviço com o papel de informar e entreter os ouvintes, dividindo-se em categorias comerciais, educativas e comunitárias.⁽⁶¹⁾ Hoje, a tecnologia apresenta-nos outras modalidades de transmissão radiofônicas, a exemplos das rádios *web* e escolar.

As rádios comerciais são aquelas que apresentam interesse na obtenção de lucros e, para tanto, agregam à sua programação peças publicitárias destinadas cada vez mais ao público consumidor. A estrutura organizacional de uma rádio comercial comporta, inclusive, um departamento financeiro. As emissoras educativas não apresentam fins lucrativos, por isso, são mantidas pelos governos federal, estadual e municipal; por fundações instituídas para este fim e por universidades.⁽⁶¹⁾ Tais emissoras propõem-se a atingir todas as classes sociais.

As rádios comunitárias apresentam legislação própria instituída pela lei n. 9.612/1998, regulamentada pelo decreto n. 2.615/1998 que aprovou o regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária (SRC). O artigo 1º dessa lei denomina como “Serviço de Radiodifusão Comunitária, a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.”⁽⁶²⁾ Tem-se assim, por princípio, o compromisso de atingir as classes mais desfavorecidas da população. No âmbito do Ministério da Comunicação, a regulamentação do SRC deu-se a partir da portaria n. 4334/2015 (norma 1/2015).

Levando-se em conta a natureza das rádios dos participantes do Projeto (Gráfico 1), os dados apontam predominância 42% atuam em rádios comunitárias. Em seguida, aqueles que trabalham em escolas com equipamentos de radiodifusão (rádio-escola)

correspondem a 25%. A participação de profissionais, tanto das rádios comerciais quanto das rádios públicas, foi igualmente discreta, não ultrapassando de 15%. A participação das rádios de natureza educativa, universitária e *web* foi de 1%.

Uma atualização feita pelo MC, publicada no Portal Brasil⁽⁶³⁾ sobre as emissoras educativas, comerciais e comunitárias em todo o país foi publicada em 2014. Nela, constatava-se que em todo o Brasil existem 9.973 (em 2011, eram 9.184) licenciadas a executar os serviços de radiodifusão nas áreas educativa e comercial. Além disso, há 4.377 rádios comunitárias outorgadas, correspondendo a 43,8% do total.

Sobre a maior participação de radialistas de rádios comunitárias nas oficinas, qualquer inferência cai no empirismo, mas talvez o acontecido tenha uma proximidade com o próprio perfil dos profissionais de rádios dessa natureza, o interesse em se capacitar e a participação de associações de rádios comunitárias que foram acionadas no processo de mobilização.

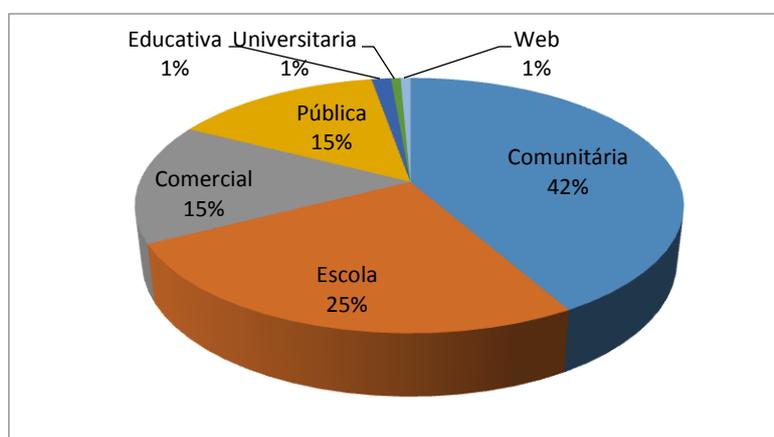


Gráfico 1 - Participação dos radialistas, segundo a natureza das rádios em que atuam, (2013 a 2015), (n=294)
Fonte: Dados do Projeto (2013-2015)

No que se refere ao tempo dedicado à radiodifusão (Gráfico 2), os dados revelam que 53% dos participantes, ou seja, a maioria atuava na rádio mais

recentemente com intervalos de menos de 1 ano e entre 1 e 5 anos. Já, aqueles com mais experiência, ou seja, com tempo de trabalho dedicados entre 6 e 20 anos representavam 29% dos participantes. Os radialistas com mais de 20 anos de dedicação à radiodifusão correspondem a 11% das respostas. Deixaram de informar o tempo de atuação 7% dos profissionais.

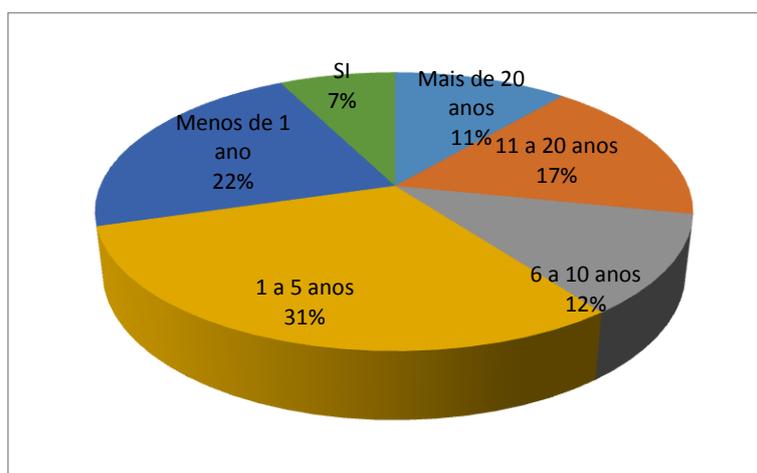


Gráfico 2 - Participação dos radialistas segundo o tempo de atuação em rádio, (2013 a 2015), (n=294)
Fonte: Dados do Projeto (2013-2015)

Com relação ao pouco tempo de atuação na rádio, é possível deduzir que a procura pela inscrição tenha de certa forma alguma relação ao interesse e/ou necessidade de ampliar conhecimento em início de carreira, mas também pode ter sido atração pelo próprio tema cuja oferta não é tão comum para esta categoria profissional.

A legalização do exercício da profissão de radialista efetiva-se com a lei n. 6.615, de 16 de dezembro de 1978, regulamentada pelo decreto n. 84.134, de 30 de outubro de 1979. O art. 4º desta lei categoriza a profissão de radialista em três atividades: i) administração – aquelas peculiares às empresas de radiodifusão; ii) produção – correspondente à autoria, direção, produção, interpretação, dublagem, locução, cenografia; iii) atividades técnicas – que atuam nos setores de direção,

tratamento e registros sonoros, tratamento e registros visuais, montagem e arquivamento, transmissão de sons e imagens, revelação e copiagem de filmes, artes plásticas, animação de desenhos e objetos e manutenção técnica.⁽⁶⁴⁾

As três categorias trabalhistas envolvidas na radiodifusão sonora são “(...) os jornalistas, os radialistas e os funcionários administrativos.”⁽⁶¹⁾

Aqui nesse estudo, no que corresponde às funções exercidas no rádio (Gráfico 3), percebe-se que a maioria dos radialistas cumpre mais de uma função em sua rotina de trabalho. Dos 50% que se definiram como locutores, atuam também na produção, sonoplastia, gestão e ainda como repórteres. O mesmo acontece com os 15% que sinalizaram atuar na gestão, pois a produção, programador, operador de áudio e sonoplasta são outras atividades que desenvolvem, e os 14% que operam na produção exercem ainda as funções de repórter, sonoplasta, programador e gestão.

As funções de repórter e operador de áudio surgiram com 1% cada uma delas. E as funções de programador, assessor de imprensa, programador musical foram agrupadas na categoria de outros.

No caso das rádios-escola, 6% disseram também atuar na orientação pedagógica, instrutor e professor.

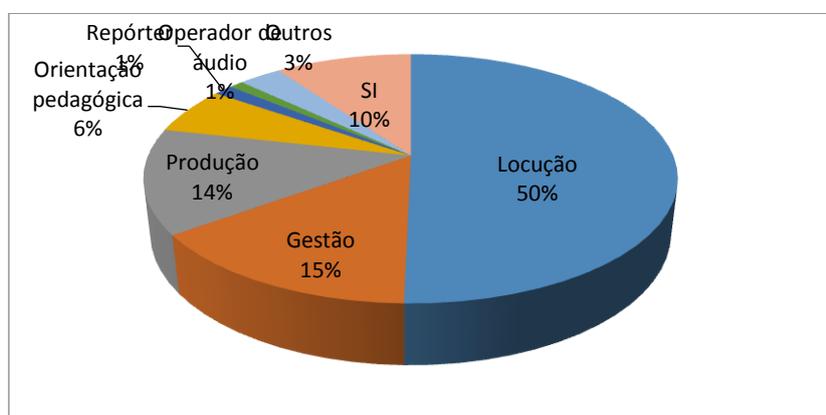


Gráfico 3 - Participação dos radialistas segundo a função desempenhada na rádio, (2013 a 2015), (n=294)

Fonte: Dados do Projeto (2013-2015)

Sobre o acúmulo de funções sinalizado pelos resultados, por ter sido um relato espontâneo, não foi possível levantar quais os motivos. Assim sendo, o que se pode deduzir, talvez seja pela proximidade de funções exercidas ou pelo número reduzido de funcionários nas estruturas das rádios participantes.

CAPÍTULO 6 – A EXPERIÊNCIA DE TRABALHAR COM A PREVENÇÃO DAS VIOLÊNCIAS NA CONCEPÇÃO DOS RADIALISTAS

A amostra desse estudo totalizou 58 entrevistas a partir de um roteiro de entrevista em profundidade, composto por 6 perguntas. Destas perguntas, 4 geraram 25 núcleos de sentidos (perguntas 1, 2, 5 e 6), compostos por 482 enunciados. O nome dos núcleos procurou manter sintonia com os objetivos das perguntas e o sentido das respostas, enquanto que o número de enunciados considerou a saturação das ideias expressas no discurso dos sujeitos.

A primeira pergunta teve como objetivo, saber dos radialistas quais sentidos foram atribuídos por eles à participação na oficina de sensibilização. Esta pergunta gerou o segundo maior número de núcleos de sentidos (7). Estes núcleos, dizem respeito à diversidade de opiniões e narrativas dos sujeitos e foram agrupados a partir da singularidade dos enunciados, ficando assim nominados: 1) Conhecimento e sensibilização sobre violência; 2) Reconhecimento do papel das rádios na promoção de cidadania e prevenção das violências; 3) Troca de experiências; 4) Competência técnica; 5) Aprimoramento da linguagem radiofônica para abordar a violência; 6) Expertise dos facilitadores; e 7) Possibilidades de aplicação da metodologia-multiplicação.

O primeiro núcleo, chamado *Conhecimento e sensibilização sobre violência*, aliou 40 enunciados e diz respeito, conforme o próprio nome, à valorização do conjunto de informações ofertado na oficina. No geral, os radialistas enfatizaram que os conteúdos foram esclarecedores e contribuíram para o aprendizado sobre o tema. Destacaram como sendo importantes as discussões sobre as formas de violências; sobre a importância da notificação para a proteção dos direitos da criança e do adolescente; a apresentação dos dados estatísticos de notificação dos casos de violência interpessoal ou autoprovocada no Brasil.

Ainda no âmbito do aprendizado, os radialistas referem que ampliaram e aprofundaram os conhecimentos, e que estes favoreceram o desenvolvimento das atividades de comunicação relativas ao tema.

Outros comentários surgem, valorizando o enfoque da abordagem comunitária adotado pela metodologia, a riqueza das experiências relatadas e a firmeza nas orientações das palestrantes: *“Muito proveitoso, foi possível agregar valores, inclusive fomentar novas informações, para que pudessem ser disseminadas nas rádios locais, nas regiões, inclusive no nosso Maranhão.”* (Participante da Região Nordeste).

Além disso, segundo os radialistas, foi de grande valia trazer à tona um assunto bastante frequente na sociedade, por vezes ainda encoberto, e poder abordar a problemática da violência sob a ótica de especialistas, além de discutir sobre a importância da escuta. *“Então foi muito importante, a gente poder ouvir os especialistas nessa área, né? Tem uma especialista nessa área, trabalhou com esse tema com grande desenvoltura, e com grande esclarecimento.”* (Participante da Região Sudeste). *“Foi muito válido, muitas informações, que a gente não tinha. A respeito de dados estatísticos de agressão contra crianças e adolescentes, que a gente pôde ficar sabendo e agora a gente pode repassar através do trabalho Nas ondas do rádio.”* (Participante da Região Sul).

O segundo núcleo, *Reconhecimento do papel das rádios na promoção de cidadania e prevenção das violências*, com 12 enunciados, traduz as percepções individuais sobre a função social do rádio, mais especificamente, nas ações de prevenção das violências.

A maioria dos radialistas reconheceu a potência e o alcance do rádio para informar e esclarecer a sociedade. Para eles, ficou claro que o rádio tem papel importante nas ações de prevenção da violência e sabem da grande responsabilidade do

comunicador ao atuar numa ferramenta cidadã como esta. Também consideraram que através da informação, o rádio pode esclarecer e mobilizar a sociedade e levar informações sobre este tema até os ouvintes. Eles ressaltaram ainda a carência desse tipo de informação, principalmente para as rádios comunitárias, e consideraram que a oficina veio preencher essa lacuna, contribuindo para “fortalecer a corrente de proteção à criança e ao adolescente”, conforme se constata no depoimento seguinte:

Olha, eu acho que foi uma oficina que contribuiu muito, abriu, as mentes, os nossos horizontes, quanto às crianças e os adolescentes, eu acho que o trabalho que foi desenvolvido nessa oficina também foi muito válido pra gente, divulgar e disseminar através dos nossos projetos nas rádios. (Participante da Região Sul).

O terceiro núcleo, *Troca de experiências*, com 11 enunciados, ressalta que além da troca de experiências, a oficina oportunizou o contato com outros colegas de profissão, favoreceu o convívio com radialistas mais experientes e ampliou a rede de relações pessoais e profissionais. Destacaram ainda como, fato importante poder “(...) *encontrar pessoas que estavam na mesma lógica de trabalhar o comunitário e de pensar o social*” (Participante da Região Nordeste), para discutirem a situação de violência contra crianças e adolescentes de forma conexa com a comunicação radiofônica. Ainda sobre a troca de experiência, justificou-se que “*Foi fantástica, porque, primeiro por conhecer outras pessoas da profissão e outra coisa, foram discussões pertinentes, que pra... uma realidade de uma escola tinha tudo muito a ver com o que a gente vivencia dentro da escola.*” (Participante da Região Sudeste). Ainda se verifica a relevância da troca de experiência, ao se ler que:

Foi muito importante, porque eu tive uma vivência com pessoas, com profissionais da área. É... eu não sou radialista de profissão, né? Então, eu

tive a oportunidade de ter contato com radialistas profissionais, ... radialistas com programas com vários enfoque, né? E isso trouxe, só pode acrescentar ... o meu trabalho com a rádio escolar. (Participante da Região Centro-Oeste).

Em relação ao núcleo *Competência técnica*, com 7 enunciados, as aquisições reveladas comportam os significados da oportunidade de protagonizar a construção do próprio material de trabalho. A maioria afirmou que fez toda a diferença vivenciar a chance de pensar e construir *jingles, spots* para serem utilizados na programação das rádios em que atuam. Disseram também que os conteúdos recebidos foram incentivos para realizarem campanhas de prevenção à violência e promoção da cultura de paz, conforme se vê nos dois depoimentos seguintes: *“E principalmente as atividades que nós fizemos, por exemplo, a produção, criação produção de jingles, né? Com a temática, violência, cultura da paz, promoção da cultura da paz, diga não à violência.”* (Participante do Centro-Oeste); *“Foi muito bom! A gente gravou, um CD, fez paródia, trocamos experiências, foi sensacional!”* (Participante da Região Norte). Outro entrevistado manteve-se na mesma vertente ao afirmar que

(...) isso ficou claro, porque a gente teve atividade em grupo e desenvolveu algumas peças de uma campanha educativa, e isso teve um ..., foi bom, uma boa experiência, né? De trocar informações e produzir conteúdo radiofônicos. (Participante da Região Nordeste).

O quinto núcleo, *Aprimoramento da linguagem radiofônica para abordar a violência*, também com 7 enunciados, associa elementos que relaciona a aquisição de conhecimentos com as funções a serem desempenhadas, especificamente no que se refere à temática da violência contra crianças e adolescentes. Nesse aspecto, os radialistas indicaram que o aprendizado os qualificou para falarem sobre o tema e trouxe subsídios para a utilização correta e adequada da linguagem comunicacional de

“forma direta e de maneira fácil” e com maior efetividade. “A *experiência, foi tratar de um tema de relevância e desenvolver através do rádio de forma direta, de maneira fácil, né?*” (Participante da Região Norte). O fato se fundamenta mais ao se verificar a opinião de um participante da Região Centro-Oeste:

Então, é muito importante, porque até uma questão adequação da linguagem foi colocada no curso, né? Não tratar a criança como um menor, ter o cuidado de abordar as questões relacionadas à violência, né? Infância da criança e os adolescentes, de uma maneira que faça realmente com que o ouvinte também se sensibilize com a temática e ajuda a mudança no comportamento.

O sexto núcleo de sentidos, classificado como *Expertise dos facilitadores*, (com 5 enunciados), anuncia a impressão dos radialistas sobre a equipe de profissionais responsáveis pela execução do Projeto e repasse do conteúdo. Assim sendo, eles avaliaram que a equipe do Projeto e as facilitadoras das oficinas foram bem qualificadas. Ressaltaram que a presença de uma profissional da Empresa Brasileira de Comunicação, com muitos anos de experiência em rádio, foi importante. Os radialistas também referiram que, do ponto de vista metodológico, a oficina foi “muito bem elaborada”, conforme constata-se nos depoimentos:

Eu achei valiosa a presença das pessoas que foram esclarecer, dar o curso, da pediatra, da pedagoga, todas as pessoas que participaram foram excelentes, das palestras, do curso, os dados que foram levados. Então, a gente teve uma atualização, né? (Participante da Região Centro-Oeste).

Então, foi muito importante, a gente poder ouvir os especialistas nessa área ... trabalhou com esse tema com grande desenvoltura e com grande esclarecimento ligado a todas as questões. Acho também que foi legal. (Participante da Região Sudeste).

O sétimo núcleo, que aborda sobre a *Possibilidades de aplicação da metodologia-multiplicação*, (5 enunciados), adicionou elementos que sinalizam a intenção de continuidade do “movimento da onda” pela prevenção da violência, aprender para fazer. Portanto, há relatos de que a experiência já foi repassada para outros profissionais que atuam na comunicação radiofônica e para professores das escolas com equipamento de rádios – as rádios-escola. Surgem, outros compromissos firmados pelos radialistas sobre a inclusão do tema na programação das emissoras, contribuindo com ações de prevenção de violência e promoção de uma cultura de paz. Leia-se os pronunciamentos abaixo:

Foi excelente e muito esclarecedor, e eu busco depois da vivência que eu tive lá, me trouxe muita coisa para o meu cotidiano de educadora, mesmo pontuais das escolas, quando promovo uma oficina, eu trago, então. Foi muito bom, compartilhei muitas informações com muita gente muita, muita coisa que eu não sabia foi ... muito rica, vii a oficina. (Participante da Região Sudeste).

Eu obtive maior conhecimento na área, né? E eu pude também ajudar na prevenção contra violência da minha cidade através do curso, porque na minha cidade, ela já vivia um fato de violência contra criança e adolescente, já há muito tempo. (Participante da Região Sudeste).

Há ditos nos discursos de que existe sintonia entre os temas ofertados na oficina e as funções exercidas pelos participantes, principalmente para quem trabalha diretamente com crianças e adolescentes, conforme se verifica nas duas opiniões seguintes: “(...) a gente tem um objetivo de trabalhar nessa parte da prevenção da ... violência, a prevenção da saúde, que é um dos objetivos da comunicação comunitária. (Participante da Região Centro-Oeste); “E nós levamos, não só nas emissoras onde a gente trabalhava, mas nós levamos também a mesma mídia pra outras emissoras do município e até pra cidade vizinha.” (Participante da Região Sudeste).

Um terceiro entrevistado asseverou que

(...) quem produz conteúdos, geralmente não pensa em rádio e criança, então, se colocar a criança na pauta, no meio do rádio, é importante para que chegue... até os professores, pra que chegue até os pais, pra que jornalistas e outros formadores de opinião, possam tá por dentro da realidade e propor mudanças. (Participante da Região Sudeste).

Em conclusão, estes sete núcleos de sentidos, com seus subtemas que compõem a pergunta sobre a experiência de participar da oficina, agregaram dentre outros elementos, a aquisição de conhecimentos sobre a temática. Isso está refletido nas afirmações de que o conteúdo foi internalizado e a ele atribuído a sensibilização para com a causa, a mudança de práticas e o desenvolvimento de competências para se atuar de forma mais segura através das ondas do rádio no enfrentamento da violência.

Esse contexto está em sintonia com o que define o escopo das políticas, planos e relatórios nacionais e internacionais, no que concerne à necessidade de capacitação dos profissionais sobre a temática da violência, mais especificamente na dimensão da prevenção e promoção de uma cultura de paz. A exemplo da Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências (PNRMMAV-2001)⁶ que em uma de suas diretrizes confere que

Capacitação de recursos humanos da área da saúde e de outros setores para atuar na área de prevenção de acidentes e de violências, tendo em vista a promoção de comportamentos e ambientes saudáveis e levando em conta as características sociais e culturais, bem como fatores de vulnerabilidade de cada grupo populacional; tal capacitação deverá incluir conhecimentos e técnicas de educação e comunicação social em saúde, além da elaboração de material informativo e educativo.⁽⁶⁾

Os núcleos também apontam que a experiência do Projeto alinha-se à proposta de ação da ONU para a promoção de uma cultura de paz. Quando a Assembleia Geral

das Nações Unidas^{vi} anunciou, para o período 2001-2010 como a “Década internacional de uma cultura de paz e não violência para as crianças do mundo” aclamou também a declaração e o “Programa de ação sobre uma cultura de paz”, em 1999.

Do conjunto de medidas previstas pelo Programa, constava-se: o apoio aos meios de comunicação na promoção de uma cultura de paz; o zelo pela liberdade de imprensa, de informação e de comunicação; o uso eficaz dos meios de comunicação na promoção e difusão da informação sobre uma cultura de paz; além da promoção da comunicação social com participação das comunidades; o alerta para a violência nos meios de informação, inclusive a *internet*; e a necessidade de incrementar o intercâmbio sobre novas tecnologias de informação.⁽²⁶⁾

Cinco anos depois do anúncio da Década Internacional da Cultura de Paz, a Fundação Cultura de Paz apresentou o Relatório com os resultados das ações previstas pelo programa. Balizou este documento as informações prestadas por mais de 700 organizações envolvidas em todos os continentes. Nesse relatório, constam os avanços e os obstáculos identificados do programa. No que concerne aos obstáculos, além dos escassos recursos, estão a pouca disposição dos meios de comunicação para apoiar a campanha e certa indiferença para com a violência, tanto de natureza estrutural quanto relacional. Esta atitude leva a crer que os meios midiáticos parecem mais interessados em cobrir notícias de guerra do que notícias de paz.

Em dois aspectos, os enunciados identificados nesse núcleo apresentam sintonia com os resultados do relatório. Primeiramente, pelo próprio tema comunicação; em seguida, pela proposta de sensibilização na temática, objetivo do projeto *Nas ondas do rádio*, que pode sinalizar respostas às lacunas deixadas pelos meios de comunicação, conforme Relatório Mundial de Cultura de Paz.⁽²⁸⁾ Contudo, os resultados do Projeto

^{vi} Resolução 53/25 de 10 de Novembro de 1998.

podem ser constatados em depoimentos como o que se segue: ”(...) *foi esclarecedora também, foi ... acho que é mais um instrumento, a rádio é mais um instrumento pra gente trabalhar essa questão da violência, né? E da cultura de paz ... enfim.*” (Participante da Região Sul).

Sobre a pouca disposição dos meios de comunicação para apoiar a campanha e certa indiferença para com a violência apontada no Relatório Mundial de Cultura de Paz, de certo modo, valida a necessidade de manutenção da proposta de sensibilização dos meios de comunicação sobre a temática e a utilização da potência de mecanismos de ampla penetração para divulgar e sensibilizar a ideia de cultura de paz.

A segunda pergunta do roteiro buscou identificar a autopercepção dos radialistas quanto ao papel do comunicador na abordagem da prevenção da violência contra crianças e adolescentes. A partir das respostas, as narrativas foram agrupadas em três núcleos de sentidos, a saber: 1) Reconhecimento do papel do radialista; 2) Potencial da radiodifusão na prevenção; 3) Janela de oportunidade para novos aprendizados.

Esta pergunta gerou um expressivo número de enunciados (120), demonstrando que o tema foi bastante significativo para os participantes do Projeto.

O primeiro núcleo traz o *Reconhecimento do papel do radialista* e agregou 67 enunciados que traduzem a percepção dos radialistas acerca da função que exercem, isto é, como se veem no compromisso social de comunicadores. Tais enunciados refletem também o trabalho de sensibilização feito pelo Projeto.

Eles se dizem comprometidos e reconhecem que exercem um papel importante e fundamental na prevenção da violência. Assumem-se como formadores de opinião com responsabilidades sociais, não só para denunciar ou dar visibilidade ao fenômeno, mas também para contribuir com proteção de crianças nos espaços que elas convivem, como famílias, escolas e comunidades. Refletem que, enquanto rede de comunicadores,

possuem o potencial de colocar a temática da violência no ar, tanto para informar e esclarecer a sociedade, quanto para convocar os ouvintes para uma discussão crítico-reflexiva sobre a prevenção da violência contra crianças e adolescentes. Verifica-se tais impressões nos depoimentos seguintes:

Eu acho que o nosso papel é fundamental. Nós temos que pensar que a criança, o adolescente, são os futuros adultos da nossa sociedade, são as pessoas que vão estar em um futuro bem breve. Então, ter esse cuidado. Cuidar das crianças é cuidar do nosso futuro, também. (Participante da Região Sul).

Eu como comunicador, eu penso que sou mais um sujeito que pode pautar uma discussão, uma reflexão crítica, junto à sociedade, aos ouvintes da emissora, na qual eu trabalho, e a gente mobilizar a opinião pública, em especial para trazer pautas mais propositivas, positivas de promoção de direitos humanos e que, nesse caso, a gente tem uma função fundamental mesmo de chamar atenção da sociedade (...) (Participante da Região Nordeste).

Ainda para os radialistas, este tema não ocupa o devido espaço nos programas de rádio, mas eles reconhecem que detêm o poder de “influenciar os ouvintes como radialistas e como cidadãos”. Leia-se a transcrição da fala de um deles: *“Eu vejo que meu papel é de esclarecimento, de difusão de informação e sensibilização a certa do tema, né?* (Participante da Região Sudeste). Outro corrobora com a mesma posição:

(...) a prevenção da violência contra criança e adolescente é um tema que pouco se fala na mídia, né? Se fala muito dos crimes que são cometidos por crianças e pré-adolescentes, mas não se fala realmente da realidade de prevenir que elas ... que depois elas poderão se reproduzir. Eu acho que esse é um papel, o papel de um radialista, ele é fundamental, porque ele tem a condição de chegar à casa das pessoas, né? (Participante da Região Norte).

O núcleo dois, *Potencial da radiodifusão na prevenção* agregou 42 enunciados. Aqui, os radialistas assumem que a rádio é um meio de comunicação que conversa com a população. Seja por sua grande penetração, sua rapidez de disseminação ou por seu

acesso privilegiado aos lares brasileiros em todas as camadas sociais. Por isso, eles consideram que essa mídia acumula o compromisso de repassar informações à sociedade e de contribuir para a prevenção da violência contra crianças e adolescentes, segundo se lê: *“Eu acho que é fundamental, né? Porque o rádio, em especial, é um meio de comunicação que fala diretamente com as pessoas, né? Com as donas de casa, com o povo trabalhador, né?”* (Participante da Região Centro-Oeste).

Os radialistas também acenaram preocupação com a qualidade das mensagens levadas ao ar. Sendo assim, indicam a busca de informações de fontes confiáveis para compor as matérias a serem colocadas em pauta, principalmente aquelas que tratam sobre situações que envolvem crianças e adolescentes.

Para além da função de informar, denunciar e esclarecer, afirmam os radialistas que o rádio pode inovar a interação com a comunidade e abrir espaço de colaboração para além da condição de ouvintes. Isso certamente influenciará comportamentos mais atuantes na melhoria das condições do estado de abandono, exploração sexual, trabalho infantil em que vivem tantas crianças e adolescentes.

Os radialistas se dizem convencidos de que *“(...) se não abordar esse tipo de tema nos meios de comunicações de massa, vai ser cada vez mais difícil esse tipo de informação chegar às pessoas.”* (Participante da Região Norte). Imbuídos de um sentido de “missão pública,” afirmam os radialistas, que o rádio é um espaço de promoção de direitos humanos. *“É uma concessão pública. Então, é obrigação pautar esse assunto.”* (Participante da Região Nordeste). Além disso, afirmou um radialista que *“(...) investimento na infância, na adolescência, essa prioridade que a gente deve dar nas políticas públicas, e acredito que a nossa atuação de comunicadores é levantar esse debate.* (Participante da Região Nordeste).

Nessa corrente, opiniões outras foram colhidas, através de informação verbal, aqui transcritas:

Entendo que a imprensa tem o papel fundamental pra promover o bem-estar da sociedade e desenvolvê-la. E nada melhor do que um programa desses, pra dar maior proteção às crianças e adolescentes, para que venham se tornar cidadãos conscientes e sabedores dos seus direitos e dos seus deveres também, né? (Participante da Região Sul).

Imensamente estratégica, principalmente, porque nós, radialistas, comunicadores, somos formadores de opinião. Então, se nós lemos, estudamos, compreendemos a cultura de paz, né? Nós temos também que usá-las em todas as nossas profissões no nosso dia a dia. (Participante da Região Norte).

O terceiro núcleo de sentidos intitulado *Janela de oportunidade para novos aprendizados* reuniu 11 enunciados. Ele trata da percepção de cada um após a experiência e engloba os relatos que dizem respeito ao fomento de novos conhecimentos a partir da oficina.

No geral, os radialistas indicaram que a oficina se constituiu numa experiência transformadora; numa oportunidade para transitar sobre a temática na perspectiva da prevenção da violência e proteção dos direitos da criança e do adolescente, na possibilidade de discutir as formas de como abordar o tema no rádio e de poder tirar dúvidas. Tudo isso, afirmaram os radialistas, germinou num processo de aprimoramento e conscientização que ampliou o olhar para compreender melhor o que é a cultura de paz.

Por fim, eles expressaram mais uma vez o reconhecimento da capacidade dos facilitadores e ressaltaram, como oportuna, a oferta do Projeto pelo MS, como se pode verificar nas duas transcrições seguintes: “*O Ministério da Saúde acertou muito bem em promover a oficina, para que pudessem ser construídas propostas e também novos*

modelos de discussões dentro do rádio para cada comunidade.” (Participante da Região Nordeste); “*Então, é importante porque abre a visão do comunicado.*” (Participante da Região Sul). Uma terceira opinião segue na mesma direção:

Então, a partir do momento que tem um esclarecimento, que tem uma divulgação, que alguém teve falando, então, a pessoa começa se analisar, começa a perceber e, às vezes, ela se abre naquele contexto, né? É onde ela procura, de repente, até procurar ajuda, a partir daquela informação que ela recebeu pelo meio de comunicação. (Participante da Região Sudeste).

É possível perceber que entre os radialistas, ficou o reconhecimento do papel social que eles desempenham como comunicador. Eles passaram a se enxergar mais qualificados e empoderados para atuar no campo da promoção dos direitos de crianças e adolescentes.

Como comunicadores, formadores de opinião e pontos de articulação da rede que são, perceberam que ficou inaugurado o compromisso de instalar a conexão com a saúde para o fortalecimento das ações de prevenção da violência e promoção da cultura de paz.

As múltiplas vozes deste estudo referenciam o potencial do alcance do rádio e a facilidade natural de interagir com os ouvintes. O rádio, como meio transmissor de comunicação, comporta, para além de informar, a posição de mediador do processo dialógico com o ouvinte, ocupando o espaço na rede de atenção à saúde. “Essa rede é operada por interlocutores, que produzem e fazem circular seus discursos, ao mesmo tempo em que se apropriam de outros discursos circulantes.”⁽³²⁾

No que se refere à oportunidade para a aquisição de novos aprendizados, há total compatibilidade com o núcleo 1, da pergunta anterior, que também ressalta a importância da formação profissional como indutor da modificação dos processos de trabalho. Sentindo-se transformados pela aquisição de novos conhecimentos, os

radialistas admitiram estarem mais sensibilizados e qualificados para atuarem com a temática. Desse modo, pode se inferir que a capacitação dessa categoria profissional é requerida, tanto pela complexidade imbuída nesse fenômeno social que constitui um problema de saúde pública, quanto pela importância e necessidade de se atuar de forma qualificada no enfrentamento da violência.

A pergunta três do roteiro buscou explorar qual o *nível de proximidade dos radialistas com a temática da violência*. Aqui, não foram gerados núcleos de sentidos, pois as respostas apenas descrevem ações, sem atribuir sentidos culturais. Isso não significa que estejam destituídas de representações sociais e elementos de contexto. Dos 58 entrevistados, 40 afirmaram contato prévio com o tema, isto é, de alguma forma este assunto já havia sido pautado na emissora, enquanto 18 disseram que até a oficina isso não tinha acontecido.

Entre os 40 que responderam positivamente, 17 citaram que o contato tinha se dado na própria dinâmica do trabalho, inserindo temas sobre a importância da denúncia, do ECA e de temas infantis na programação. A realização de debates e entrevistas está entre as estratégias utilizadas para a inserção dos temas segundo os radialistas. Um dos participantes da Região Nordeste declarou que *“Sim, a gente trabalha com incentivo para as mães, é de orientar, de verificar, de investigar qualquer sinal de violência dessas crianças dentro de casa ou dentro da escola, na divulgação do número do disque denúncia 100.”* Outro participante da Região Sul, afirmou: *“Já, sim, sempre trabalhamos, é uma..., é um preceito que a rádio tem. Nós fazemos alguns debates, sempre nos sábados. É uma mesa redonda, na verdade.”*

Na fala de outros entrevistados identifica-se que a vivência prévia com o tema da violência deu-se com a inserção na programação de *spots* sobre trabalho infantil, escrevendo matérias sobre a temática, divulgando campanhas, discutindo sobre direitos

humanos e violências contra mulheres e idosos. Esse contato também deu-se pela oportunidade de participação em seminário sobre gênero e pela utilização do espaço da rádio para discussão com especialistas, conforme o depoimento que segue: “*Sim, inclusive com todo o material cenográfico, tudo eu já tinha feito, eu já tinha feito vinhetas, já tinha feito post, já tinha feito peças de teatro no rádio, radio teatro.*” (Participante da Região Centro-Oeste).

Na ambiência escolar, o contato antecipado com a temática deu-se conjuntamente com os alunos, através de espaços de discussão sobre ações de prevenção, alerta para os sinais e sintomas da violência, realização de debates e reflexões sobre cidadania e divulgação do *Disque 100*. Tais ações aparecem referenciadas na fala de um dos participantes:

Sim, na escola a gente já tinha trabalhado a violência. Não especificamente infantil, já tinha trabalhado a violência contra a mulher, a violência contra meninas, principalmente violência contra idoso, né? A questão do preconceito, a gente tinha já trabalhado bastante. (Participante da Região Norte).

Dos 18 entrevistados que disseram não haver trabalhado com a temática antes da oficina, seis escreveram seus motivos de impedimentos, dentre estes: que o tema ainda não era pautado na rádio, que a rádio trabalhava outros aspectos que não esse da violência, que a área de atuação da emissora era outro e que a aproximação até então tinha sido com temas sobre o Estatuto do idoso, o Estatuto da Criança e Adolescente. Segue o que revelaram dois radialistas da Região Sudeste “*Nunca tinha visto isso.*” e “*Nunca, porque o segmento que eu atuo, é sobre água, então, eu me limitava nessa abordagem*”.

Por ser um assunto recorrente nos meios de comunicação, é possível que o revelado pelos sujeitos tenha de fato um significado de proximidade e não

necessariamente de conhecimento sobre o tema, assim relata um dos participantes da Região Sul “*Não, depois da oficina a gente ficou aquele mês trabalhando, depois agora sim, a gente por conta própria, divulga ou fala alguma coisa.*” Outro referiu: “*Não, ainda não, até aquele momento*” (Participante da Região Sudeste).

Entre os atuantes em rádios-escola, alguns disseram que, na ambiência escolar, já haviam trabalhado com o tema, mas como a pergunta indagou a inclusão na rádio, para um respondente a resposta foi negativa, segue o dito “*Em escolas sim. Na rádio não, porque eu não tinha essa parte que fala, eu trabalho através de histórias, de músicas, de conversas*” (Participante da Região Sudeste). Disse outro participante da Região Sudeste: “*Não tinha. eu conhecia, mas eu publicamente não tinha trabalhado a respeito.*”

Vale ressaltar que nas respostas concedidas desse bloco é possível evidenciar que o Projeto não foi essencialmente o responsável por apresentar o tema aos radialistas, até por ser uma pauta muito presente no cotidiano da nossa sociedade e um tema recorrente nos diversos meios de comunicação, mas seu diferencial foi a qualificação de como abordá-lo.

CAPÍTULO 7 – EXPLORANDO PRODUTOS E RESULTADOS DO PROJETO NAS ONDAS DO RÁDIO: PRODUTOS E FERRAMENTAS DE MOBILIZAÇÃO GERADAS NO PROJETO

7.1 Peças radiofônicas e suas temáticas

Associar os campos da comunicação e saúde foi um compromisso assumido pelo Projeto que tem como finalidade precípua utilizar o potencial dos radialistas na difusão das ações de prevenção da violência e promoção da cultura de paz. Para tanto, os contributos foram: ampliar conhecimentos para lidar com o tema e fornecer elementos para melhorar a performance e estimular habilidades para favorecer a produção de peças radiofônicas.

Cumprindo o rito metodológico, a criação das peças sucedeu à sensibilização dos profissionais na temática da violência, almejando conciliar o diálogo do tema com os elementos técnicos e os recursos utilizados na linguagem do rádio.

A dinâmica desse processo aconteceu em grupos com formação de livre escolha dos participantes. Contudo, percebeu-se que a maioria dos arranjos grupais manteve, na sua composição, uma proximidade dos municípios de origens.

O percurso de análise a seguir coloca em evidência o resultado do material produzido nas oficinas quanto ao conteúdo, gênero e formatos utilizados. Há de se esclarecer que o projeto não exigiu a produção de peças por categorias. A criação destas foi de livre escolha dos participantes, portanto, a apreciação seguirá a trilha de análise, a partir dos resultados obtidos.

A finalidade da produção das peças, além da participação ativa dos radialistas na construção do seu próprio material de trabalho “construir para utilizar”, foi dispor de subsídios para a divulgação da temática no rádio. Assim sendo, abastecê-los de

conteúdo e reflexões sobre a linguagem radiofônica e a liberdade de criatividade concedida aos grupos resultou em diversidade de gêneros e formatos, ver-se-á adiante.

Sobre o conteúdo, a Tabela 3 mostra que as 89 peças produzidas seguiram o assunto central da oficina – a prevenção da violência contra crianças e adolescentes – todavia, pelos resultados, percebe-se uma diversidade de temas abordados.

A análise constata que 43% dos textos das peças referem-se ao *Disque 100*, seguido da violência psicológica, física, sexual que constam em 23% das composições. Outros temas evocados foram o ECA e o Conselho Tutelar, que fazem parte de 9% e 8% das peças, respectivamente. No que concerne à prevenção da violência consta em 6% das peças, enquanto redes de atenção e preconceito surgiram em 3%. O tema *bullying* e respeito entre pais e filhos estiveram presentes em 2% do material produzido, já o trabalho infantil contribuiu com 1% da produção textual das composições.

Temas	N	%
Disque 100	38	43%
Violência tipos/natureza diversas	20	23%
Estatuto da Criança e do Adolescente	8	9%
Conselho Tutelar	7	8%
Prevenção	5	6%
Redes de Atenção	3	3%
Preconceito	3	3%
<i>Bullying</i>	2	2%
Respeito	2	2%
Trabalho Infantil	1	1%
	89	100%

Tabela 3 - Distribuição das peças radiofônicas quanto aos seus temas principais

Fonte: Dados do projeto/MS (2013 a 2015)

O conteúdo acatado para oficina possibilitou, conforme dito no Capítulo 3 - Metodologia, refletir sobre os tipos e natureza da violência, redes de atenção, legislação

de promoção e garantia de direitos de crianças e adolescentes, denúncias, dentre outros, conforme se pode inferir com os dados da tabela acima.

Embora todos os textos tenham se mantido na temática da violência, percebe-se ampla diversidade na forma e cenários utilizados nas composições. Por este motivo e para facilitar a descrição de sentidos, optamos por reagrupá-los em quatro eixos de assuntos: denúncia; direitos; identificação da violência; prevenção/vulnerabilidades.

No campo da denúncia, a forma de abordar o *Disque 100* foi bem variada – “Silêncio pode custar vidas de crianças e adolescentes. Não se cale! Denuncie a violência,” são algumas marcas dos apelos contidos nos textos. Nessas composições, a musicalidade é um componente forte que complementa a intenção do grupo em alertar a população para denunciar casos de violências contra crianças e adolescentes.

Composições também referendam o Conselho Tutelar, enquanto equipamento social de proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, sendo este aclamado como espaço de acolhimento, que deve ser recorrido em casos de qualquer tipo de violação de direitos de crianças e adolescentes.

Ainda na seara dos direitos, assuntos mais recentes também preencheram o quadro de composições editadas, a exemplo da *Lei do menino Bernardo*, publicada recentemente (2014). “Não bater, educação é ter paciência; é saber ficar longe quando não é capaz de promover o diálogo.” Diz a letra de uma das composições.

O ECA, que regulamentou o artigo 227 da Constituição Federal/88, sendo o marco legal que gera os direitos humanos de crianças e adolescentes, surgiu nas mensagens das peças em terceira posição de frequência. Os aspectos conferidos ao ECA estão associados à prevenção do trabalho infantil e à desconstrução do senso comum: “O ECA não é lei para proteger bandido.”

Sobre os tipos e naturezas da violência, os textos abordaram a violência psicológica, com apelações vocativas de que “homem não chora, você é burro, acorda preguiçoso” como indicativos do reconhecimento de que a violência não é só bater, nem deixar marcas visíveis no corpo. Percebe-se também que não faltou repertório sobre exploração sexual, contestando, inclusive, numa das composições de que “crianças e adolescentes não se prostituem, são exploradas”. Temas associando alcoolismo e violências, filhos presenciando violências domésticas também sinalizaram parte das produções radiofônicas.

Há composições que tratam o *bullying* como “uma violência que machuca o corpo e a mente”. Outras fomentam o respeito entre pais e filhos, a importância do diálogo familiar e o exemplo como fortalecedor da aprendizagem. Percebe-se nessas peças a sensibilidade dos compositores diante das questões que acontecem tanto nos espaços educacionais formais quanto nas relações familiares.

No que se refere aos aspectos da prevenção, o reconhecimento da Rede de Atenção como apoio importante de articulação acolhimento e proteção também foi tema que recebeu destaque numa das peças:

Articular a rede em nossa sociedade, unindo saber o esforço e a vontade. Juntos, misturados, envolvidos na missão de falar pelo rádio. O amor irradiado pra criança acolhimento e proteção pra criança acolhimento e proteção. (Participante da Região Nordeste).

Aqui se denota o poder da atenção em redes, tanto para a prevenção quanto para a atenção dos casos já instalados.

Também surgiram assuntos relacionados à prevenção e às situações de vulnerabilidades que fomentam a violência. Nesse aspecto as composições textuais das peças pautaram em suas composições temas como acidentes domésticos, o pacto pela

vida, a convivência familiar e o alcoolismo: “Consumo excessivo de álcool é o maior vilão para disseminar a violência. *Nas ondas do rádio* – Navegue nessa ideia!” exemplificam essas abordagens.

Sobre o conjunto de composições apresentado, há alguns aspectos que merecem destaque. O primeiro deles diz respeito à fidelidade das características culturais de cada região. As peças, tanto nas letras quanto na musicalidade, estão de fato conectadas culturalmente, e a sonoridade expressa isso, já no início da escuta. Outro aspecto diz respeito à oportunidade de o CD transitar entre as regiões brasileiras levando em ondas radiofônicas a temática da violência para fortalecer as ações de prevenção da violência e promoção da cultura de paz junto aos ouvintes.

Embora o projeto tenha atuado no nível primário de prevenção da violência, ou seja, intervir antes que o evento aconteça (Projeto nas ondas do rádio a prevenção da violência contra crianças e adolescentes), ao analisar o material produzido nas oficinas nos deparamos com um deslocamento dessa intenção, pois o tema mais registrado foi o disque 100 - um serviço que oferece proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência, quer dizer após o acontecimento do fato.

Por nos faltar elementos consistentes de análise fica difícil atribuir motivos à escolha por esta ou por aquela abordagem, como a denúncia, por exemplo. Talvez o que se possa deduzir sobre essa proporcionalidade, seja a maior ou menor identificação dos sujeitos com alguns aspectos do conteúdo. Pode também ter prevalecido a opinião e ou a experiência predominante em cada um dos grupos de trabalho. Também por falta desses elementos não podemos atribuir que trazer a tona denúncia signifique equívocos de compreensão e envolvimento dos participantes com a proposta.

7.2 Distribuição das peças radiofônicas quanto ao gênero e formatos

Ainda que não seja intenção desse estudo aprofundar-se nos conceitos de gêneros da linguagem radiofônica, conhecer a suas variantes auxiliará na fase de análise das peças, produto concreto deste Projeto.

Entre os autores que abordam a linguagem radiofônica, nota-se que não há consenso quanto à classificação e características dos gêneros e formatos. Por esta razão, adotamos aqui os conceitos de gêneros e formatos⁽⁶⁵⁾ por considerarmos que nesta obra há um compilado suficiente de pontos de vista de autores especialistas na temática que satisfazem nosso interesse.

Por utilizar a linguagem falada, o rádio precisa buscar recursos adicionais para transmitir ideias, comunicar com clareza e prender a atenção dos ouvintes. Esses arranjos acomodam-se na classificação dos gêneros e formatos radiofônicos.

Formatos radiofônicos são os modelos que podem assumir os programas realizados dentro de cada um dos diferentes gêneros “(...) manifestados por meio de uma intencionalidade e configurados mediante um contorno plástico, representado pelo programa de rádio ou produto radiofônico.”⁽⁶⁵⁾

Define como gênero um modelo dinâmico de expressão da realidade da programação radiofônica com funções específicas e que, a partir das expectativas do ouvinte, utiliza-se de diversos formatos.⁽⁶⁵⁾

Afirma este autor que, de acordo com a intencionalidade, a necessidade do ouvinte e o objeto de sua audiência, os gêneros radiofônicos classificam-se em sete categorias:

- Gênero jornalístico – Está relacionado com a transmissão de fatos concretos para atualizar o ouvinte, através dos formatos que, a depender da finalidade

- da mensagem, podem assumir características de “nota”, que é um informe curto de fato atual; de “notícia”, que leva aos ouvintes a informação dos acontecimentos o mais rapidamente possível; de “boletim”, que surge intercalando a programação; de “reportagem”, que tem o papel de esclarecer os fatos da notícia; de “entrevista”, que é potente no esclarecimento dos fatos e temas de interesse da população por uma terceira pessoa; de “comentário”, que agrega o componente opinativo ao jornalismo; de “editorial”, que é de baixo uso, pondo em evidência o ponto de vista institucional; de “crônica”, que apresenta um texto com característica literária para registrar um fato; de
- “radiojornal”, que, de inserção diária em horário definido, utiliza a combinação de formatos; e de “documentário”, que pode ser um programa policial, programa esportivo e ou divulgação tecno-científica;
 - Gênero educativo-cultural – A ênfase é no processo educacional e conquista da cidadania. Os formatos mais utilizados nesse gênero são: o programa instrucional, a autobiografia, o documentário educativo-cultural e o programa temático;
 - Gênero de entretenimento – Com características mais descontraídas, tem a intenção de divertir o ouvinte, sem dispensar os cuidados para com a qualidade e a capacidade de associação com outros gêneros e formatos. Dentre os seus formatos estão: o programa musical, o programa ficcional, o programa artístico, o evento artístico e o programa interativo de entretenimento;
 - Gênero publicitário ou comercial – Disponibiliza espaços dos programas para a comercialização de serviços e produtos, conferindo o sustento das

emissoras. Os principais formatos são: *spot*, *jingle*, testemunhal e peça de promoção;

- Gênero propagandístico – Assume divulgar temas mais específicos com formatos de peça radiofônica de ação pública, de programa eleitoral e de programa religioso;
- Gênero de serviço – tem caráter mais provisório e constitui-se em passar informações aos ouvintes através dos formatos: de nota de utilidade pública a programa de serviço; e
- Gênero especial – Diferencia-se dos outros por apresentar funções diversas na emissão das mensagens. Dois são os formatos desse gênero: o programa infantil, cujos reclames consideram a faixa etária, e o programa de variedades.⁽⁶⁵⁾

Ainda, há uma correlação de formatos a cada um dos gêneros jornalísticos. Foi a partir dessa associação que buscamos os subsídios para classificar as peças produzidas pelos radialistas.

Gêneros	Formatos
Jornalístico	Nota, notícia, boletim, reportagem, entrevista, comentário, editorial, crônica, radiojornal, documentário jornalístico, mesa redonda, debates, programa esportivo, divulgação tecnocientífica
Educativo-cultural	Programa instrucional, audiobiografia, documentário educativo-cultural, programa temático
Entretenimento	Programa musical, programa ficcional, programa artístico, evento artístico, programa interativo de entretenimento
Publicitário	Spot, jingle, testemunhal, peça de promoção
Propagandístico	Peça radiofônica de ação pública, programa eleitoral, programa religioso
Serviço	Notas de utilidade pública, programa de serviço
Especial	Programa infantil, programa de variedades

Quadro 3 - Síntese dos gêneros e formatos radiofônicos

Fonte: Adaptação do texto de Barbosa Filho (2009 p. 89-132)

Ao analisar o material quanto aos argumentos da linguagem utilizada na composição das peças, os dados mostram que o gênero educativo fez marca em 34% das peças produzidas, seguido de 24% do gênero publicitário e 18% do gênero de serviços. As composições que utilizaram o gênero entretenimento e o propagandístico ficaram respectivamente com 8% e 7%. Já, o gênero dramático firma-se em 4% das peças produzidas; 2% são do gênero jornalístico e 1%, informativo, conforme apresentado na Tabela 4.

Gêneros	n.	%
Educativo	30	34%
Publicitário	21	24%
Serviço	18	20%
Entretenimento	7	8%
Propagandístico	6	7%
Dramático	4	4%
Jornalístico	2	2%
Informativo	1	1%
TOTAL	89	100%

Tabela 4 - Gêneros radiofônicos
Fonte: Dados do projeto (2013 – 2015)

Verificar os formatos adotados nas composições das peças também fez parte da análise do material produzido. Assim, percebe-se uma multiplicidade de doze tipos e variedades adotadas para a produção, sendo a variedade *spot* a mais frequente e presente em 52% do material produzido. O radiodrama (Tabela 4) surge como a segunda variedade de formato encontrada, correspondendo a 20% das peças. *Jingle* e vinhetas foram variedades de formatos identificados, respectivamente em 8% e 7% das peças. Em percentuais menores estão o informe, 4%; a nota publicitária, 3%; a paródia, 2%. O depoimento, a entrevista, a partida de futebol, a poesia e o programa temático contribuíram com suas variedades em 1% das peças produzidas.

Formatos	N	%
Spot	46	52%
Radiodrama	18	20%
Jingle	7	8%
Vinheta	5	6%
Informe	3	4%
Nota publicitária	2	2%
Paródia	2	2%
Partida de futebol	2	2%
Entrevista	1	1%
Depoimento	1	1%
Poesia	1	1%
Programa temático	1	1%
TOTAL	89	100%

Tabela 5 - Formatos radiofônicos
Fonte: Dados do projeto (2013 – 2015)

Conforme dito anteriormente, a utilização desta estratégia, a de produção de peças, além do componente de aprendizagem e fixação do conteúdo buscou favorecer o protagonismo dos radialistas na idealização e produção do seu próprio instrumento de trabalho. Vale lembrar que essa produção não foi instituída de uma encomenda específica do conteúdo, nem dos gêneros e formatos.

Essa etapa de classificação, quanto aos gêneros e formatos, contou com a expertise de dois radialistas consultores do Projeto. Por serem profissionais de rádios atuantes há muito tempo e acumularem conhecimentos específicos para essa atividade, foi a eles conferido a responsabilidade do processo de gravação, edição e participação da análise do material auditivo produzido.

7.3 A internet como componente de articulação – Facebook

Sabe-se que cada vez mais o ambiente virtual tem favorecido o acesso às práticas comunicacionais, tanto nas organizações corporativas quanto entre pessoas

físicas, permitindo que os membros, assim chamados, através de um *site* ou *software*, aumentem o poder de comunicação na sociedade.

A chegada desse sistema global interliga redes de computadores de todas as partes do mundo, através de recursos tecnológicos para transmitir conteúdo e informação.⁽⁶⁶⁾

No projeto *Nas ondas do rádio* esta tecnologia também foi utilizada para favorecer o movimento de articulação de uma pequena rede de contatos entre os radialistas. Assim, a partir de dezembro de 2013, foi criada pelo Projeto uma página no *Facebook* para conectar pessoas e compartilhar mensagens, fotos, *links*, vídeos.

No que concerne à utilização dessa ferramenta de comunicação, o levantamento realizado pelo administrador do grupo IFF, em fevereiro de 2017, na página do *Facebook* “Nas ondas do rádio – a prevenção da violência” comprova que 280 pessoas estavam cadastradas; 2.343 postagens de fotos foram realizadas, 17 álbuns inseridos, 28 postagens de vídeos e 920 inclusões de notícias, informes e postagens curtidas.

Pelos dados apresentados, percebe-se que a dinâmica de acesso ao *Facebook*, assim como a sua utilização, sinaliza que a sua criação pode ter favorecido o contato entre os radialistas, cumprindo-se o objetivo para o qual esse canal foi criado. Embora a intenção de sua criação não tenha sido a de monitorar processos, há sinais de uma rede de contatos que vem se mantendo em movimentos com trocas de informações e socialização das atividades desenvolvidas.

7.4 Sobre as metas e resultados

O Projeto previu como metas para a primeira fase: a realização de 2 oficinas; a sensibilização de 100 radialistas das regiões Norte, Nordeste, mais as cidades do Rio de

Janeiro, Florianópolis e Cuiabá; a construção do material instrucional (roteiro e orientação para as oficinas); a produção de 20 peças radiofônicas e gravação de 1.000 CDs.

A segunda fase estimou alcançar profissionais dos estados das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste; a realização de 4 oficinas para 200 radialistas; a produção de 30 peças radiofônicas e a gravação de 1.000 CDs.

Os resultados apontam que, do ponto de vista das metas, o número de oficinas e participantes superou o previsto, isto é, ao final do projeto foram realizadas 8 oficinas, 314 profissionais sensibilizados, 89 peças produzidas e 3.000 CDs gravados.

7.4.1 Mudança de práticas

A pergunta quatro não gerou núcleos de sentidos e indagou sobre a mudança de práticas dos radialistas em relação à forma de tratar o tema da violência e sua prevenção, assim como adotar posturas proativas no sentido de incluir o tema na programação da rádio.

Desse modo, foi perguntado *“se depois da oficina os radialistas haviam incluído o tema na programação da rádio”*. Para as respostas positivas, indagou-se ainda como essa inclusão se deu e se houve alguma reação dos ouvintes. Para os entrevistados que responderam negativamente, indagou-se quais as razões para a não-inclusão.

A partir da análise das entrevistas, percebe-se que 50 participantes, 86,2% dos entrevistados, afirmaram a inclusão do tema na programação após a oficina, enquanto 8 respondentes disseram que não tinham incluído. Entre os que disseram sim, a maioria, 43, também anunciou as estratégias utilizadas para a inserção. Todos que disseram

“sim” para a inclusão do tema sinalizaram ter havido algum tipo de reação dos ouvintes e como estas aconteceram.

Dentre as respostas positivas, há relatos de que a rádio não só incluiu a temática, como passou a abordá-la com mais frequência. Alguns, de forma mais pontual e outros mantidos na programação até o (dia da entrevista). Entre os temas pautados, estão o ECA, a maioria penal, a garantia de direitos, como proteger as crianças e o *Disque 100*. Eis a fala de um dos participantes:

Nós aumentamos às vezes de discussão. As abordagens, os aspectos levantados, até a produção de pauta melhorou também. Que outros segmentos a gente pode chamar para discutir o caso? Notas falando sobre isso. O próprio Disque 100 ampliou sim, muda o olhar, né? (Participante da Região Sul).

A forma de inserção deu-se, noticiando à temática, realizando entrevistas, debates com profissionais da saúde e buscando articulações com outras instituições. Como estratégia utilizada, foi mencionado o material produzido durante as oficinas (*spots*, vinhetas, programas, entrevistas): “A gente recebeu o CD da oficina e a gente acabou colocando na programação da rádio, certo?”. (Participante da Região Sul).

Nas rádios-escola, pode-se dizer pelas entrevistas que a inclusão do tema na agenda de programação refletiu na articulação entre professores e alunos.

Sobre como foi incluir o tema na programação, em geral, responderam que foi tranquilo, que não houve resistências, tiveram liberdade para discutir e trabalhar esse assunto, contaram com o apoio da direção e da coordenação de programa, além de que tinha sido gratificante abordar o assunto. Ainda de acordo com as entrevistas, percebe-se que foi favorável, porque já era proposta trabalhar o tema. Estiveram mais focados. Foi novidade para os ouvintes, e os mesmos foram receptivos. Nas falas dos

entrevistados, eles afirmam ter sido tranquila a inclusão, por conta da natureza da rádio, da missão e do compromisso da própria emissora ou das parcerias feitas:

Foi uma novidade assim, para os ouvintes, né? Porque a rádio comunitária é uma rádio, aonde tem acesso, a população mais humilde, né? Então acabou abrangendo. O assunto acabou chegando às pessoas mais humildes, né?
(Participante da Região Sul).

Da Região Centro-Oeste, afirmou outro entrevistado: *“Não posso dizer assim que foi uma grande mudança exatamente, porque a gente já vinha trabalhando nessa linha. Então, a gente teve um pouco mais de direcionamento sobre o assunto, trouxe o material, que serve de apoio.”*

Entre as estratégias adotadas para a inserção do tema na programação estão a realização de entrevistas, a criação de novos programas, a utilização do material produzido nas oficinas, a distribuição de vinhetas, o esclarecimento de ouvintes, além dos “programas de informes”, que trabalham direitos humanos e respeito mútuo: *“Nós fizemos depois da oficina alguns debates e convidamos também algumas pessoas até da própria saúde estadual pra entrevistas. Tem sido muito esclarecedor pros ouvintes.”* (Participante da Região Norte). Outro participante referindo-se ao mesmo tema, assegura que o mesmo *“Gerou matéria e depois disso, eu propus uma série ligada à educação, onde a gente abordou diversos temas ligados à educação infantil e adolescentes, junto com a questão da violência, falando também de prevenção à violência.”* (Participante da Região Norte).

Outro assunto comentado pelos radialistas se refere ao período de inserção, ou seja, por quanto tempo a temática permaneceu na programação. Nessa lógica, há relatos de entrada mais pontual, a exemplo da votação pela redução da maioria penal, campanhas mais temporais que ficaram no ar uma semana, um mês, até relatos (em

menor escala) que a ocupação da agenda se deu de forma mais permanente e diária. Entre os que correlacionaram a inserção do tema ao tempo, cinco disseram que fizeram de forma mais pontual, como se constata em algumas de suas falas transcritas na sequência: “(...) *a gente incluiu no momento da votação da redução da maioria penal, mostrando o absurdo dessa atitude governamental.*” (Participante da Região Sudeste); “(...) *incluí sim, foi assim, uma semana a gente divulgando na rádio.*” (Participante da Região Norte); “*Sim, em alguns momentos são agendadas algumas entrevistas compatível com esse tema.*” (Participante da Região Centro-Oeste); “(...) *claro que nós não fazemos o tempo todo pra não se tornar um lugar comum e ninguém mais prestar atenção, mas periodicamente nós retornamos com a campanha.*” (Participante da Região Centro-Oeste); “*Sim, a gente tem feito algumas divulgações.*” (Participante da Região Nordeste).

Três disseram haver inserido o tema que se mantém até hoje (dia da entrevista): “*Incluído, nos diários, nos assuntos tratados diariamente, a propaganda do Disque 100, do combate, tentando criar novas técnicas.*” (Participante da Região Sudeste); “*Ele é mantido até hoje.*” (Participante da Região Sudeste); e “*Até hoje ainda passa esse tema.*” (Participante da Região Sudeste).

Com relação aos temas inseridos na programação, de um modo geral, percebe-se certa integração com as citações em respostas anteriores, ficando, portanto, em torno de temas como o *Disque 100*, o ECA, orientações de como as pessoas podem se proteger da violência. Nas rádios-escola, discutiu-se os direitos de crianças e adolescentes, prevenção da violência, atividades de “*educomunicação*” com alunos e professores, conforme se verifica no pronunciamento: “*Inserida a reflexão sobre a cultura de paz, sobre os direitos que essa criança tem, principalmente os deveres, da educação e da saúde, é um tema bem recorrente.*” (Participante da Região Sudeste).

Mais dois pronunciamentos convergiram para o mesmo foco:

Foi muito bom a gente poder falar e dar exemplo disso pra todo mundo, tanto pro menino, quanto pra menina, levantar essas questões, que às vezes professores estão numa sala de aula com 30 alunos e tem uma criança de 6 anos, de 5 anos, 7 anos que tá sofrendo algum tipo de violência, verbal, sexual ou molestada, né? E o professor, muitas vezes, ele não tem a capacidade, não sei nem se é capacidade ..., a sensibilidade de fazer essa avaliação, então, a gente trabalhou, até com todos os professores, tentou passar essa informação pra todos os professores da escola. (Participante da Região Norte).

Fazia oficina com os alunos aqui da rádio-escola e passava essa pauta: divulgação, passava os telefones pra contatos, telefones do disque denúncia, comentava a hostilização do disque denúncia, esclarecia também que qualquer pessoa pode fazer uma denúncia, um vizinho, qualquer pessoa. (Participante da Região Sudeste).

Dos 50 que relataram sobre a reação dos ouvintes, de um modo geral, as respostas foram bem positivas. Há relatos de maior participação e interação, com reconhecimento dos ouvintes que são temas importantes e que de fato é preciso discutir sobre criança e adolescente com a sociedade. Também houve apelo por parte dos ouvintes para maior enfoque sobre o tema. Os ouvintes pediram espaço para denunciar casos de violência da comunidade.

Houve reação sim, bastante de muitos lugares. E a resposta foi imediata. Vários ouvintes ligaram pra falar exatamente, pra parabenizar a iniciativa de tá fazendo essa divulgação na rádio, porque a gente vê no dia a dia muitas coisas e a gente não sabe como enxergar. Então, assim, é uma forma que eles encontraram de prestar mais atenção, né? (Participante da Região Centro-Oeste).

As entrevistas apontam ainda que eles foram parabenizados pela iniciativa de pautar o tema, pela inserção dos *jingles*, rádio novela e dos *spots* criados na oficina. Logo, chegaram elogios por telefone, pelo *WhatsApp* e também pessoalmente: “E até

hoje a gente encontra na rua..., e o pessoal acha muito valioso, entendeu?”

(Participante da Região Norte). E ainda,

Houve reação positiva de que era importante os meios de comunicação tá trabalhando isso, como forma de tá debatendo com a sociedade, essa forma de atuar com o jovem, com criança e adolescente, no sentido de torná-los cidadãos. Então, acho que a comunidade nesse sentido, fez elogios por ter desenvolvido esse tipo de trabalho. (Participante da Região Sul).

Vale ressaltar que há nas respostas alguns indicativos de resultados. Embora sem confirmação empírica por nosso estudo. Os radialistas afirmaram que o número de denúncias tinha aumentado em sua região, o que eleva o grau de responsabilidade e preocupação sobre o que fazer com tais denúncias. A participação por telefone ficou mais intensa, houve reação de apoio à inserção da temática na programação.

Quando se refere à rádio-escola, percebe-se pelos relatos que também foi bem aceito em sala de aulas, que gerou maior interação dos alunos e que o cotidiano escolar mudou. Os alunos ficaram mais empoderados, conforme se constata nas falas: *“Eu creio que da época que começou essa programação, nós tivemos uma redução muito grande da violência contra criança e adolescente.”* (Participante da Região Sudeste); De outra região testemunhou-se: *“Ah! No início, as crianças mostraram bastante resistência e tal, né? Principalmente de falar, porque em casa também acontece. Então, eu percebi com o tempo a gente foi, foi melhorando, hoje eles falam um pouquinho mais sobre isso.”* (Participante da Região Sul); Nesse bojo, houve referência à mudança de comportamento da comunidade escolar: *“A gente sentiu que a escola, num todo, ela conseguiu a ter mais calma, na hora de entrar, na hora de sair, a gente não via mais tanta bagunça de classe. Foi nesse sentido que a gente assim percebeu.”* (Participante da Região Sul).

Entre os oito entrevistados que disseram “não haver incluído” o tema na programação, os motivos alegados foram: a mudança de direção da rádio, a não-criação do programa, a modificação da programação, inclusive sobre a temática, a finalização da permissão da rádio comunitária e por não estar mais trabalhando na emissora, segundo se constata nesta transcrição: “*Ainda não incluímos, mas faz parte do nosso trabalho. Acho que é importante a questão dessa abordagem em relação à violência que é muito atual, né? E forte! É importante que a gente possa tá incluindo não tenha dúvidas disso.*” (Participante da Região Sudeste). Outro participante justificou a realização parcial: “*A gente não conseguiu incluir o spot, porque, inclusive, houve uma mudança de direção na rádio, mas o tema em si, ele foi tratado, sim.*” (Participante da Região Norte).

Ainda nesse segmento, a quinta pergunta do roteiro teve como finalidade saber sobre possíveis transformações na atuação dos radialistas depois que eles passaram pela sensibilização. A análise das respostas possibilitou a agregação dos relatos em três núcleos de sentidos. O primeiro deles é o que mais se aproxima da mudança pessoal e de comportamento; o segundo agrupa relatos de ganhos e/ou aprofundamento de conhecimentos e o terceiro, expressa a intenção de replicar o aprendizado vivenciado na oficina.

O primeiro núcleo, relacionado à *Mudança de prática*, somou 35 enunciados e ancora os aspectos mais subjetivos das respostas. Embora compondo o mesmo núcleo, os enunciados foram agrupados por aproximação de sentidos, cada um deles apresentando traços singulares.

De modo geral, os radialistas expressaram que a oficina foi significativa para as mudanças pessoais. Afirmaram que em relação ao problema da violência contra crianças e adolescentes, a participação na oficina possibilitou uma modificação na forma como

entendiam uma série de questões relacionadas ao tema. A oficina possibilitou a diminuição do preconceito, a valorização e compreensão da escuta como um elemento propulsor de cultura de paz, e até mesmo a “*transformação afetiva*”, relata um participante da Região Norte. Enunciados outros revelam ainda, que a sensibilização modificou de alguma forma a maneira como o radialista avalia a si próprio. Uma vez conscientizado do problema, ele pôde se sentir um “*ser humano melhor*”, tonando-se “*mais útil para a sociedade,*” disse um participante da Região Sudeste.

As falas também manifestam um novo posicionamento dos radialistas frente à temática. Assim sendo, um deles afirmou que passou “*a se colocar no lugar das pessoas*”, (Participante da Região Norte). Também ouviu afirmação de um participante da Região Centro Oeste que passaram a dar maior atenção ao problema da violência e começaram a “*pensar melhor sobre os fatos*”, outro revelou que começou a perceber coisas que antes passavam despercebidas (Participante da Região Sul). Percebe-se ainda pelas respostas dos entrevistados que eles entenderam a gravidade da situação, a necessidade de adotar novas abordagens, demonstra os fatos que eles parecem ter aprendido que a criança precisa e deve ser protegida (Participante da Região Centro Oeste). Há sentimentos de que ficaram mais atentos aos tipos de comportamento afirma um radialista da Região Sul, por compreender que a mudança de comportamento é parâmetro significativo para identificar se a criança ou adolescente estão em situação de violência.

Eles disseram que depois da oficina, se aproximaram mais dos colegas de trabalho e dos ouvintes e intuíram que a responsabilidade e o compromisso do comunicador com a temática é para além do programa de rádio, é para além da própria profissão que exercem.

Mudou, melhorou bastante, sabe por que? Eu percebi que a escuta é muito importante para a cultura de paz, né? Só que as vezes a gente faz que quer a paz de cima para baixo, só que você não ordena a pessoa a se apropriar de criar a cultura da paz, né? (Participantes da Região Sudeste).

Completamente, na oficina eu me tornei um ser humano melhor...no ponto de outras pessoas estou me sentindo uma pessoa bem melhor...eu aprendi...melhorou o meu caráter, realmente valeu a pena. (Participantes de Região Sudeste).

O segundo núcleo, classificado como *Aquisição de conhecimentos* agrupou 48 enunciados, que ressaltam mais uma vez a relevância da oficina para o processo de aprendizagem sobre a temática. Afirmaram os radialistas, que a participação na oficina tanto ampliou quanto aprofundou o conhecimento. Trouxe esclarecimentos sobre o sistema público de saúde conforme afirma um participante da Região Sudeste. *“Entender a importância da rede de proteção”* foi uma das aquisições referida por um participante da Região Sul, *“teve acréscimo no meu entendimento sobre a questão da violência contra crianças e adolescentes”* afirma outro participante da Região Sul. Consideram ainda que ficaram mais esclarecidos e convictos para repassar as orientações de forma correta, para falar sobre a rede de proteção e sobre o Disque 100, *“O que fez a diferença no meu caso foi o disque 100”* relata um participante da Região Sul. Relatos indicam que a aquisição de conhecimento contribuiu para a qualificação da produção, que trouxe elementos para produzir matérias mais qualificadas disse um radialista da Região Sul. *“Entender minha função profissional nisso”* foi o que relatou outro participante da Região Sul. Ainda neste quesito resalta um participante da Região Norte que *“Mais capacitado a gente consegue falar melhor o assunto.”* Vindo de um participantes da Região Centro Oeste *“ficou mais compreensível não tinha conhecimento.”*

Afirma um radialista da Região Sudeste “*A gente pode trabalhar na formação dos professores.*” Outras afirmativas ainda nesse quesito da aquisição de conhecimentos podem ser vistas nos relatos abaixo:

A oficina, ela me qualificou mais como profissional, né. Então, ela me deu elementos para continuar produzindo matérias, é sobre esse tema que é tão importante na sociedade brasileira de forma crítica, de forma a conscientizar os ouvintes sobre a importância disso. (Participantes da Região Sul).

É mudou, porque como eu disse, a gente trabalhava muito, no noticioso, então, a gente começou a pensar melhor, né? nos fatos, com certeza ajudou muito na elaboração do tema. (Participante da Região Centro Oeste).

(...) foi muito esclarecedor nos aspectos até de identificar as formas de violência, saber que existe esse respaldo da sua segurança, também uma coisa que eu fiquei admirada também nas oficinas, foi saber sobre o sistema de sistema público de saúde, quanto tá mais humanizado, quantas melhoras estão fazendo. Também foi surpresa pra mim. (Participante da Região Sudeste).

O terceiro núcleo de sentidos, nominado *Mobilização para atuação*, agrupou 13 enunciados que associam o conhecimento adquirido à necessidade de mudar a forma de atuar frente à temática. Os radialistas disseram que agora se reconhecem parte da rede de atenção e percebem a necessidade de incluir a temática da violência na programação, assim afirma um participante da Região Norte, “*Mudou sim, melhorou muito, porque hoje nós somos uma rede.*”. Revelaram que a aquisição de conhecimento deu mais respaldo e abriu um canal de diálogo sobre o ECA “*Criou um canal de diálogo sobre o ECA e sobre violência, bullying.*” Afirma um participante da Região Sudeste. Eles se disseram capazes de realizar formações sobre a temática para professores e outros profissionais “*Ações e formações para professores.*” (Participante da Região Sudeste). “A gente pode trabalhar na formação dos professores.” Indicou outro (Participante da Região Sudeste). Outro aspecto em relevo que surgiu entre os entrevistados ressaltou a

atenção dispensada a temática da violência durante a oficina, “*O foco especial em cima do assunto.*” (Participante da Região Centro Oeste). Participantes da Região Sul fez uma afirmativa relevante que se pode inferir mudanças pós-oficina, veja o que se segue “*Aproximaram-se mais os alunos comigo.*” Outro refere que “*Entra em contato com o conselho tutelar para avisar.*” (Participante da Região Sul). Houve “*Aprendizagem dos alunos*” e foi possível “*Conscientizar os ouvintes sobre a importância disso.*” Afirmaram respectivamente participantes das Regiões Sudeste e Sul.

Um radialista do Sul sugeriu o reconhecimento que ganhou “*Mais respaldo social em relação ao tema.*” As mudanças reveladas pelos entrevistados na mobilização para a atuação contempla a “*Inserção dos comunicadores*” (Participante da Região Nordeste). Que passaram a “*Dá ênfase na questão do estupro*” disse um participante da Região Sudeste. A mudança segundo um participante da Região Sul sugere aspectos relacional na ambiência escolar por “*Facilitar o fluxo de informação para professores.*”

Com relação a este núcleo vale ressaltar que o mesmo traz alguns componentes que mais se relacionam com o processo subjetivo dos participantes. Há clareza nos enunciados que o acesso à informação e o aprofundamento na temática, transformaram não só a percepção sobre a situação de violência que afeta crianças e adolescentes, como também os impulsionaram a repensar a forma de utilização da comunicação para este fim.

Outras razões das transformações alçaram as relações pessoais, promovendo maior aproximação com colegas de trabalho e de profissão. A empatia foi colocada pelos radialistas, como ponto de comprovação de que houve sensibilização para a problemática da violência doméstica contra crianças e adolescentes.

Fica assim mais uma vez evidente que a qualificação profissional é ponto comum em todos os núcleos de sentidos e ganha lugar de destaque em mais uma

pergunta feita aos radialistas. Isso remete ao poder transformador do conhecimento sobre o qual se afirma no Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência, 2014, da Organização Mundial de Saúde, quando recomenda a criação de capacitação para os profissionais, com vistas na prevenção da violência, de modo que todos possam unir-se e melhorar atividades e investimentos em nível compatível com o peso e a gravidade do problema².

No núcleo mobilização para atuação, percebe-se, que a intenção expressa de mudar a atitude frente à temática da violência, também está vinculada ao conhecimento e circunda, segundo os radialistas, a disposição para incluir a temática na programação das rádios, articular com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e repassar o conteúdo para os pares.

A colaboração entre saúde e meios de comunicação é um ponto essencial para que ações de prevenção da violência ganhem força e eficácia. Isto representa dizer, de acordo como Araújo e Cabrera (2012) que Comunicação e Saúde são áreas distintas e autônomas que vem ganhando atenção de estudiosos e pesquisadores interessados em compreender a interface entre esses dois campos, que se potencializam na atuação conjunta.³²

CAPÍTULO 8 – AVALIAÇÃO DOS PONTOS FORTE E FRACOS DO PROJETO

Neste capítulo consta a análise do acervo dos “pontos fortes e fracos” da experiência gerado com as entrevistas de dois grupos de sujeitos do estudo os: Radialistas (Pergunta 6) e os Consultores (Perguntas 4).

Do *Roteiro de entrevista com radialistas* (sexta pergunta) os pontos fortes expressos geraram 141 enunciados que foram agrupados em 8 núcleos de sentidos, de acordo com a saturação de sentidos, sendo assim definidos: 1) Aprimoramento do conhecimento, 2) Troca de experiências, 3) Aspectos metodológicos, 4) Expertise dos facilitadores, 5) Mudança de visão sobre o tema, 6) Papel do governo, 7) Manutenção da rede, 8) Logística e acolhimento.

Do *Roteiro de entrevista com radialistas* (sexta pergunta) os pontos fortes expressos geraram 141 enunciados que foram agrupados em 8 núcleos de sentidos, de acordo com a saturação de sentidos, sendo assim definidos: i) Aprimoramento do conhecimento; ii) Troca de experiências; iii) Aspectos metodológicos; iv) Expertise dos facilitadores; v) Mudança de visão sobre o tema; vi) Papel do governo; vii) Manutenção da rede; viii) Logística e acolhimento.

O primeiro núcleo de sentidos classificado como *Aprimoramento do conhecimento*, agrupou 45 enunciados que sinalizaram a valor da oficina para o repasse de informação e estímulo ao aprendizado. A maioria dos entrevistados enfatizou a importância da escolha do tema, valorização da infância e a associação entre teoria e prática. Também foi considerado positivo fazer o tema chegar às emissoras populares, bem como as chances para discussões sobre o tema da violência que favoreceram tanto para ampliar o conhecimento quanto para conhecer a realidade. Nessa direção afirma-se como ponto forte, “*Porque eu aprendi muito. Eu aprendi coisas que eu não sabia,*

entendeu? Coisa que eu vou levar como aprendizado por toda a minha vida, entendeu? Nossa! Foi uma experiência que eu queria poder repetir.” (Participante da Região Norte). Outro entrevistado ressaltou que *“Conhecer os números da violência foi muito positivo. Conhecer um trabalho novo e uma maneira nova de lidar com esse tema da violência traz esperança.”* (Participante da região Sul).

A *Troca de experiências* compôs o segundo núcleo de sentidos com 32 enunciados. Percebe-se na fala dos entrevistados, que o compartilhamento de informações e a troca de experiências foram as ideias com maior saturação. Mas, também surgiram como relevantes a oportunidade de conviver com pessoas de outras emissoras de rádio de diversos lugares do Brasil. A ocasião foi favorável para conhecer e dialogar com profissionais de outras emissoras. Logo, juntar profissionais com os mesmos objetivos, segundo os entrevistados, foi bem positivo. Assim, constata-se nas falas seguintes: *“Pontos fortes, foi assim, reunir pessoas de diversas rádios no sentido de trabalhar um tema muito importante como esse, né?”* (Participante da Região Sul); Ainda nesse campo disse um radialista.

Eu acho que os pontos fortes foram as trocas de experiências e conhecer na realidade. Todo o conhecimento que a gente agregou e as informações que a gente vai poder repassar e o trabalho que a gente vai poder disseminar a partir da oficina. (Participante da Região Sul).

Outro entrevistado declarou ser o encontro *“A oportunidade da gente ter uma relação, um diálogo com outras organizações.”* (Participante da Região Nordeste).

Acerca do núcleo de sentidos sobre os *Aspectos metodológicos*, foram apontadas 23 unidades de registros. Um desses pontos refere-se à própria metodologia adotada, que segundo os radialistas, conseguiu ao mesmo tempo ser simples e envolvente o que favoreceu a participação ativa com a indução dos trabalhos em grupo, que a valorização do lúdico funcionou como forma de aprendizado. Percebe-se ainda, pelos relatos, que a

linguagem foi acessível, agradável e simples. Também foi atraente a forma como os temas foram abordados. Outros aspectos exaltam a oportunidade de exercitar a criação e a gravação das peças radiofônicas, bem como os produtos e os materiais específicos recebidos.

Ajudou, a saber, como é que a rádio pode destrinchar esse negócio da melhor forma com estratégias interessantes para tratar essa questão de violência de uma forma muito mais leve, mas ao mesmo tempo, reflexiva. (...) esse tema mais cabeludo (...) esses mais complicados de uma forma muito melhor e com a cara de quem vai falar no caso o estudante. Então acho que são dois aspectos importantes. (Participante da Região Sudeste).

Foi muito bom, porque foi participativo. Nós tivemos depois a oportunidade de no caso (...) Então, essa parte prática também, foi muito interessante, porque a gente não ficou só ouvindo. Houve uma interação, e a participação nossa e criação. Que nós tivemos que criar um produto, pra ser apresentado, foi gravado tudo, depois teve o retorno dessa gravação que nós fizemos, desse trabalho que a gente fez. (Participante da Região Sul).

O agrupamento quatro versou sobre a *Expertise dos facilitadores* e comportou 14 enunciados. Aqui, os radialistas contabilizaram como ponto forte o perfil das facilitadoras da oficina, ressaltando a forma como interagem e a alegria com que desenvolvem as atividades. Um participante da Região Centro-Oeste ressaltou a importância “(...) *da presença de uma pedagoga*” na equipe de capacitação. Outro afirmou que: “*O evento foi extremamente positivo, as pessoas que participaram a coordenação muito qualificada, a metodologia muito boa, os participantes, momentos de interação com os participantes também foi muito enriquecedor.*” (Participante da Região Sul; Ainda nesse quesito, um participante da Região Nordeste expressou que “*A facilitadora, toda a comissão é excelente, todos foram ..., as pessoas que participaram que organizaram ... foram positivas;*”

Ainda nesse aspecto segue afirmando como ponto forte:

De ponto positivo eu vou destacar que o pessoal estava na oficina, né? Tanto radialistas quanto o pessoal da saúde são pessoas bastante capacitadas, mesmo. Pode realmente trazer coisas positivas pra gente. Esse foi um ponto bastante positivo. (Participante da Região Centro-Oeste).

A propósito da *Mudança de visão sobre o tema*, que agrupou 12 unidades de registros aportou considerações que remetem à nova maneira de lidar com esse assunto. Pode-se perceber na fala dos entrevistados, que a própria abordagem da temática de certo modo sensibilizou os radialistas. Também há relatos de que ficaram mais fortalecidos e informados, pois, ampliaram o olhar para trabalhar o tema na escola, para defender a causa abrindo espaços de diálogo com a sociedade cuidando melhor da população, algumas revelações até oportunizaram a promoção de ações de prevenção e promoção da cultura de paz, como se podem constatar nestas afirmativas que inclusive reforçam a afirmação de um novo olhar a respeito do tema:

Firmou um participante da Região Centro-Oeste:

O ponto forte, é que mudou a nossa representação social (...) então, a rádio comunitária é feita de pessoas sem formação acadêmica, com algumas exceções apenas. Essas pessoas tiveram acessos ao conteúdo. É mais formalizados, uma linguagem mais formal que é politicamente correta, vamos dizer assim. A partir disso, eu acredito que começou a mudar o conceito de representação social de violência na sociedade, porque nós somos formadores de opinião. Se a nossa opinião a respeito de um assunto muda, né? Altera, aí, a gente passa a transferir essa nova representação para os nossos ouvintes. Eu acho que foi fundamental. (Participante da Região Centro-Oeste).

É o próprio conhecimento mesmo, né? Da comunidade em relação ao tema que antes pra gente era tabu ainda. Um trabalho desse tira o medo das pessoas de denunciar, entendeu? Tira o medo de a própria criança denunciar, enfim. Abre mais espaço. Você passava informação positivas pra todo mundo. (Participante da Região Centro-Oeste).

O *Papel do governo* forma o sexto núcleo de sentidos e consta de 5 unidades de registros exaltando como pontos fortes a própria iniciativa do MS para discutir a

temática com radialistas adotando linguagem simples e qualificadas nas ações prevenção da violência. Tais assertivas podem ser observadas nas seguintes falas:

Achei muito bacana o Ministério fazer os trabalhos específico, com linguagem específica, utilizado nossa capacidade. A gente podendo fazer gravações, conhecendo o trabalho profissional qualificado, pesquisador. Então, esse olhar pra nós, pra nossa profissão nesse tema, eu achei importante, porque, às vezes, faz para o redator, entendeu? Não, ele pegou o pessoal que trabalha mesmo, que está na frente, usando o microfone. Eu achei isso muito importante, muito importante mesmo, e eu gostaria que acontecesse outras oportunidades. (Participante da Região Sul).

E o lado positivo é que a iniciativa que foi vinda do Ministério do pessoal da saúde me surpreendeu. Eu não esperava vir essa iniciativa do MS. Esperava vir do Ministério das Comunicações, na época, né? Devido a nossa classe ser mais focalizada no Ministério das Comunicações.” (Participante da Região Sudeste).

A *Manutenção da rede*, sétimo núcleo, incorporou 5 enunciados que realçam como positivo o recebimento das peças construídas e gravadas durante as oficinas, a criação do grupo social do *Facebook*, cujo propósito foi estimular a conexão entre os participantes, também foi visto como importante e ganha vida no seguinte escopo anunciado.

O grupo do Facebook desse trabalho, que é muito legal, de vez em quando, a gente, eles postam alguma coisa, de troca de informação, mas a oficina nunca mais teve. Eu acho que a oficina pelo menos uma vez por ano seria importante. (Participante da Região Sudeste).

A intenção expressa pela manutenção da experiência pode ser constatada nas afirmativas que se seguem. *“Eu acredito que essa iniciativa tem que continuar, tem que ser empoderada, mais gente que pensa na cultura de paz.”* (Participante da Região Nordeste); *“(…) Positivo foi o compartilhamento, cada rádio diferente, e isso também, e fortalece ainda mais uma rede profissional para as crianças e adolescentes.”* (Participante da Região Nordeste).

Houve uma interação e a participação, nossa criação. Nós tivemos que criar um produto, né? Pra ser apresentado, foi gravado tudo, depois teve o retorno dessa gravação que nós fizemos, desse trabalho que a gente fez. Voltou pra nós, pra gente ver, então, foi muito bom. (Participante da Região Nordeste).

Por fim, o último núcleo, *Logística e acolhimento*, que conferiu, de acordo com as entrevistas 5 enunciados, destacando como pontos fortes as instalações oferecidas nas oficinas, que optou sempre por hotéis em cada uma das cidades-sede. Para os entrevistados, também foram positivos a organização, o acolhimento dispensado pela equipe técnica, bem como, o clima de convivência promovido durante o final de semana, o que pode ser inferido das falas em sequência: “*A parte boa que eu gostei assim foi, a própria abordagem da temática, as instalações, o curso.*” (Participante da Região Sul).

A própria acolhida pelo grupo que organizou o evento, né? O seminário, a participação muito boa da Mara, da jornalista, da radialista da Rádio Nacional da Amazônia, (...) durante todo o curso, durante todos os seminários. Uma dinâmica muito boa de apresentar o tema. Isso foi maravilhoso. (Participante da Região Centro-Oeste).

Sobre os *pontos fracos*, também derivados da pergunta seis, formou-se um conjunto de 38 unidades de registros que foram agrupados em quatro núcleos de sentidos: 1) Administração do tempo, 2) Mobilização e logística, 3) Estratégia de devolutiva, 4) Metodologia e conteúdo.

Vimos no primeiro núcleo *Administração do tempo*, com 12 enunciados que a maioria (9) achou a carga horária da oficina muito curta, sendo que um deles afirmou ter ficado difícil acomodar a quantidade de assuntos tratados ao tempo. Outro radialista afirmou que o pouco tempo impediu que se discutisse sobre a dinâmica do trabalho. O tempo para a produção das peças também foi questionado por um dos participantes. Registros negativos quanto à realização da oficina ter acontecido no final de semana (1)

e o intervalo espaçado entre as oficinas (1) também foram identificados. Eis exemplos das opiniões: “*Por ser um seminário sábado o dia inteiro e um domingo meio dia, eu acho que tinha que ser proativa.*” (Participante da Região Nordeste) e:

Eu achei o encontro muito curtinho. O legal é se fosse, tipo, uma semana, pra gente poder debater outras questões, trocar essas experiências, essas radialistas, mas foi muito fantástico! O negativo foi só um espaço pequeno, mas fora isso, foi muito bacana! (Participante da Região Sudeste).

Trata o segundo núcleo do processo de *Mobilização e logística*. Os pontos fracos expressos no conjunto de 11 enunciados foram bem diversos quanto ao ponto de vista dos entrevistados. A utilização do *e-mail* como forma de mobilização, segundo um dos entrevistados pode ter prejudicado pessoas que não têm o hábito de acessar com frequência esse meio de comunicação. O prazo curto de convocação foi apontado como negativo por um dos respondentes e por esta proximidade teve gente que não pôde participar afirmou outro radialista.

A logística de hospedagem ofertada não foi satisfatória para um entrevistado, e a localização da oficina foi considerada longe para outro participante. Também foi pontuado como negativo a ausência do Ministério das Comunicações como parceiro da iniciativa (1). “*Pena que as pessoas assumiram o compromisso de ir e não foram*” relatou um participante da Região Nordeste. Nesse aspecto, percebem-se críticas aos próprios pares, quando lamentaram os radialistas que se inscreveram e não participaram da oficina. Sobre o comportamento de gênero participantes do Centro Oeste referiram que: “*A maioria masculino e muito machista*” e “*Os radialistas são preconceituosos e machistas.*” Citaram como pontos fracos o “*direcionamento maior na convocação da atividade para os rádios difusores comunitárias.*” (Participante da Região Sul). Também houve quem questionasse o número de professores participantes, conforme relata um radialista da Região Sul “*Muitos professores ligados a rádio-escola.*”

Sobre esses últimos comentários, vale ressaltar que não houve direcionamento para escolha de natureza de rádios, pelo contrário, a logística de mobilização diversificou o máximo possível. Por esse ângulo, eis a transcrição de um pronunciamento: *“Só um detalhe, a questão da logística que sempre demora que é um pouco mais, é dificultosa na questão de hospedagem, termina sendo precária em algumas situações. Mas o restante foi positivo e os temas são bastante atualizados.”* (Participante da Região Nordeste). Em outra fala assegura-se que *“O lado negativo é justamente esse, eu acho que deveria ter mais parceria incluindo o Ministério da Comunicação também, incluindo, é nesse projeto, nesse programa.”* (Participante da Região Sudeste).

O conjunto de enunciados que compõe o terceiro núcleo de sentidos expressa a *Estratégia de devolutiva*. Das 8 respostas dadas pelos radialistas, a maioria (5) apontou como crítica ainda não ter recebido o segundo CD com as peças produzidas por eles. Há de se esclarecer que, por questões orçamentárias, a gravação dessa mídia só aconteceria de fato quando todas as oficinas fossem finalizadas.

Ainda existiram reclames sobre a falta de “continuidade” das oficinas afirma um radialista da Região Nordeste *“Não teve uma continuidade.”* e que faltou um encontro para saber o que estava sendo feito nos municípios *“A gente não retornou pra ver o que cada município teve.”* (Participante da Região Sul).

Faltaram também, disse um radialista, informações sobre os resultados do projeto, *“Não ter depois um feedback”* (Participantes da Região Centro Oeste). Com relação a esta última citação, de fato, não foi orçado recurso para a realização do seminário nacional nos moldes do que aconteceu na Fase I do projeto. Um participante da Região Sul, realçou que *“Foi negativo que até hoje nós não tivemos ainda, o CD*

final da produção feita pra gente até poder ampliar isso, e poder está repassando para outras rádios comunitárias.”. Leia-se também:

O ponto negativo, eu acho que poderia ter mais encontro desses, né? A gente acabou ficando sem o material. Foi muito pouco. Daí, não recebemos mais os materiais, né? Então, eu acho que esse é o ponto negativo. Então, ele acaba, acaba saturando a rádio, porque fica só com um pouco de material. (Participante da Região Norte).

Já, os relatos sobre a *Metodologia e conteúdo* quarto núcleo de sentidos conjugaram 7 unidades de registros. Dentre estes, surgiram como pontos fracos: que as atividades tinham pouca recreação, afirmou um radialista (1).

E os pontos fracos, eu acredito que, o trabalho, ele poderia ser mais bem desenvolvido dentro da oficina. Existem algumas atividades que são um pouco recreativas, digamos assim, e, eu acho que só nesse sentido, porque a oficina em si, no geral, ela é muito boa. (Participante da Região Sul).

Ficou a desejar os aspectos sociais e culturais das regiões (1). Também houve críticas por não ter acontecido outros encontros (1). Esses argumentos podem ser entendidos pelo desconhecimento de que a oficina era única para cada grupo de radialistas.

Entre outros pontos fracos apontados estão: o direcionamento das peças para o formato de *spots* (1); a carga horária curta “*Não se teve a oportunidade da gente ter um momento de troca de experiência*” (Participante da Região Nordeste). E a dinâmica do trabalho deixou a desejar e foi relatado por um radialista da Região Sul: “*Pouco tempo pra discutir questões de direitos pela dinâmica do trabalho.*”

Ainda nessa perspectiva participantes da Região Sul consideraram as palestras longas. As falas seguintes pautaram-se nessa direção: “*Palestras muito cansativa; e O “seminário sábado o dia inteiro e um domingo meio dia”. “As oficinas foram dirigidas*

muito na visão biológica, não observou as variantes da formação social, cultural das regiões, no meu caso é o Norte de Minas.” (Participante da Região Sudeste).

A partir de agora, a ponderação será sobre os resultados das entrevistas concedidas pelos consultores. Os consultores são integrantes de outra ordem, cuja missão além da construção da metodologia era também a de facilitar o processo de sensibilização na temática da violência e atualização da linguagem radiofônica para produção das peças.

Conforme relatado no Capítulo 3 – Metodologia do estudo, o fator tempo induziu-nos a priorizar, para análise desta pesquisa, apenas parte do material coletado nas entrevistas com estes colaboradores. Para esta seleção, considerou-se as perguntas (4 e 5) do roteiro de entrevistas dos consultores pela equivalência com o roteiro de entrevistas com radialistas, permitindo assim a comparabilidade, sendo estas: 4. Para você, quais os pontos fortes e fracos desta experiência? O que deveria ser modificado para melhorar a proposta? 5) Como você avalia a continuidade dessa experiência, possibilidades e dificuldades?

A pergunta quatro do *Roteiro de entrevista com os consultores*, eleita aqui para ser analisada, buscou saber quais os pontos fortes e fracos do Projeto e o que na perspectiva desses profissionais deveria ser modificado para melhorar a proposta. Dado a inserção privilegiada e o profundo conhecimento e envolvimento com as atividades, demandou-se desses entrevistados que detalhassem mais os pontos fracos e que ofertassem sugestões para aprimoramento do projeto.

Sobre os *pontos fracos*, as respostas dos consultores possibilitaram comportar 5 núcleos de sentidos: 1) Duração da oficina; 2) Metodologia/conteúdo; 3) Ausência de Monitoramento e avaliação; 4) Mobilização; 5) Mídias sociais.

No primeiro núcleo denominado *Duração da oficina*, todos os consultores referiram como ponto negativo a carga horária destinada à oficina. Dois deles sugeriram o aumento de pelo menos um dia para melhor acomodar a distribuição do conteúdo e ter assim, mais tempo para a gravação das peças. Deixar mais tempo para a fala dos participantes também foi apontado como necessário pelos entrevistados. Portanto, repensar a adaptação do tempo da oficina considerando o conteúdo é, na percepção dos consultores, indispensável. “(...) às vezes a gente erra em grupos muito grandes, a coisa deles darem retorno, poder falar, ficava muito exprimida.” (Participante da Região Sudeste).

Sobre a *Metodologia e conteúdo*, segundo núcleo de sentidos, as respostas são concordantes entre todos os consultores. Cabe esclarecer que as observações não dizem respeito à técnica metodológica utilizada, mas sim à relação conteúdo *versus* carga horária, disse um consultor da Região Sudeste: “*Muita informação, sem dar tempo de interativo, sem dar tempo de você estar interativamente com eles, mudar um pouco metodologicamente, um pouquinho, pra que fique mais interativo.*” Especificamente sobre o conteúdo, uma consultora, da Região Sudeste, mencionou a necessidade de ajustar a forma de repassar o tema sobre ética.

Problemas com impressão do material também foi ponto negativo segundo um dos consultores:

O primeiro CD, que é uma coisa que a gente não contava, aconteceram erros de impressão. Aí, o material não pôde ganhar rua. Acidentes de percurso que infelizmente atrasaram alguns processos sem tirar o mérito do valor inestimável da produção que foi feita. (Participante da Região Sudeste).

O terceiro núcleo contempla a *Ausência de monitoramento e avaliação*. Nesse quesito, há consenso nas respostas de quatro consultores. Afirma um participante da Região Centro Oeste “*Esse projeto, ele teve muita visibilidade, mas nós precisamos*

agora de uma avaliação final dá inclusive, a saber, tentar sensibilizar emissoras publica que façam documentários a respeito desse projeto para que a gente tenha um documento.” Como superação, o grupo antecipou algumas propostas entre as quais disse um participante da Região Sudeste e ainda sugeriu *“destacar mais recurso para o monitoramento e acompanhamento.”*

Outra consultora da Região Sudeste, indicou fazer um plano de ação com espaços nas oficinas para apresentação dos resultados:

O teu plano de ação, agora é chegar e chamar as pessoas da tua rádio comunitária, comercial. Tentar sensibilizá-los e marcar com eles uma reunião quinzenal que seja, ou mensal que seja, em que programas fossem veiculados com essa temática durante 5 meses. No sexto mês, você trará o resultado disso. Através de uma pesquisa informal, você ouvinte, telefone para a rádio e diga se você continua tratando seu menino com palmadinha, aquela que não dói, mas que você continua dando e tal. (Participante da Região Sudeste).

Nesse seguimento, vale esclarecer, que contamos apenas com o monitoramento das atividades desenvolvidas nas oficinas e embora a avaliação tenha constado como um dos objetivos específicos, esta não foi delineada pelo escopo do Projeto e nem no seu orçamento. Outro aspecto que o Projeto também não adotou foi o acompanhamento da inserção das peças na programação das rádios, deixando tal informação estratégica sem registro fidedigno. Há, portanto de se reconhecer que estas são fragilidades impeditivas inclusive de aferição do impacto do projeto.

O núcleo quatro, *Mobilização*, é mais um dos temas com alta saturação entre os consultores. Sem exceção, todo o grupo mencionou a dificuldade na ação de mobilizar, que gera exaustivo tempo de dedicação, além da necessidade de exceder o número de inscrições para alcançar a meta quantitativa de participantes prevista pelo Projeto. Outro aspecto questionado por um dos entrevistados, além do ato de mobilizar, fez referência

ao grupo de participantes para ela seria importante “(...) *checar com antecedência os perfis, para fazer uma análise mais profunda dos inscritos e listar as pessoas com critérios mais assertivos.*” (Participante da Região Centro Oeste). Afirma outro consultor da Região Sudeste que: “*Tem que melhorar a mobilização. Tem sempre 40 vagas mais aceita 60 porque sabe que não vem.*”

No tema *Mídias sociais*, quinto núcleo de sentidos identificado, apenas um consultor emitiu opinião, pois, entendeu que a falta de seguimento sistemático através da nossa mídia foi uma falha do Projeto e indicou que acompanhamento mais assíduo dessa ferramenta social poderia ter estreitado as relações entre os participantes e até funcionado como um canal de denúncia entre o grupo.

(...) justamente, a nossa vulnerabilidade no tocante às mídias sociais, né? Porque, por incrível que pareça, a gente não conseguiu criar um grupo de Whatsapp entre todos. Nem sempre a gente teve alguém pra monitorar, pra adequar o Facebook. Então, isso fez diferença nos indicadores ou mesmo nos grandes momentos em que necessitaríamos ali ter uma ponte mais efetiva de ação. (Participante da Região Centro-Oeste).

O conjunto de enunciados que compõem a categoria de *pontos fortes* do Projeto possibilitou a formação de dois núcleos de sentidos. Um traz referências sobre a equipe de facilitadores, e outro, sobre a metodologia e o material didático, conforme descritos a seguir.

O primeiro núcleo, identificado como *Equipe de facilitadores*, confere potência e afinamento do grupo de profissionais como uma das fortalezas do Projeto. Disse um participante da Região Centro Oeste “*Todo mundo comprometido, todo mundo de corpo e alma sem falar da bagagem, da experiência.*” Afirma um dos consultores da Região Sudeste “*Foi muito importante até para deixar, essa experiência marcada e quem sabe, repetida e multiplicada outras vezes.*”

Seguindo essa lógica afirma um consultor:

(...) mobilização de toda essa equipe aí, de vocês, do Ministério. A boa vontade não tem tempo para ir para lugar nenhum. Na hora que entra, abre a oficina. Não se tem tempo, mal para dormir, para se alimentar, o empenho excelente! (Participante da Região Norte).

Outra afirmativa ainda nesse campo indica como ponto forte, a bagagem de conhecimentos e experiência da equipe técnica: *“Sem falsa modéstia, a experiências das pessoas que compuseram a equipe de produção, todo mundo comprometido, todo mundo de corpo e alma sem falar da bagagem.”* (Participante da Região Centro-Oeste).

O segundo núcleo da categoria de pontos fortes, comporta *Metodologia e material didático*. Seguindo a tendência anterior, também se percebe sintonia entre as respostas dos consultores. *“Trazer o tema para discutir com profissionais da radiodifusão,”* (Participante da Região Sudeste). Percebe nas revelações dos consultores como fortalezas o reconhecimento da importância da radiodifusão na informação e diálogo com os ouvintes e a oportunidade concedida para refletir e discutir aspectos de *“prevenção da violência e promoção da saúde”* com quem atua nos meios de comunicação de massa, inclusive para qualificar essas informações, *“(...) no rádio, é importantíssimo, porque tem muito programa de rádio que também explora violência.”* Repete a consultora da Região Sudeste. *“Essa didática de repassar o conhecimento que vocês querem, do que vocês estão pensando em pouco espaço e os caras, os radialistas produzirem peças excelentes.”* Recebeu o reconhecimento como ponto forte pelo participante da Região Norte.

O grupo de consultores ainda validou como ponto forte a forma de repasse do conteúdo. Expressa uma respondente que a oficina simulou um ambiente compatível com um estúdio de rádio, que o material didático utilizado e disponibilizado para os

radialistas foi da “maior qualidade”. (Participante da Região Sudeste). Outras opiniões aparecem aqui transcritas: “(...) *é genial a forma como vocês fazem essa dinâmica! Essa didática de repassar o conhecimento de vocês, do que vocês querem, do que vocês estão pensando, em pouco espaço, e os caras, os radialistas produziram peças excelentes.*” (Participante da Região Norte). Ainda nesse bojo, colheu-se a posição de um dos consultores da Região Sudeste:

Foi muito importante até para deixar, essa experiência marcada e quem sabe, repetida e multiplicada outras vezes. Ficou, em alguns locais, alguma pessoas diferenciadas, porque a vida é assim mesmo que se propuseram a repetir a experiência, o grande ponto forte foi a iniciativa em si.

Uma terceira fala vem paralela às opiniões formuladas:

O fato de termos um acompanhamento, a gente não foi só coletar sonoras. A gente chamou essas pessoas pra estarem ali como se estivessem num estúdio de rádio de verdade, tendo a sua performance avaliada. Então, acho que isso foi um ponto alto do Projeto. (Participante da Região Centro-Oeste).

Ainda sobre o material, refere um dos consultores que foi um ponto alto do projeto, “(...) *spots são como a chave de ouro*” e que o processo de sensibilização foi disparado. (Participante da Região Sudeste). Da mesma região, veio o parecer: “(...) *agora, sensibilizar, sensibilizou. Isso, com certeza! Agora se sensibilizar para mudar comportamento, para fazer alguma coisa mudar. Conseguiu legal, dentro da realidade que a gente tinha para sensibilizar.*” (Participante da Região Sudeste).

Seguindo com a análise das sugestões dos consultores para melhorar a proposta foi possível agrupar os enunciados em dois núcleos de sentidos denominados: 1) Tempo e carga horária; 2) Monitoramento e avaliação.

O primeiro núcleo de faz referência ao *Tempo e carga horária*. Todas as respostas foram consonantes a “*duração da oficina*”. Um dos consultores Região

Sudeste faz referência à carga horária como ponto de melhoria necessária para qualificar ainda mais a proposta: “*Basicamente mais tempo para a oficina.*” “*Ser 3 dias fixos, um dia só para explicar o que é o projeto para as pessoas pegar a dinâmica e dois dias para produzir e apresentar*” (Participante da Região Norte). Ao se analisar a justificativa de aumento de carga horária, o motivo é sempre para favorecer a interatividade com os radialistas, deixando mais tempo para que eles possam falar.

O consultor fez a seguinte indicação:

Organizaria pela parte da manhã na sexta, de meio dia para tarde chamava todos os envolvidos para participar do Projeto. Dizia o que é o Projeto e produzia. Aí, começaria na própria tarde..., talvez final da tarde, já organizando os grupos. (Participante da Região Norte).

Outra referência sobre a carga horária diz o seguinte: “*Um dia a mais no mínimo e uma mudança da continuação, tipo assim, até menos oficinas talvez, em vez de uma por macrorregião, fazer três até juntando um pouco mais, para que sobre recurso pro monitoramento*”. (Participante da Região Sudeste).

O segundo núcleo de sentidos faz alusão ao *Monitoramento e avaliação*, teve eco nas respostas dos consultores. Três deles registraram suas sugestões, sendo uma para a realização de avaliação final envolvendo o grupo de radialistas que mais tenha se destacado no Projeto.

(...) esse projeto, né? Ele teve inclusive muita visibilidade, mas nós precisamos agora, numa avaliação final, dar, inclusive, a saber. Tentar sensibilizar emissoras públicas que façam documentários a respeito desse Projeto, para que a gente tenha um documento, digamos assim, quem sabe a gente possa sonhar até com um documentário que explicita o passo a passo de toda a metodologia do Projeto e seus casos de sucesso. (Participante da Região Centro-Oeste).

Outra consultora comentou que nem sempre há recursos disponíveis para avaliar projetos, embora seja bem importante tanto monitorar quanto avaliar. Outras opiniões congêneres foram colhidas, como: Um participante da Região Sudeste afirmou “(...) *esse monitoramento é sempre uma falha em qualquer programa.*” E oportunamente deixou expressa a sua sugestão, conforme o descrito abaixo.

(...) rejunteria as pessoas que tiveram conosco (...) cada um levaria um plano de ação. Chegar chamar as pessoas da tua rádio comunitária, comercial. Tentar sensibilizá-los e marcar com eles, uma reunião quinzenal que seja, ou mensal em que programas fossem veiculados com essa temática durante 5 meses. No sexto mês, você trará o resultado disso, através de uma pesquisa informal. (Participante da Região Sudeste).

CAPÍTULO 9 – SUGESTÕES E PERSPECTIVAS DE FUTURO

Com o intuito de apreender as ideias dos radialistas (pergunta 6.1) e consultores (pergunta 5) na perspectiva de futuros projetos, perguntou-se o que deveria ser modificado para melhorar a proposta.

Dos 58 radialistas entrevistados, cinco nada sugeriram, enquanto 53 apresentaram 69 sugestões que formaram 6 agrupamentos de respostas. No geral, as sugestões expressaram desejo de continuidade do Projeto, por vezes, associadas à inclusão de novas temáticas, a mudança de local do evento, a troca de experiências, a ampliação de outras categorias profissionais e a natureza das rádios, entre outras.

Vale ressaltar que estas respostas não geraram núcleo de sentidos, mas pode-se se afirmar que estão de modo pleno constituídas de sentidos de conteúdos.

O primeiro agrupamento classificado como *Inclusão de novos temas* é também o maior núcleo de agrupamento, com 26 enunciados que sugerem a inserção de outras temáticas no Projeto. Nesse aspecto, percebe-se uma variação significativa de ideias, em meio às quais estão à solicitação de inclusão de temáticas sobre: redes sociais, LGBT^{vii}, famílias homoafetivas, questões de gêneros, diversidade sexual, além de temáticas que contemplem aspectos sobre negros, quilombolas, indígenas, raça e etnia. É imaginável que essas demandas estejam associadas ao perfil do trabalho desenvolvido por estes profissionais nas rádios onde atuam, que de certa forma apontam a preocupação com questões que afetam as minorias. As sugestões foram recebidas, no entanto vale o registro que para este projeto a temática eleita foi prevenção da violência contra crianças e adolescentes. Os dois registros seguintes se inserem nessa perspectiva: “*Acho que uma questão assim, envolvendo as redes sociais, como que as emissoras podem se*

^{vii} LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis.

comportar em relação às redes sociais, né? Como que as emissoras podem responder aos ouvintes?” (Participante da Região Sul);

(...) a melhor produção de rádio é a do combate à violência. Criar alguma proposta que estimule as rádios a participar, veicular. Criar um elo também mais próximo dessas pessoas, para fortalecer essas redes. Uma rede de comunicadores amigo da criança. (Região Sudeste).

Um terceiro registro pode aliar-se nesse bojo:

(...) o profissional que está no interior, usando o microfone, precisaria ser mais preparado para trabalhar com questões LGBT, com a diversidade sexual, que eu acho que isso é um tabu muito grande ainda. É uma abordagem que a gente não tem tanto domínio ou não sabe o que poderia, como poderia ... A gente sempre faz debate, sempre traz esse tema à tona. Pelo mesmo eu acho que poderia ser um tema importante, deveria trabalhar. (Participante da Região Sul).

Seguindo ainda a sugestão de novos temas, houve solicitações para inserção de temáticas referentes à deficiência em crianças e adolescentes, drogas, câncer de útero, vacina HPV para adolescentes e gravidez precoce. Vale reforçar que a expressão dessas demandas pode refletir a necessidade que os radialistas têm de se apropriarem de conteúdos outros que possam ampliar a gama de informações a serem repassadas para os ouvintes, como uma sensibilidade às demais vulnerabilidades e problemas que podem afetar as famílias. Houve pronunciamento a respeito de tais desafios:

(...) eu acho que a gravidez precoce, esse tema específico, ele deve ser mais explorado, e envolvendo, inclusive, o câncer do colo do útero ... acomete muitas meninas, né? E a rejeição de algumas famílias ... que não permitem que as crianças tomem a vacina contra o câncer do colo do útero. (Participante da Região Norte).

Que o tema fosse a questão legal, principalmente do conselheiro tutelar nessa questão da primeira infância. Porque muitas vezes, o professor, ele enxerga, ele vê, ele chama o pai. Às vezes o pai tá preso, a mãe tá se

prostituído. Daí chama o conselho tutelar, daí o conselho tutelar não... de coisas que podem ser feitas. (Participante da Região Norte).

Temáticas outras sugeridas continuam divergindo do foco do Projeto: “*A questão legal, principalmente do conselheiro tutelar nessa questão da primeira infância.*” (Participante da Região Norte); “*A volta da democracia.*” (Participante da Região Sudeste), temas sobre a maioria penal e adoção são exemplos dessas demandas relacionadas ao campo dos direitos e do sistema de garantias de direitos. “*Essa questão da maioria penal, pra gente ter condições de fazer um advocacy, não na sociedade, mas, inclusive, nas casas legislativas.*” (Participante da Região Nordeste). As solicitações temáticas contidas neste bloco de certa forma foram discutidas durante as oficinas. A importância dos Conselhos Tutelares na rede de atenção e as consequências da redução da maioria penal são exemplos.

Ainda nesse agrupamento, foi requisitado a inclusão de temas sobre educação: “*Trabalho com jovens e educação é um tema que eu teria interesse em trabalhar novamente.*” (Participante da Região Centro-Oeste). Cada um deles com razões específicas para serem escolhidos.

Mesmo quando a proposta de temas considera especificidades do exercício do radialista, as sugestões continuam particularizadas. Há demandas para “*Trabalhar mais com programas de rádio, do que com spots.*” (Participante da Região Sul), e de intensificar mais as questões diretamente ligadas à profissão de radialistas como “*(...) produção de áudio captação e edição*” com sugestão inclusive, de se ter uma “*ilha de edição,*” veio como solicitação de um Participante da Região Sul.

O interesse de que fossem intensificadas as atividades jornalísticas em detrimento das atividades recreativas também foi uma das sugestões. É provável que esta inferência refira-se às dinâmicas praticadas durante as oficinas, compreendidas do

ponto de vista metodológico como momentos de descontração e sintonia para com a temática.

Por fim, sobre a violência, houve solicitação de que esta fosse tratada para além dos seus aspectos biológicos: *“Só precisa que ela seja menos voltada para visão biológica, sabe? E mais voltada para mostrar o que pode ser feito em termo de programa de inclusão. Mais pra qualificação, seja profissional, seja envolvimento das famílias.”* (Participante da Região Sudeste).

No final da análise desse agrupamento, pôde-se perceber que a maioria dos temas sugeridos extrapola a própria finalidade do Projeto, que foi de sensibilizar os radialistas para a prevenção da violência contra crianças e adolescentes. Por outro lado, refletir que são temas que direta ou indiretamente tem a ver com as dinâmicas da violência, com a violência estrutural e as dinâmicas sociais essas considerações envidam discussões se devem ou não ser acatadas. Parece também indicar um desejo de qualificação das informações nessas temáticas e de ter apoio para tratar sobre diversos problemas e mazelas sociais que atravessam o cotidiano dos ouvintes e comunidades onde atuam esses radialistas.

No tocante às *Sugestões de continuidade*, este segundo agrupamento consolidou 15 enunciados que variam entre o apelo para continuar conforme sugeriram alguns radialistas. *“Que a temática continue fazendo parte do Ministério da Saúde.”* (Participante da Região Sudeste); *“Que tenha continuidade nessa regularidade, abrindo a cabeça dos homens, guiando essa atuação dos radialistas.”* (Participante da Região Centro-Oeste); Outras sugestões pontuadas foram que: *“O Ministério deveria ampliar mais esse curso, fazer a segunda etapa.”* (Participante da Região Sudeste). Dois radialistas das regiões Sudeste e Norte disseram que gostariam que houvesse outras oficinas. Um Participante da Região Sul, expressou que *“Depois da oficina, a gente*

teve, pouco informação, pouca rede,” Este expresso, pode ser entendido mais como um reclame chamando a atenção pela vacância de contatos pós-oficina, ponto forte para estímulo a continuidade das atividades.

Ainda nesse agrupamento, algumas sugestões chegaram de forma associadas, transitando, por vezes, entre dois blocos de descrições intermediários, ou seja, há apelos pela continuidade do Projeto e já indicam o público a ser direcionado, a exemplos das descrições a seguir: *“Fazer para mais comunicadores de rádios comunitárias, as rádios comunitárias têm interesse em participar e são carentes na oportunidade,”*(Participante da Região Sul); Neste contexto, também sugeriu um participante da Região Centro-Oeste) *“(…) chamar mais pessoas de rádios comerciais.”*. Incluir rádios virtuais foi uma solicitação, veja a seguir *“Oficinas não só para rádios, mas principalmente pra web.”* (Participante da Região Norte).

O tempo foi também uma variável acenada por quatro radialistas, sendo que três deles se referiram à carga horária da oficina e um, sobre o tempo de palestras. Vejam as revelações nesses enunciados que se seguem: *“Fosse colocado mais dias na semana.”* (Participante da Região Sudeste); Que houvesse um *“Aproveitamento melhor do tempo ou aumento do tempo da oficina.”* (Participante da Região Sul) e *“Que tivesse um tempo maior de oficina, pelo menos 3 dias, ou 4 dias,”* solicitou um participante da Região Sudeste; Também foi indicado *“Encurtar algumas palestras e envolver mais a plateia.”* (Participante da Região Sul). Duas sugestões ambas vindas de participantes da Região Sul fugiram um pouco a tendência de ideias percebidas nesse agrupamento, mas que foram devidamente acatadas na composição textual, sendo estas: O *“Trabalho prático dentro de uma comunidade ou de uma rádio. Um encontro lá numa comunidade com as pessoas”* e *“Que houvesse uma preparação anterior, se as pessoas já fossem minimamente com ideias, como subsidio para os temas.”* Outras duas indicações foram

registradas e merecem apreciação: “Então eu acho que o MS deveria fazer outras oficinas, inclusive, falando com relação à violência contra mulher, violência contra índios... Eu acho que o rádio tem um papel fundamental.” (Participante da Região Nordeste); “Seria uma sugestão ter um trabalho prático dentro de uma comunidade ou de uma rádio. Um encontro lá numa comunidade com as pessoas.” (Participante da Região Sul). Além das sugestões já explicitadas, que se considere também a deste participante da Região Sul:

(...) antes de trabalhar diretamente a oficina, fosse feito um pré, um estudo anterior junto com quem fosse participar da oficina num levantamento, digamos que regionais. O que as regiões estão sentindo, pra levar já como subsídio para os temas lá. Então assim, se houvesse uma preparação anterior, se as pessoas já fossem pra lá minimamente com ideias (...) (Participante da Região Sul).

Com 11 enunciados, o terceiro grupo contempla as sugestões referentes à *Troca de experiências*, apresentando saturação a requisição de mais espaços na oficina para trocar conhecimentos, de modo que uns possam saber o que os estados estão fazendo nessa temática. Um radialista da Região Centro-Oeste sugeriu a abertura de um *stand* para que cada um pudesse fazer seus relatos de experiências:

É só uma sugestão, com os mesmos radialistas, mas trazendo todos esses roteiros de entrevistas que nós estamos fazendo agora, que iremos participar, mas também, tem que de ir pessoalmente como cada um agiu na sua própria emissora que atua, ou até fora dela. (Participante da Região Nordeste).

Percebe-se que alguns dos enunciados desse agrupamento, por vezes, duplicam a intenção, ou seja, associam a troca de experiência ao componente de continuidade das atividades, a exemplo da sugestão de criação de um fórum para discutir o tema da violência e da premiação das experiências dos estados, conforme se constata: “(...)

abrisse a oportunidade de fazer um fórum para discutir essas questões. Um fórum da gente para com vocês seria muito interessante e um meio de uma avaliação melhor. Eu gostaria muito de ver o que os caras fez em outros estados, né?” (Participante da Região Sudeste). Outra sugestão veio de opinião de um participante da Região Sudeste:

(...) acho que é legal, é uma divulgação bacana, né? Fazer uma divulgação bem ampla. Que as pessoas possam levar suas experiências, das emissoras, ter um espaço das pessoas falarem dessas experiências e talvez fazer um concurso, da melhor produção do estado.

O quarto agrupamento apresenta 8 enunciados e consolida as sugestões relacionadas à *Mudança de local da oficina*. Embora o Projeto tenha considerado a divisão regional, e apenas uma das oficinas tenha acontecido fora da capital, os enunciados sugerem que os próximos encontros aconteçam em lugares mais próximos. Sejam em Goiânia, ao invés de Brasília, por exemplo, ou em São Paulo capital que é mais central e não em Campinas, como aconteceu. Solicitação de realização de oficinas em “cada capital da região Centro-Oeste,” foi também demandada.

A proposta de inclusão de radialistas de municípios do interior surgiu de um radialista do Pará, sob a justificativa de que o estado é muito grande. Também foram indicadas cidades para a realização de oficinas: “(...) o último encontro foi em Recife, centralizado no Nordeste. Já, o de Belém, poderia acontecer mais regionalizado, mais próximo, para que não pudesse ficar distante da realidade.” (Participante da Região Nordeste).

Neste agrupamento (quinto) que sugere *Envolver outros profissionais*, comporta 6 enunciados com blocos de sugestões para a inserção de profissionais de outras áreas conforme indica o participante da Região Sudeste; “*Convidar o pessoal da saúde para participar com a gente.*” Outra sugestão para “*Convidar o radialista e alguém da saúde*

do estado que possa fazer essa ponte” veio de um participante da Região Norte; envolver profissionais de outras categorias profissionais foi uma sugestão vinda do participante da região Nordeste, *“Mais profissionais da área de psicologia ou de psiquiatria pra poder orientar esses comunicadores uma forma mais didática de repassar isso pra frente.”* Ainda nessa lógica de envolver outras profissões veio a proposta de um dos participantes da Região Sudeste *“Que amplie, que não fique voltada pra radialistas, mas pelo menos que abra para educadores do ensino informal e educadores ambientais.”*

Uma sugestão vinda de um dos participantes da Região Sudeste foi além da convocação profissional e indicou que na oficina *“Poderia ser aberto espaço para que jovens possam participar.”* Outro sugeriu *“Convidar mais pessoas que trabalham com a prevenção da violência,”* para fazer parte do grupo (Participante da Região Norte).

Duas outras opiniões de regiões diferentes seguem:

Eu gostaria que fosse reforçado essa condição e que houvesse mais psicólogas, digamos assim, mais profissionais da área de psicologia ou de psiquiatria pra poder orientar esses comunicadores, né? Conforme eu fui uma das convidadas, é uma forma mais didática de repassar isso pra frente. Eu acho que nem todos que estavam presentes no evento estavam aptos a isso. (Participante da Região Nordeste).

Eu lembro que tivemos dificuldade em encontrar o setor competente, dentro da saúde do estado, mas depois que a gente encontrou, criou uma relação com eles. Então, eu imagino que uma das coisas interessantes é exatamente no momento em que você convidar o radialista. Você convidar também alguém dentro da saúde do estado que possa fazer essa ponte.” (Participante da Região Norte).

O último (sexto) agrupamento *Sugestões gerais*, comportou apenas três enunciados, no entanto consideradas importantes optou-se por apresentar, embora se reconheça algumas delas inviáveis de serem acatadas por motivos éticos, a exemplo de *“Ter testemunho de crianças, adolescentes e pais que foram vítimas desse tipo de*

violência.” (Participante da Região Sul). A indicação de “*Criar alguma proposta que estimule as rádios a participarem, veicular as peças,*” foi insinuado por um participante da Região Sudeste. Outro radialista proclamou a obrigação na divulgação das peças. Porém, nesse sentido pode se esclarecer que estas outorgas dos radialistas extrapolam a governança do Projeto.

Ah! Tenho uma última sugestão ... se bem que a oficina, como ela é ligada ao MS, que houvesse uma recomendação governamental pra que o que for produzido pela oficina, é claro,[fosse] levado em consideração a qualidade, o que fosse produzido pela oficina. Que seja obrigatório que se transmita.
(Participante da Região Norte).

Também comporta nesse bloco a quinta pergunta do *Roteiro de entrevista* com os consultores que buscou captar qual a percepção deles sobre a continuidade da experiência e quais as possibilidades e dificuldades para prosseguir com esse intento.

Aqui há consenso entre os consultores que o Projeto deve continuar, mas os motivos revelados nem sempre apresentam consonância. Assim, optamos apenas em listar as respostas, sem necessariamente agrupá-las em núcleo de sentidos.

Diz um dos consultores que este Projeto deve continuar, pois as pessoas gostaram e pedem o material para tocar nas rádios, na “*região norte já está espalhado*”. Quem participou das oficinas sente orgulho e pelo visto estão sensibilizados e quando escutam as peças revela um consultor. Atente para este enunciado “*(...) eles falam: Olha!, foi eu que produzi e se empolga e motiva o radialista a rodar sem custo, entendeu?*” (Participante da Região Norte). Há, portanto, nesse relato um indicativo de que as atividades do Projeto estão produzindo continuidade das ações, mais especificamente com a inserção das peças na programação. Veja o relato que se segue.

(...) eu fui de férias para Santarém, eu fui para uma comunidade ... muito distante de Santarém, 12 horas de barco. Eu me surpreendi quando disse que eu era radialista. Uma vila, ela me mostrou um CD do projeto, desse projeto, entendeu? Falei, como você conseguiu? Ah, foi uma tia minha que participou de uma oficina lá em Belém e ela trouxe aqui para nossa rádio comunitária. Imagina!, [risos], né? (Participante da Região Norte).

Ainda sobre a continuidade, outra consultora atribui como dificuldade “(...) *principalmente o cenário político e social que nos encontramos.*” (Participante da Região Centro-Oeste). No entanto, confia na continuidade dessa experiência de alto valor informativo e de sensibilização. Atribuir a dificuldade de continuidade à situação atual do Ministério da Saúde, com respectivas mudanças de gestão também foi atribuído como impeditivo à continuidade. Em tela seguem dois pareceres nessa expectativa: “(...) *acho que é uma experiência que está consolidada e que a qualquer momento merece ser replicada, retomada e continuada... acho que é um projeto que deve ganhar a academia.*” (Participante da Região Centro-Oeste); Outra revelação sobre a aposta de continuidade da proposta pode ser verificado neste texto: “*Eu vejo um potencial muito grande de algumas pessoas como formador e multiplicador, inclusive dessa metodologia, porque eu acho que foi algo construído a duras penas, que não pode se perder. Isso deve estar à disposição.*” (Participante da Região Centro-Oeste).

Para uma das consultoras, a continuidade do Projeto dependerá de recurso financeiro, que até o momento não foi possível. E sugere como alternativa, baratear custos realizando oficinas nos próprios municípios. “*Com certeza, porque nós tentamos ... A coordenadora financeira insistiu muito, e ela trabalhou na tentativa de ter aqueles termos aditivos, aquelas convocações.*” (Participante da Região Sudeste).

Para estes profissionais, o cenário de crise no governo, associado ao corte de gastos que o país está vivenciando é um indicativo ruim que desfavorece a continuidade do Projeto. Deduz-se tal afirmação com base em pronunciamentos como o seguinte:

“(...) hoje, nós estamos num momento onde as dificuldades são muitas. Estamos diante de uma crise econômica e financeira que também prejudicam e muito até na prospecção de um projeto.” (Participante da Região Centro-Oeste).

Quanto ao quesito avaliação do projeto, foi tema expresso por todos os consultores. Ainda que de forma empírica, um deles revelou que o Projeto foi muito bom para a região onde mora e ainda faz referência à quantidade e qualidade das peças produzidas e gravadas que está alimentando o diálogo como os ouvintes de rádio da região: *“Então, eu particularmente, acho que você perguntar para centenas e dezenas de radialistas de todo o Brasil onde foi feita a oficina. Todo mundo quer que volte nas suas localidades, que continuei o projeto, entendeu?”* (Participante da Região Norte).

Uma das consultoras enfatizou a importância de socializar esta experiência e afirma que já é reconhecida, consolidada, forte e necessária. Concluindo sua opinião afirma ainda *“(...) que a qualquer momento merece ser replicada, retomada e continuada.”* (Participante da Região Centro-Oeste). Para outra consultora o Projeto deve continuar, pois é evidente a necessidade de manter envolvida essa categoria profissional, e descreve:

(...) mas acho fundamental que esse patrimônio esteja devidamente na memória e na referência de todas as pessoas que ousarem pensar em sensibilização para prevenção da violência contra crianças e adolescentes no Brasil e no mundo. Acho que precisamos sim, dar a saber às instituições, inclusive internacionais, via ONU, UNESCO, UNICEF, da magnitude dessa proposta. (Participante da Região Centro-Oeste).

Nessa mesma direção, afirma ainda esta consultora ao dizer que o projeto deve ganhar espaços outros: *“(...) mas acho que por outro lado, essa metodologia está consagrada. Acho que é um projeto que deve ganhar a academia e que, com certeza, que deve inspirar outros tantos projetos e oficinas.”* (Participante da Região Centro-

Oeste); A opinião transcritas que se segue exalta a potência desse meio de comunicação ao afirmar que: “(...) *o rádio ainda é um interesse e um instrumento altamente importante, apesar de toda modernidade que existe. Se achou para fazer parte desse Projeto.*” (Participante da Região Sudeste).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser lugar comum, afirmamos, com certa segurança, que a combustão necessária para empreendermos um trabalho de pesquisa desta natureza é o interesse do pesquisador pelo seu tema. Acreditamos não ser demais ressaltar o papel relevante desse interesse, sobretudo, quando se entrelaça as dimensões pessoal e profissional, estimulando o mergulho na investigação científica e acadêmica de uma experiência que comportou duplo papel: de coordenadora das ações programáticas e de pesquisadora. Assim, ocorreu com a presente pesquisa.

Para o enfrentamento da violência familiar e de sua prevenção, dada à complexidade que lhe é peculiar, procuramos partir de uma postura epistemológica interdisciplinar, fundamentada, em sua parte empírica e teórica, pelos estudos. Estudos ainda incipientes, mas que revelam a eficácia de experiência que associa comunicação e saúde nas ações de prevenção da violência e promoção da cultura de paz, através da utilização do rádio como meio dialógico com a população.

As questões norteadoras que nos guiaram ao longo desta pesquisa procuraram detectar em que medida os meios de comunicação de massa, de forma mais específica, a radiodifusão, são potencialmente capazes de contribuir para enfrentamento da violência e que contribuições o Projeto trouxe para a prevenção da violência, para a promoção da cultura de paz e quais os seus limites.

O projeto *Nas ondas do rádio* foi delineado e implementado com o objetivo de fortalecer as ações de prevenção da violência contra crianças e adolescentes por meio da sensibilização dos radialistas para a questão em foco.

O projeto buscou atuar no nível primário de prevenção e conseguiu mobilizar, como agentes multiplicadores, uma categoria profissional que tem ampla penetração e significativa capacidade de difusão de mensagens e diálogo com os ouvintes.

Essa experiência conseguiu sensibilizar radialistas que atuam em rádios comunitárias, escolares, públicas, privadas e rádios da *web*, dentre outras, nas cinco regiões do país, tendo como diferencial a vantagem de poder qualificá-los sobre a temática, já no início de suas carreiras, uma vez que, de acordo com os resultados, a maioria dos profissionais envolvidos tinha de 1 a 5 anos de atuação na radiofonia.

No que concerne aos impactos qualitativos dos conteúdos trabalhados, há um eco anuente de que o Projeto ofertou novos conhecimentos que provocaram transformações de práticas dos radialistas em relação à forma de como tratar o tema da violência e sua prevenção, inserindo-o, de forma proativa, na programação das suas respectivas emissoras.

A metodologia de capacitação foi reconhecida pela fluidez e simplicidade da sua linguagem no repasse de informações, porquanto agregou conteúdos, ofereceu argumentos e fomentou a discussão sobre o potencial da rede de radialistas na prevenção das violências, atualizando esses profissionais acerca dos elementos que compõem a linguagem radiofônica socioeducativa, dentre eles, os gêneros e formatos.

Outro ponto a ser destacado diz respeito ao inquestionável valor da imersão dos radialistas na construção de peças radiofônicas voltadas para a prevenção e denúncia de situações de violência contra crianças e adolescentes, o que lhes permitiu estabelecer as necessárias conexões entre o conteúdo teórico apreendido e a experiência prática, autenticando assim, o protagonismo na construção do próprio material de trabalho.

Podemos destacar ainda:

- A utilização de ferramentas tecnológicas acessíveis, de largo alcance e de baixo custo, a exemplos da radiodifusão como espaços de debates entre os ouvintes e da rede social *Facebook*, como vias de diálogos entre os radialistas e socialização de informações;
- Um acervo auditivo de 89 peças radiofônicas produzidas pelos radialistas e gravadas em dois CDs, com tiragem e distribuição de 3.000 exemplares;
- A entrega ao Ministério da Saúde de uma experiência sistematizada no campo da violência que provocou o meio de comunicação radiofônico para atuar de forma proativa na prevenção da violência;
- O alinhamento dos objetivos das ações do Projeto e de seus resultados com o modelo de atenção integral previsto pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança em seu “V eixo estratégico”: Prevenção da violência e promoção da cultura de paz.

Assim, como em todas as ações, podemos detectar pontos fortes e pontos fracos. Por isso, não poderíamos deixar de trazer para as nossas considerações os aspectos do projeto *Nas ondas do rádio* sobre os quais percebemos algumas limitações, o que não compromete o valor de inovação da ação.

Dentre esses aspectos, muitas vezes, relacionados a fatores restritivos que fogem ao controle da gestão, podemos ressaltar questões ligadas à mobilização dos radialistas, e a avaliação.

No caso da mobilização acreditamos que este fato exige especial atenção e sugere a necessidade de buscar estratégias comunicacionais que possam dar mais visibilidade e possam compor um plano de cooperação com parceiros da área de comunicação e afins que venha a superar os problemas enfrentados nessa etapa.

Os quesitos “avaliação” também se revelaram, ao nosso olhar, um fator limitante do Projeto, deixando patente a importância e a necessidade da criação de um plano formal de avaliação, de modo que, ao final dos trabalhos, pudéssemos dispor de indicadores capazes de expressar os níveis de eficiência, eficácia e efetividade das ações implementadas.

O Projeto também não adotou o acompanhamento da inserção das peças na programação das rádios, deixando a ação apenas no campo da informalidade. Nesse aspecto, vale salientar que aferir a inclusão com este tipo de mídia (CD) não é tão simples, uma vez que a inserção fora dos meios antecipadamente previstos, como por exemplo, a realização de pesquisas e o uso da *internet* dificultaram o rastreamento tanto da frequência de utilização quanto da identificação de quais peças foram mais tocadas.

Como limitação de nosso estudo, reconhecemos que houve uma desproporção entre o tamanho do acervo gerado, que devido ao volume de dados, ao tempo exaustivo de preparação antecipatória, à análise e ao pouco tempo disponível, exigiu a priorização das entrevistas com radialistas na íntegra e apenas parte do material colhido com os consultores, ficando fora as entrevistas com os gestores. Contudo, olhando de outro prisma, esta situação gerou uma reserva robusta de material propensa a incursões posteriores de análises.

Cabe aqui citar o meu envolvimento autoral com o Projeto e reafirmo que o duplo papel exercido como autora/coordenadora e pesquisadora do Projeto, ao mesmo tempo em que me concedeu um lugar de proximidade com acesso privilegiado aos dados, também me exigiu reflexividade num firme exercício de distanciamento com a familiaridade dessa experiência. Só assim, pude percorrer o processo de análise com criticidade e sem favorecimento nas respostas.

Como meios de controle dessa interferência, seguimos alguns critérios de rigor adotados em pesquisas qualitativas, dentre elas: a triangulação de métodos, a contratação de entrevistadores externos para conversar com os radialistas, a contribuição da minha orientadora na realização das entrevistas com os consultores e na vigília para me manter no treino constante de estranhamento e distanciamento na coleta e principalmente durante a análise dos dados.

Vale destaque o impacto das mudanças de políticas, de gestores e de interlocutores que estamos vivenciando atualmente (2016-17) e que podem interferir na continuidade do Projeto.

Porém, a experiência acumulada até aqui associa os resultados obtidos à necessidade de que as ações continuem para manter os radialistas atuando de forma crítico-reflexiva, numa relação produtiva entre sujeitos da construção e disseminação da informação para os ouvintes.

Por fim, olhando para o futuro, vale ressaltar que, de acordo com os resultados positivos do Projeto, pela alta prevalência de casos de violência envolvendo crianças e adolescentes/jovens, especialmente no âmbito das relações familiares, pelas poucas experiências de prevenção empreendidas, pelo entendimento das demandas sociais por ações em rede intersetorial e pela aposta no modelo de intervenção comunitária e de atuação interconexa entre os campos “comunicação” e “saúde”, consideramos absolutamente necessária a continuidade do projeto *Nas ondas do rádio* a prevenção da violência e promoção de uma cultura de paz.

BIBLIOGRAFIA

01. Minayo, MCS. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. In: Souza, ER, editor. Impactos da violência na saúde. Rio de Janeiro: EAD/ENSP; 2007. p. 22-56.
02. Organização Mundial da Saúde. Informe sobre la situación mundial de la prevención de la violencia. 2014, p.2-9
03. Ministério da Saúde (Brasil). Secretaria de vigilância em saúde, Sistema de Informação de agravos de notificação (SINAN), Sistema de vigilância de violências e acidentes (VIVA): relatório. Brasília (DF): O Ministério; 2015.
04. Reichenheim ME, Hasselmann MH, Moraes CL. Consequências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para a elaboração de propostas de ação. *Ciência & Saúde Coletiva*, 1999; 4(1):109-21.
05. Ministério da Saúde; Secretaria de Políticas de Saúde (Brasil). Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço. Brasília (DF): O Ministério; 2001.
06. Ministério da Saúde (Brasil). Portaria n. 737 de 16 de maio de 2001. Define a Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências. 2. ed. Brasília (DF): O Ministério, 2005. p. 20-27.
07. Silva TG, Almeida Jr OF. A informação no rádio como estímulo a produção do conhecimento no ouvinte. *DataGramaZero Revista de Informação* 2013; 14(2): A03.
08. Oliveira AM. Rádio: sintonia que desperta a cidadania. *Revista Temática* 2012; 8(6): 4-6.
09. Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE). Pesquisa brasileira de mídia, 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília (DF): SECOM; 2014.
10. Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT). Raio X da Radiodifusão Brasileira. Tudo o que você precisa saber sobre rádio e televisão: licenças, outorgas, taxa de penetração, receitas, audiências e receptores. São Paulo: ABERT; 2015.

11. Ministério da Saúde; Secretaria de Políticas de Saúde (Brasil). Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço. Brasília (DF): O Ministério; 2001.
12. Rosas FK, Cionek MIGD. O impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem. *Conhecimento Interativo* 2006; 2(1):11-11
13. Razera J, Cenci CMB, Falcke D. Violência doméstica e transgeracionalidade: um estudo de caso. *Revista de Psicologia da IMED* 2014; 6(1): p. 47-51.
14. Lima CA, coordenadora. Violência faz mal à saúde. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2006.
15. Assis SG, Avanci JQ, Pesce RP, Deslandes SF. Superação de dificuldades na infância e adolescência: conversando com profissionais de saúde sobre resiliência e promoção da saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; ENSP; CLAVES; CNPq; 2006.
16. Ministério da Saúde; Secretaria de Assistência à Saúde (Brasil). Linha de cuidado para atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília (DF): O Ministério; 2010.
17. Romaro RA, Capitão CG. Niños y jóvenes del siglo XXI: a violência doméstica contra crianças e adolescentes. *Psicologia para América Latina* 2007; (09): 3-11.
18. Verde IL, Caetano R, Jorge MSB. A criança e seus direitos na família e na sociedade: uma cartografia das leis e resoluções. *Revista Brasileira de Enfermagem* 2008; 61(1): p. 61-5.
19. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília (DF): Câmara dos Deputados; 2012.
20. Moreira MIC, Sousa SMG. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. *O Social em Questão* 2012; (28): 14-14.
21. Krug EG, Dahlberg LL, Mercy JA, Zwi AB, Lozano R, editores. Publicación científica y técnica n. 588. Washington (DC): Organización Panamericana de la Salud; 2003. Disponible en: <http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/725/9275315884.pdf?sequence=1>

22. Plano nacional de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. CNAS. 2004; (1):29-30
23. Gomes R, Silva CMFP, Njaine K. Prevenção à violência contra a criança e o adolescente sob a ótica da saúde: um estudo bibliográfico. *Ciência & Saúde Coletiva* 1999; 4(1):171-81.
24. Krug EG, Dahlberg LL, Mercy JA, Zwi AB, Lozano R, editores. Informe mundial sobre la violencia y la salud. Washington D.C.: Organización Panamericana de la Salud; Organización Mundial de la Salud (OMS); 2002.
25. Organização Mundial da Saúde. Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO 1946). Biblioteca Virtual de Direitos Humanos [internet] 1946. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em nov. 2015.
26. Nações Unidas (Assembleia Geral). Cultura de paz: da reflexão à ação; balanço da Década internacional da promoção da cultura de paz e não violência em benefício das crianças do mundo. Brasília: UNESCO; São Paulo: Associação Palas Athena; 2010.
27. Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde (Brasil). Por uma cultura da paz, a promoção da saúde e a prevenção da violência. Brasília (DF): O Ministério; 2009.
28. Adms D, coordenador. Relatório Mundial de Cultura de Paz – Resolução da Assembleia Geral A/59/143. Cidade: ONU; 2007 Disponível em: www.decade-culture-of-peace.org, 2007.
29. Diskin L, Noleto MJ, coordenadores. Cultura de paz: da reflexão à ação; balanço da Década internacional da promoção da cultura de paz e não violência em benefício das crianças do mundo. Brasília (DF); São Paulo: Associação Palas Athena; 2010.
30. Ministério da Saúde (Brasil). Diretrizes operacionais: pactos pela vida, em defesa do SUS e de gestão. Brasília: O Ministério; 2006.
31. Ministério da Saúde. Temático prevenção da saúde e cultura de paz II. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2008.
32. Araújo IS, Cabrera JA. Comunicação e saúde: temas, questões e perspectivas latino-americanas. *RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde* 2012; 6(4).

33. Araújo IS, Cardoso JM. Comunicação e saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2007.
34. Araújo IS. Comunicação e saúde: trajetória, panorama e desafios atuais. Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação; 2 a 6 set. 2008; Natal: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação; 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1391-1.pdf>
35. Njaine K, Vivarta V. Violência na mídia: excessos e avanços. [S.l.]: Agência de Notícias dos Direitos da Infância; [20--].
36. Lefevre F, Lefevre AMC, Figueiredo R. Comunicação em saúde e discurso do sujeito coletivo: semelhanças nas diferenças e diferenças nas diferenças. Boletim do Instituto de Saúde 2010; 12 (1): 5-10.
37. Peruzzo CMK. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora jun. 2007; 1(1): 3-23.
38. Ribeiro CB, Cruz APCN, Maríngolo ACP. Comunicação em saúde: conceitos e estratégias, rumo à efetivação de direitos sociais. Anais do III Simpósio de Assistentes Sociais de Minas Gerais; 7 a 9 de junho 2013; Belo Horizonte; 2013.
39. Romaro RA, Capitaó CG. A violência doméstica contra crianças e adolescentes. Psicol. Am. Lat. [periódico na Internet] 2007; (9): 2-3. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870350X2007000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: nov. 2015.
40. Campos S. Cronologia da História do Rádio no Brasil. História do rádio [internet] 2002. Disponível em: www.sarmento.eng.br/Historia.htm. Acesso em: ago. 2016.
41. Simis A. A legislação sobre as concessões na radiodifusão. UNIrevista 2006; 1(3).
42. Gilioli RSP. Educação e cultura no rádio brasileiro: concepções de rádio escola em Roquete Pinto. São Paulo: *sine nomini*; 2008.
43. Favero O. Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do Movimento de Educação de Base (1961-1966). Campinas: Autores Associados; 1994.
44. Bianco D, Nélia R. O Programa Saúde no Ar. – educação e comunicação em saúde: a experiência do programa radiofônico saúde no ar na região nordeste. Brasília (DF): Meio & Mensagem; 1995.

45. Lima N, Pinheiro A. Rádio e desenvolvimento infantil: análise de estratégias de comunicação e educação para a cidadania. Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação; setembro 2003.
46. Streppel FF, Polombina AL. Devir-loucura no rádio: uma experiência em saúde mental. *Fractal - Revista de Psicologia* set./nov. 2011; 23(3): 501-22.
47. Cardoso Jr R. Projeto radialistas contra a aids: humor e cultura popular na prevenção das DST/HIV-AIDS – a experiência do Ceará. Fortaleza; 1998.
48. Oliveira MLC. Vozes em sintonia: educação popular sobre DST via rádio comunitária 2014. *Comunicação Saúde Educação Interface* 2014; 18(2): 1526-27.
49. Deslandes SF, Cruz Neto O, Gomes R, Minayo MCS, editores. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
50. Minayo MCS, Sanches O quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cad. Saúde Públ.* jul/set 1993; 9(3): 239-62.
51. Bogdan R, Biklen S. Características da investigação qualitativa. In: Bogdan R, Biklen S, editores. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora; 1994. p. 47-51.
52. Gil, AC. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas; 1991.
53. Yin, RK. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.
54. Lima JPC, Antunes MTP, Mendonça Neto OR, Peleias IR. Estudos de caso e sua aplicação: proposta de um esquema teórico para pesquisas no campo da contabilidade. *Revista de contabilidade e organizações* 2012; 6(14): 127-44.
55. Ministério da Saúde (Brasil). *Política Nacional de Atenção Básica*. Brasília (DF): O Ministério; 2012.
56. Marcondes NAV, Brisola EMA. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. *Revista Univap*. jul. 2014; 20(35): 202-6
57. Sá-Silva JR; Almeida CD; Guindani JF. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* 2009; (1): 1-13.

58. Oliveira SR, Piccinini VC. Validade e reflexividade na pesquisa qualitativa. *Cadernos Ebape*. mar. 2009; 7(1): 90-4.
59. Minayo MCS: O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: HUCITEC; 2010.
60. Ministério da Saúde (Brasil). Portaria n. 1.130, de 5 de agosto de 2015 - Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília (DF): O Ministério; 2015.
61. Ferrareto, LA. Rádio, o veículo, a história e a técnica. Porto Alegre: Sagra Luzzatto; 2001.
62. Ministério das Comunicações (Brasil). Rádios comunitárias – legislação. [internet] 2016. Disponível em: www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/radio-comunitaria/legislacao Acesso em: ago. 2016.
63. Ministério das Comunicações (Brasil). Ministério das Comunicações atualiza lista com dados de emissoras. Portal Brasil [internet]; 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2011/10/ministerio-das-comunicacoes-atualiza-lista-com-dados-de-emissoras>. Acesso em: jan. 2017.
64. Casa Civil (Brasil). Lei n. 6.615, de 16 de dezembro de 1978. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de radialista e dá outras providências. Conjunto de leis da República Federativa do Brasil [internet]; 2017. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6615.htm. Acesso em: ago. 2016.
65. Barbosa Filho, A. Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas em áudio. 2. ed. São Paulo: Paulinas; 2009.
66. Gollner, AP. O site de redes sociais Facebook como espaço da comunicação organizacional. São Caetano do Sul: USCS; 2011.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Roteiro de entrevista em profundidade com os radialistas

1. Para você enquanto radialista, como foi a experiência de participar da oficina?
2. Como você vê o teu papel de comunicador em abordar o tema a prevenção da violência contra crianças e adolescentes?
3. Antes da oficina você já tinha trabalhado o tema da violência na programação da rádio? Se sim, me conte como.
4. E depois da oficina, você incluiu o tema na programação da sua rádio? Se sim, me conte como foi? Houve alguma reação dos ouvintes? (Se ele não incluiu o tema na programação pedir que ele conte por quê)
5. Mudou alguma coisa na maneira de você tratar esse tema depois da oficina?
6. Para você quais os pontos fortes e fracos desta experiência?
7. O que deveria ser modificado para melhorar a proposta?

Apêndice 2 – Roteiro de entrevista em profundidade com os consultores

1. Como você avalia a experiência do projeto *Nas ondas do rádio* para a prevenção da violência contra crianças e adolescentes?
2. O que você achou da metodologia utilizada nas oficinas? Comente um pouco a sua opinião.
3. Como você avalia o Projeto quanto aos resultados: peças radiofônicas, mobilização e envolvimento dos radialistas?
4. Para você, quais os pontos fortes e fracos desta experiência? O que deveria ser modificado para melhorar a proposta?
5. Como você avalia a continuidade dessa experiência? Possibilidades e dificuldades?
6. Há algum outro aspecto que você considera importante acrescentar sobre a experiência do projeto?

Apêndice 3 – Roteiro análise documental – PNAISC

1. Objetivos da política, eixos, considerados e interfaces da política com as redes de atenção.
2. Como o projeto *Nas ondas do rádio* se relaciona da PNAISC – sendo que sua concepção antecede a política?
3. Como as ações do Projeto agregaram-se ao Eixo de prevenção da violência e promoção da cultura de paz da PNAISC?

Apêndice 4 – Roteiro análise documental – mídia (CD)

1. Temas das peças
2. Tipos de linguagem radiofônica encontradas nas peças

Apêndice 5 – Roteiro análise documental – Rede social *Facebook*

1. N° de membros
2. Postagens: números, tipos - temas e estilos.
3. Curtidas e comentários

ANEXOS

Anexo 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Profissional/Gestor (a),

O senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “A prevenção da violência contra crianças e adolescentes disseminação da cultura de paz: análise da experiência **Nas ondas do rádio**”.

A pesquisa tem por objetivo analisar a iniciativa do setor saúde para a prevenção da violência contra crianças e adolescentes e disseminação de uma cultura de paz a partir de estratégias de radiodifusão, tomando como caso de análise o “Projeto nas ondas do rádio”

Este é um estudo exploratório, baseado na abordagem qualitativa. O senhor (a) será entrevistado a partir de um roteiro de entrevista (semiestrutura). As entrevistas serão feitas por (telefone, pessoalmente) gravadas em aparelho mp4, deverão ter duração média de 30 a 40 minutos, estas serão transcritas, as informações serão tabuladas e depois analisadas.

O benefício da pesquisa consiste em conhecer quais conhecimentos e experiências do campo da comunicação em massa (radiodifusão) que o Projeto trouxe para o Ministério da Saúde no campo da prevenção da violência contra crianças e adolescentes e promoção de uma cultura de paz e que contribuições o projeto possibilitou para a prevenção da violência e a promoção da cultura de paz e quais os seus limites.

Considera-se que no referido projeto há possibilidade de risco com relação ao desconforto dos participantes em razão do tema do estudo, por isso asseguro que sua participação é inteiramente voluntária e a qualquer momento da entrevista o senhor (a) poderá recusar-se a responder alguma pergunta ou desistir de participar da pesquisa. Sua recusa não terá nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Assinando esse consentimento, o (a) senhor (a) não desiste de nenhum de seus direitos. Além disso, o (a) senhor(a) não libera os investigadores de suas responsabilidades legais e profissionais no caso de alguma situação que lhe prejudique. Sua participação no estudo não terá custos e também não haverá nenhuma forma de pagamento.

Será garantido o seu anonimato. As respostas serão publicadas de forma a impossibilitar a identificação do autor das mesmas.

“Caso surja alguma dúvida quanto à ética do estudo, o (a) Senhor (a) deverá se reportar ao Comitê de Ética em Pesquisas envolvendo seres humanos – subordinado ao Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, órgão do Ministério da Saúde, através de solicitação ao representante de pesquisa, que estará sob contato permanente, ou contatando o Comitê de Ética em Pesquisa desta instituição, no telefone (21) 3971-

1463. É assegurado o completo sigilo de sua identidade quanto a sua participação neste estudo, incluindo a eventualidade da apresentação dos resultados deste estudo em congressos e periódicos científicos.”

Diante do exposto nos parágrafos anteriores eu, _____
(primeiro nome e sobrenome) concordo em participar do estudo intitulado “A prevenção da violência contra crianças e adolescentes disseminação da cultura de paz: análise da experiência **Nas ondas do rádio**”.

Eu fui completamente orientado pela pesquisadora que está realizando o estudo, de acordo com sua natureza, propósito e duração. Eu pude questioná-la sobre todos os aspectos do estudo. Além disto, ela pediu meu consentimento por telefone, o qual ouvi, compreendi e me deu plena liberdade para decidir acerca da minha espontânea participação nesta pesquisa.

Estou ciente que sou livre para sair do estudo a qualquer momento, se assim desejar. Minha identidade jamais será publicada. Os dados colhidos poderão ser examinados por pessoas envolvidas no estudo com autorização delegada do investigador.

Estou recebendo uma cópia assinada deste Termo.

Investigador: Nome: Gilvani Pereira Grangeiro

Data: _____

Assinatura: _____

Participante: Nome: _____

Data: _____

Assinatura: _____

Responsável: Nome: Suely Ferreira Deslandes

Data: _____

Assinatura: _____

Pesquisadora responsável: Suely Ferreira Deslandes

E-mail: desland@iff.fiocruz.br

Pesquisadora: Gilvani Pereira Grangeiro

E-mail: gilvani.pereira@saúde.gov.br

Anexo 2 – Formulário de requerimento de pesquisa

Logomarca

FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE PESQUISA E/OU CONTATO

1. Dados do demandante:

Coordenação-Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno/CGSCAM
Departamento de Ações Programática e Estratégica/DAPES
Secretaria de Atenção à Saúde/SAS
Ministério da Saúde

Responsável pela pesquisa:

Nome: Suely Ferreira Deslandes
Telefones: (21) 25541833
E-mail: desland@iff.fiocruz.br

Investigadora

Nome: Gilvani Pereira Grangeiro
Telefone: (61) 3315 9041; (61) 8205 5689
E-mail: gilvani.pereira@saude.gov.br

1. Dados da Pesquisa

Título: “NAS ONDAS DO RÁDIO”: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO VISANDO À PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DE PAZ.

Objetivo: Analisar iniciativa do setor saúde no campo da comunicação para a prevenção da violência contra crianças e adolescentes e disseminação de uma cultura de paz, a partir de estratégias de radiodifusão, tomando como caso de análise o Projeto “Nas ondas do rádio”.

Público-alvo: Radialistas participantes das oficinas

Amostra: 58 radialistas das cinco regiões brasileiras

1. Entrega dos Resultados

Haverá entrega de relatório? (x) Sim () Não

Haverá entrega de dados parciais? (x) Sim () Não

Se sim, indicar a periodicidade: Semanalmente.

Prazo estimado para entrega do resultado final: Outubro 2016

Orientações Gerais

A análise será realizada mediante o preenchimento do formulário de requerimento pela área demandante, que deverá também anexar o questionário e o

roteiro da pesquisa. Estes poderão sofrer modificações após prévia pactuação com a área demandante.

A planilha em Excel com os contatos do público-alvo deverá conter minimamente os seguintes dados, dispostos em colunas separadas: nome, telefone (**se tiver mais de 1 telefone, esses deverão ser envidados em colunas separadas**) município e UF. O campo telefone possui 11 caracteres, sendo dois referentes ao DDD e nove ao número de telefone. Quando o telefone tiver oito dígitos, inserir o “0” entre o DDD e o telefone. Exemplo: 61099999999.

Caso os dados do público-alvo não estejam atualizados, haverá prejuízo em relação ao plano amostral e atraso na entrega do resultado final.

A área demandante disponibilizará um técnico para a capacitação dos operadores – atendimento ativo – Disque saúde 136, bem como para o acompanhamento da execução da pesquisa.

De acordo com a complexidade da pesquisa, a Ouvidoria poderá ainda sugerir a realização de um projeto piloto para validação do instrumento.

A pesquisa será iniciada após a entrega deste formulário assinado e após o deferimento pela Coordenação-Geral de Pesquisa e Processamento de Demandas – CGPEP/DOGES/SGEP/MS.

Brasília, de de 2015.

Assinatura do responsável pela pesquisa

Anexo 3 – Pergunta um

Pergunta 1 - Enquanto radialista, como foi a experiência de participar da oficina?	
Núcleos	Descrição intermediária
1. Conhecimento e sensibilização sobre violência	<ol style="list-style-type: none"> 1. Abriu as mentes. 2. Agregar valores. 3. Aprendi muita coisa. 4. Agregou informações. 5. Aprendizado. 6. Aprendizado. 7. Grande aprendizado. 8. Maior conhecimento. 9. Conhecimento. 10. Conhecimento quanto ao tema. 11. Conhecimento. Nas rádios comunitárias não chegam essas informações. 12. Conhecer a defesa dos direitos na vida da criança e do adolescente. 13. Conheci a realidade da violência. 14. No conhecimento do trabalho com criança e adolescente. 15. Conhecer a defesa dos direitos na vida da criança e do adolescente. 16. Informações. 17. Informações. 18. Fomentar novas informações. 19. Atualização da questão de estatísticas. 20. Mais conhecimento sobre o assunto. 21. Tratar de um tema de relevância. 22. Aprendi muito. 23. Acréscimo no meu conhecimento, pra gente poder produzir realmente o programa de forma efetiva. 24. Abordar uma problemática ... uma coisa muito presente em vários locais. 25. Entender sobre tudo e o conceito de violência. 26. Alerta contra essa violência. 27. Poder ouvir os especialistas nessa área. 28. Promover o debate a respeito da violência contra criança. 29. Assuntos que muitas vezes estão mascarados. 30. Contato e uma discussão sobre um tema que é muito relevante. 31. Subsídios promoção de cultura de paz. 32. O enfoque comunitário da experiência e as orientações. 33. Mudou toda a visão que eu tinha. 34. Esclarecedora. 35. Esclarecimento. Como ajudar o cidadão a se prevenir. 36. Trouxe muita coisa para o meu cotidiano de educadora. 37. Informação do povo. 38. Trabalhar temas que não são muito comuns em rádios. 39. Discussões pertinentes. 40. Saber ouvir, né?.
2. Reconhecimento do papel das emissoras de rádios	<ol style="list-style-type: none"> 1. A rádio é mais um instrumento pra gente trabalhar essa questão da violência. 2. Fortalece. 3. Fortalecer a corrente que a gente tinha de proteção à criança e ao adolescente. 4. O trabalho voltado para esclarecimento social. 5. Fazer com que as rádios sejam também empoderamento dos estudantes. 6. A gente percebeu durante o evento o alcance que o rádio tem. 7. Ver como o rádio pode ser uma ferramenta cidadã. 8. Porque as rádios comunitárias carecem, muitas vezes, desses cursos formativos. 9. Importante que rádio leve esses assuntos pra dentro de casa. 10. Ajudou na experiência de rádio. 11. Sensibilizou sobre a responsabilidade de um radialista. 12. Como mobilizar a sociedade.

3. Troca de experiências	<ol style="list-style-type: none"> 1. Trocar experiência. 2. Trocamos experiência. 3. Trocamos experiências, conhecemos outros colegas. 4. Trocamos experiências 5. Oportunidade de ter contato com radialistas profissionais. 6. Encontrar pessoas que estavam na mesma lógica de trabalhar o comunitário e de pensar o social. 7. Interação com os demais colegas. 8. Oportunidade de conhecer outras pessoas. 9. Conhecer outras pessoas da profissão. 10. A gente conversar, inclusive além do público com os próprios colegas dentro da rádio. 11 Debate.
4. Competência técnica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Incentivo, né? Pra fazer as campanhas. 2. Construção de <i>jingles</i>. 3. Desenvolver os <i>spots</i>. 4. Material útil pra campanha comunitária. 5. Interessante! Por conta da produção, é que a gente teve que fazer para além das discussões. 6. Produzimos campanhas, <i>jingles</i>, <i>spots</i>. 7. A gente gravou um DVD.
5. Aprimoramento da linguagem radiofônica para abordar a violência	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecimento de como abordar os assuntos. 2. Esclarecimentos que a gente precisava pra gente ter uma campanha eficaz. 3. O cuidado até na linguagem, nos termos usados. 4. Tratar do tema de forma direta de maneira fácil. 5. Adequação da linguagem. 6. Abordar o tema de uma forma mais qualificada. 7. Pra gente poder produzir realmente o programa de forma efetiva.
6. Expertise dos facilitadores	<ol style="list-style-type: none"> 1. Importante ter os profissionais da EBC participando. 2. Quadro excelente de facilitadoras. 3. Radialista convidada que tá trabalhando com a gente é uma pessoa muito experiente. 4. Pessoas que participaram foram excelentes. 5. Foi muito bem elaborado.
7. Possibilidade de aplicação da metodologia-multiplicação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ter passado essa experiência para demais rádios comunitárias. 2. Divulgar e disseminar através dos nossos projetos nas rádios. 3. Ajudar na prevenção contra violência da minha cidade. 4. Tudo muito a ver com o que a gente vivencia dentro da escola. 5. Contribuiu, pois eu trabalho diretamente com crianças e adolescentes.

Anexo 4 – Pergunta dois

Pergunta 2 - Como o Sr./a Sra. vê seu papel de comunicador em abordar o tema: a prevenção da violência contra crianças e adolescentes?	
Núcleos	Descrição intermediária
1. Reconhecimento do papel do radialista	<ol style="list-style-type: none"> 1. Importantíssimo. 2. Papel importante. 3. Acho importante. 4. Importantíssimo. 5. A importância é muito grande. 6. É uma tarefa muito importante. 7. É de suma importância. 8. Suma importante. 9. De extrema importância. 10. Muito Importante. 11. Importante. 12. Muito importante. 13. Muito, muito importante. 14. Total importância. 15. Um papel muito importante. 16. Acho que é importante. 17. Papel muito importante, de tá mudando essa realidade. 18. É importante essa abordagem dos comunicadores pra que eles contribuam por uma cultura de paz, por um enfrentamento, disseminação. 19. Importante pra comunidade. 20. Papel importante: de tá dentro dessa missão, enquanto comunicador. 21. Tem um papel importante de muita influência de difusão. 22. Acho importantíssimo como jornalistas, como comunicadora. 23. É um papel muito importante que a gente tem. 24. Eu acho que é fundamental. 25. Nosso papel é fundamental. 26. Tem o papel fundamental. 27. É fundamental. 28. É fundamental. 29. Fundamental. 30. Acho fundamental. 31. É fundamental. 32. O papel de um radialista é fundamental. 33. É fundamental. 34. É fundamental ter profissionais comprometidos com essa área. 35. Fundamental para alertar a sociedade, até porque pouco se escute tema nesse sentido. 36. É fundamental esse papel enquanto comunicador pra poder levar essa mensagem. É para as pessoas. 37. Função fundamental mesmo de chamar atenção da sociedade para o investimento na infância. 38. Somos formadores de opinião. 39. Comunicador é formador de opinião. 40. O comunicador é um agente social. 41. A gente tem uma responsabilidade, enquanto comunicador. 42. Como comunicador, me vejo como mediador.

	<p>43. Como comunicador, sou mais um sujeito que pode pautar uma discussão, uma reflexão crítica junto à sociedade,</p> <p>44. Comunicador tem sempre esse papel: de tá trabalhando isso das mais diversas formas.</p> <p>45. Como comunicador a gente pode levar pros ouvintes esse tema, continuar o que foi abordado na oficina.</p> <p>46. Nós radialistas, comunicadores somos formadores de opinião.</p> <p>47. Nossa atuação de comunicadores é levantar esse debate, sobre essas temáticas, envolvendo a criança e o adolescente no Brasil.</p> <p>48. O comunicador que tenha compromisso com esse tema, ele pode suscitar esse debate.</p> <p>49. É necessário dar visibilidade, e o comunicador, mais do que ninguém, pode fazer isso.</p> <p>50. Esclarecer o tema, não somente como radialista, mas também como cidadão.</p> <p>51. Eu me senti como um grande responsável em repassar as informações acompanhando o trabalho da rádio.</p> <p>52. Eu tenho o dever de anunciar e também de mostrar às pessoas o que está acontecendo.</p> <p>53. Meu papel é de esclarecimento, de difusão de informação e sensibilização acerca do tema, né?</p> <p>54. O profissional tem o papel de tá informando, orientar as pessoas.</p> <p>55. Como radialista tenho responsabilidade nisso.</p> <p>56. Do radialista, do jornalista têm função social: sempre denunciar as coisas erradas.</p> <p>57. O radialista, como ser social, você tem responsabilidade perante a comunidade e dentro de órgão de imprensa.</p> <p>58. Tratar isso com muita responsabilidade.</p> <p>59. Responsabilidade com o tema é o meu norte profissional.</p> <p>60. A minha missão é reportar a população, aquelas observações e orientações dos profissionais da área da saúde.</p> <p>61. Um mediador para a promoção da cultura da paz.</p> <p>62. Promover o bem-estar da sociedade e desenvolvê-la.</p> <p>63. Imensamente estratégica.</p> <p>64. Tem grande influência.</p> <p>65. Na medida em que você emite opiniões, você termina influenciando.</p> <p>66. Me faz assim uma pessoa, um radar na rede que eu trabalho, onde eu possa, de fato, fazer a difusão.</p> <p>67. A gente faz um trabalho conjunto, a gente faz as divulgações do trabalho social.</p>
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">2. Potencial da radiodifusão na prevenção</p>	<p>1. A informação chega mais rápido nas regiões das cidades, né?</p> <p>2. A informação chega a mim e eu passo a diante.</p> <p>3. Passar as informações pra comunidade.</p> <p>4. Passar as informações corretas, enfim, usar pro bem.</p> <p>5. Informação, comunicação ajudam muito a enfrentar a violência.</p> <p>6. Transmitir mensagens a toda população.</p> <p>7. Comunicação, difundir informações.</p> <p>8. Nós informarmos a respeito daquilo que está acontecendo no nosso país, na nossa cidade, no nosso bairro.</p> <p>9. Transmitir essas informações de maneira fidedigna, não em referências de fontes duvidosas.</p> <p>10. É um papel importante, na medida em que os meios de comunicação se propagam muito para diversas pessoas esses assuntos.</p> <p>11. A mídia, além do fato que precisa ser noticiado, nós precisamos também combater através de prevenção.</p> <p>12. Esclarece, divulga, tem esclarecimento.</p> <p>13. Fazer divulgação.</p> <p>14. Rádio esclarece.</p> <p>15. Falar sobre temas importantes da criança.</p> <p>16. Traz pra pauta discussão, reflexão ...</p> <p>17. Fazer com que a comunidade cada vez mais denuncie.</p> <p>18. Canal pra ouvir também a população.</p> <p>19. Abrir o microfone para que as pessoas façam perguntas e se orientem.</p> <p>20. A rádio é um espaço da comunicação; é uma concessão pública, então, é obrigação pautar esse assunto.</p> <p>21. O rádio é um meio de comunicação que fala diretamente com as pessoas.</p> <p>22. Rádio é um veículo ... é um veículo de maior penetração no meio da sociedade.</p> <p>23. O rádio é um meio de comunicação que tem vários alcances.</p>

	<p>24. Chegamos nos locais onde só a rádio vai com essa mensagem.</p> <p>25. Porque ele tem a condição de chegar às casas das pessoas. O entendimento do que é a violência pode ajudar a população e a sociedade.</p> <p>26. Que vai ajudar a prevenir, a promover outras culturas na arte, a olhar pra situações de paz, mesmo.</p> <p>27. É importante a gente realizar esse trabalho; é importante denunciar.</p> <p>28. É importante atentar em sensibilizar os ouvintes pra essas questões.</p> <p>29. Precisa sempre ir falando e divulgando sobre a prevenção da criança e do adolescente.</p> <p>30. Abordando temas ligados à questão da criança e do adolescente, inclusive da violência.</p> <p>31. A prevenção da violência contra criança e adolescente é um tema que pouco se fala na mídia.</p> <p>32. Se fala muito dos crimes que são cometidos por crianças e pré-adolescentes, mas não se fala realmente da realidade de prevenir.</p> <p>33. Trazer promoção de paz.</p> <p>34. Desenvolver ações de cultura de paz.</p> <p>35. Em especial, para trazer pautas mais propositivas, positivas de promoção de direitos humanos.</p> <p>36. Apoio pra fazer essas campanhas de prevenção.</p> <p>37. Nós temos também que usar a cultura de paz em todas as nossas profissões no nosso dia a dia.</p> <p>38. De repente, até procurar ajuda, a partir daquela informação que ela recebeu pelo meio de comunicação.</p> <p>39. Podemos ajudar a melhorar as condições das crianças que vivem no estado de abandono, ou em estado de exploração sexual, ou em estado de trabalho infantil.</p> <p>40. É raro ter algum programa pra valorizar o tema da infância, criança e adolescente.</p> <p>41. Se não abordar esse tipo de tema nos meios de comunicações de massa, vai ser cada vez mais difícil de se chegar às pessoas com esse tipo de informação</p> <p>42. Construindo propostas e também novos modelos de discussões dentro do rádio para cada comunidade.</p>
<p>3. Janela de oportunidade para novos aprendizados</p>	<p>1. Uma excelente oportunidade.</p> <p>2. Conhecimentos novos ... Tirar algumas dúvidas.</p> <p>3. Dentro dessa nova experiência, o enfoque vai ser muito grande nesse sentido.</p> <p>4. Saber as formas de a gente abordar, ter um conhecimento maior.</p> <p>5. Fomos orientados bastante sobre como fazer isso. Então, eu fui aprimorando ainda mais.</p> <p>6. Pra mim, foi um aprendizado total.</p> <p>7. Aprendi temáticas voltadas principalmente para as prevenções que protejam nossa crianças.</p> <p>8. Na oficina, nós lemos, estudamos, compreendemos a cultura de paz.</p> <p>9. É um tema que realmente favorece pro combate da violência.</p> <p>10. Pessoas com gabaritos tratando do assunto.</p> <p>11. O MS acertou muito bem em promover a oficina.</p>

Anexo 5 – Pergunta três

Pergunta 3 - Antes da oficina, o Sr./ a Sra. já tinha trabalhado esse tema da violência na programação da rádio?	
Agrupamentos	Descrição intermediária
Sim	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sempre trabalhou. Tinha dois programas na rádio que falavam sobre violência na cidade. 2. No rádio, prevenção da violência contra a mulher, a criança, através de programas sociais. 3. Na rádio, importância de denúncia de rádio. Só que depois da oficina, ficou mais qualificado. 4. Trabalha a questão da violência na rádio, principalmente no tocante aos menos favorecidos pelo sistema. 5. Algumas chamadas. A oficina abordou vários assuntos e ampliou o leque. 6. Na rádio que trabalho, a gente é provocado a falar sobre o assunto. 7. A questão da infância com programa de rádio pra criança, vídeos de TV pra criança. 8. Numa rádio pública que aborda diversos assuntos de relevância social, o ECA. 9. A gente trabalha na rádio comunitária. Sempre abordamos algum tema. 10. O objetivo da rádio, era repassar para os alunos a importância da prevenção no ambiente-escola. 11. Sempre é um preceito da rádio. Fazemos debates, mesa redonda, na verdade. 12. Com entrevistas em rádio, TV, violência, crianças, adolescentes e adultos. 13. Tinha gravado um trecho para ficar falando nos intervalos da rádio do programa de prevenção? 14. Campanha, entrevistando pessoas aqui da cidade. 15. Fazendo entrevistas, dando espaço pra ONGs que atuam com criança e adolescente. 16. Algumas reportagens, mas nunca aprofundadas sobre o tema. 17. No editorial do jornal bem identificado com esse tipo de causa, comecei a trabalhar nas questões sociais. 18. Divulgação do <i>Disque 100</i>, orientando as mães para verificar sinal de violência dessas crianças dentro de casa ou escola. 19. No cotidiano em debate com aluno, com a comunidade, propondo reflexões. Estamos empoderando a criança pra o <i>Disque 100</i>. 20. Dentro da escola, a questão do município, a questão da cidadania. 21. Já, a oficina ajudou no trabalho da minha faculdade no projeto de extensão na qual foi utilizada as vinhetas como motivação para os alunos. 22. Nos grupos da comunidade que atua nas escolas, divulgação de prevenção. 23. Com <i>spots</i> com relação ao trabalho infantil. 24. Já tinha feito vinhetas, <i>posts</i>, peças de teatro no rádio. 25. Participado de outra oficina. 26. Seminário nacional tema gênero, notícias sobre mulheres, sobre etnia, mas na época, não foi abordado nada com criança. 27. Sim, trabalhado com entrevistas. 28. Tinha divulgando campanha. A gente entrevistava pessoas aqui da cidade. 29. Já, eu faço matérias a respeito do tema. 30. Relatando casos de violência. 31. No município, teve um grande índice de abuso infantil. A partir daí, a gente se envolveu mais. 32. Sim, violência contra a mulher, mas também sobre isso. 33. Trabalhado a violência contra a mulher, contra meninas, violência contra idoso. 34. Tinha trabalhado o tema no programa da prefeitura de São Paulo.

	<p>35. Trabalhamos com direitos humanos. Nosso calendário de programa com datas específicas que são pautadas pra todo o ano.</p> <p>36. Numa organização com projetos de enfrentamento à violência e cultura de paz.</p> <p>37. A gente sempre tem essa preocupação com a violência infantil e com outras formas de violência que afetam a sociedade.</p> <p>38. Já fazendo trabalhos em diversos segmentos, inclusive crianças e adolescentes.</p> <p>39. A abordagem com especialistas é de forma interdisciplinar.</p> <p>40. Já tinha trabalhado, mas não com muita ênfase, correto? Não tão direto, como foi proposto após a oficina lá, né?</p>
<p>Não</p>	<p>1. Não.</p> <p>2. Não.</p> <p>3. Não.</p> <p>4. Não, não ainda.</p> <p>5. Não.</p> <p>6. Até então, não.</p> <p>7. Não, não tinha.</p> <p>8. Nunca tinha visto isso.</p> <p>9. Não, na programação da rádio, não. Na verdade, na verdade ... na rádio. Isso aí é um tema que a gente ..., não é trabalhado ainda, não.</p> <p>10. Não, esses temas exclusivos, não. A gente tem trabalhado os estatutos do idoso, da criança e do adolescente, das pessoas com deficiência.</p> <p>11. Não. Depois da oficina, a gente ficou aquele mês trabalhando. Depois, agora sim, a gente, por conta própria, divulga ou fala alguma coisa.</p> <p>12. Não, ainda não, até aquele momento, não.</p> <p>13. Não. Então, a gente trabalha com outros aspectos. A gente não trabalha literalmente esse assunto.</p> <p>14. Nunca, porque o segmento que eu atuo é sobre água. Então, eu me limitava nessa abordagem.</p> <p>15. Em escolas, sim. Na rádio, não. Porque eu não tinha essa parte que fala trabalho através de histórias, de músicas, de conversas.</p> <p>16. Não tinha. Eu conhecia, mas eu publicamente não tinha trabalhado a respeito.</p> <p>17. Específico da violência, não. Ele aflorou depois desse encontro, mesmo.</p> <p>18. No meu programa, não, mas eu consegui que esse tema fosse tocado na rádio em outro programa.</p>

Anexo 6 – Pergunta quatro

Pergunta 4 - E depois da oficina, o Sr., a Sra. incluiu esse tema na programação da sua rádio?	
Agrupamentos	Descrição intermediária
1. Inclusão do tema na programação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sim. 2. Sim. 3. Sim. 4. Sim. 5. Sim, incluí. 6. Incluí sim. 7. Com certeza. 8. Incluído, nos diários, nos assuntos tratados diariamente. A propaganda do <i>Disque 100</i>, do combate tentando criar novas técnicas. 9. Sim, é mantido até hoje. 10. Sim, inserido na programação. 11. Sim, chegamos a incluir, com certeza. 12. Sim, os alunos criaram mais <i>jingles</i>. 13. Sim, com certeza! A gente incluiu nos trabalhos de “educomunicação” envolvendo, inclusive, as crianças e os professores. 14. Sim, o tema de direitos a prevenção da violência. Afinal, a rádio escolar, ela tem diminuído a questão da violência nas escolas. 15. Incluí. Como pauta de programas, eu fazia oficina com os alunos, telefones do disque denúncia 100. 16. Sim. Inclusive na composição do nosso grupo, nosso coletivo, que tá pensando na programação em programas de rádio nesse momento. 17. Sim, nós incluímos na programação o CD do simpósio anterior. O que eu fiz ainda eu não recebi. 18. Incluí sim. A gente recebeu o CD da oficina passada e colocou na programação da rádio. 19. As vinhetas que produzimos lá em Porto Alegre fazem parte da nossa programação diária. De hora em hora nós temos essas vinhetas rodando. 20. Sim, a gente distribuiu vinhetas nos jornais. 21. Muito, muito! A gente fez uma espécie de radionovela. 22. Sim. Incluí. Inclusive, os próprios programas que foram feitos na minha oficina. 23. Lógico, <i>spots</i> foram divulgados e veiculados diretamente na grade da programação pra alertar a sociedade. 24. Sim, sim. Os <i>spots</i> que fizemos no final, cada pessoa recebeu o resultado de toda a produção. 25. Sim, foi incluído na programação da rádio. 26. Sim, a gente incluiu durante na programação as informações. 27. Sim, a gente incluiu no momento da votação da redução da maioria penal, mostrando o absurdo dessa atitude governamental. 28. Chegamos a incluir, sim. 29. Com certeza, incluí sim. Foi assim, uma semana a gente divulgando na rádio. 30. Sim, incluímos. Nós viemos com mais experiência, como fazer os programas, foi uma coisa que a gente aprendeu na oficina. 31. Sim, em alguns momentos são agendadas algumas entrevistas compatíveis com esse tema. 32. Na verdade, eu intensifiquei, porque era uma campanha temporal e ela passou a ser uma campanha permanente. 33. Sim! Nós aumentamos, as vezes, de discussão, as abordagens. O próprio <i>Disque 100</i>, ampliou sim, muda o olhar, né?

	<p>34. Sim, a gente inclui a propaganda do <i>Disque 100</i>.</p> <p>35. Incluímos. Até hoje ainda passa esse tema.</p> <p>36. Sim, eu coloquei na programação.</p> <p>37. Sim, tá incluso. É pauta, agora.</p> <p>38. Sim. Além de ser incluída, a gente trouxe as crianças pra falar da importância. Trouxemos as conselheiras e a rádio está aberta em relação a esses assuntos.</p> <p>39. Sim, não somente por parte do rádio jornalismo, onde eu atuava. Foi comunicado à gerência, e nós procuramos também outros produtores de programações populares.</p> <p>40. Sim! Claro que nós não fazemos o tempo todo pra não se tornar um lugar comum, e ninguém mais prestar atenção, mas periodicamente nós retornamos com a campanha.</p> <p>41. Teve um pessoal que foi comigo, como trabalha com criança, trabalha todo dia.</p> <p>42. Sim, após a oficina, a gente debateu o tema na equipe e também tratou disso em outros <i>status</i> de comunicação, como <i>site</i>, na revista e também nos programas de rádios.</p> <p>43. Sim, a oficina nos trouxe mais sugestões, mais conteúdo.</p> <p>44. Sim, e aí, a gente foi debater, foi conversar sobre o tema.</p> <p>45. Sim! Falando mais sobre o estatuto, esclarecendo as pessoas. Orientar mesmo as pessoas como elas podem proteger as crianças.</p> <p>46. Sim. Nós fizemos depois da oficina alguns debates e convidamos também algumas pessoas até da própria saúde estadual pra entrevistas.</p> <p>47. Sim. Programas, entrevistas com mães da comunidade e também a questão da secretaria de saúde, da comunidade.</p> <p>48. Faz parte, é um tema que toma conta e de uma frequência muito maior de que se imagina.</p> <p>49. Sim, a gente tem feito algumas divulgações.</p> <p>50. Inclusive, por conta disso, a gente passou a ter articulações com outras organizações que aí trabalhavam especificamente a questão da garantia dos direitos da criança e dos adolescentes.</p>
<p>2. Como foi incluir o tema na programação da rádio?</p>	<p>1. Não foi difícil, até porque é uma proposta nossa de trabalhar com as questões sociais que envolve a comunidade.</p> <p>2. Foi pelo <i>site</i>.</p> <p>3. A gente teve um pouco mais de direcionamento sobre o assunto, trouxe o material que serve de apoio.</p> <p>4. Foi tranquilo. Como a gente já tem um objetivo, a preocupação com a comunidade a receptividade da comunidade também foi interessante.</p> <p>5. Eu acho que foi uma novidade para os ouvintes, porque a rádio comunitária é uma rádio, aonde tem acesso, a população mais humilde, né? Então acabou o assunto chegando as pessoas mais humildes.</p> <p>6. Foi uma coisa bastante natural.</p> <p>7. Receptividade bem boa. As pessoas interagiram comigo, umas ao vivo, outras por escrito e deixei bem claro.</p> <p>8. Eu acho que por ser uma rádio universitária que envolve educação, foi bem recebido, foi bem tranquilo.</p> <p>9. A gente assume parceria com a rádio e as entidades.</p> <p>10. Foi bem tranquilo. Até porque a rádio já tem essa política social bem forte com a comunidade, cumprir o papel dela.</p> <p>11. No início as crianças mostraram bastante resistência e tal. Com o tempo, foi melhorando. Hoje elas falam um pouquinho mais sobre isso.</p> <p>12. Foi supertranquilo! A receptividade! Eu acho que o espaço tava lá. Eu ainda não tinha cutucado esse espaço pra ter esse retorno dos meninos, da comunidade escolar.</p> <p>13. Gerou um programa maior dentro da rádio. Virava e mexia, a gente estava falando sobre violência.</p> <p>14. Olha, eu achei bem tranquilo. É um tema tão atual que acontece todos os dias.</p> <p>15. Pra que eu possa cumprir o meu papel e a responsabilidade, pra mim, é gratificante sempre que eu abordo esse assunto.</p> <p>16. Assim que teve a oficina, a gente ficou utilizando no nosso programa.</p> <p>17. A gente intensificou um pouco mais. Nós criamos um quadro aqui.</p> <p>18. Pra nossa rádio universitária, foi uma coisa absolutamente tranquila, tivemos apoio da direção da emissora, da coordenação de programação.</p>

	<p>19. Eu fui aí pra Brasília. Quando eu cheguei, fui comunicar à diretoria. Nenhum problema.</p> <p>20. Não foi difícil, porque a gente se articulou com organizações que já trabalhava esse tema para gente tomar mais informações.</p> <p>21. Tem sido muito esclarecedor pros ouvintes, né?</p> <p>22. Fiz contato com colegas de trabalho em outras emissoras e, trocando experiências com as pessoas que fizeram o seminário comigo, então a gente também dissemina.</p> <p>23. Só o primeiro mês.</p> <p>24. Foi muito bom, porque a campanha era temporal, então, quando passava a campanha de 18 de maio não tinha mais esse conteúdo. Agora é um conteúdo permanente.</p> <p>25. Tranquilo! Como rádio comunitária, temos liberdade pra trabalhar todos os temas que interessa à comunidade, e esse é um deles. Então não houve problema nenhum.</p> <p>26. Distribuíu vinhetas para as rádios. É um tema que se mantém na grade, no jornal, dentro do editorial do jornal.</p> <p>27. Inserido a reflexão sobre a cultura de paz, sobre os direitos que essa criançada têm principalmente os deveres da educação e da saúde..., é um tema bem recorrente.</p> <p>28. As peças gravadas foram usadas na programação.</p> <p>29. É passado através brincadeiras, informativos que orientem como manter o respeito pelo próximo ... a questão da convivência em grupo!</p> <p>30. A gente só reforçou.</p> <p>31. Foi através de inserções de 15 a 30 segundos, informativo era feito diariamente, em blocos de manhã e tarde. Eu creio que, da época que começou essa programação, nós tivemos uma redução muito grande da violência contra criança e adolescente.</p> <p>32. Eu acho que toda rádio deveria ser obrigada a incluir, o tema da infância e da adolescência, para que a gente possa garantir os direitos dos meninos e meninas e combater a violência.</p> <p>33. Foi muito bom a gente poder falar e dar exemplo disso pra todo mundo. Tanto pro menino, quanto pra menina. Levantar essas questões, que às vezes, professores estão numa sala de aula com 30 alunos e tem uma criança de 6 anos, de 5 anos, 7 anos ...</p> <p>34. Logo de início, não foi muito fácil, nós fizemos entrevistas na rádio. Foi muito interessante, foi show!</p> <p>35. Na verdade, foi positivo quando chegou esse <i>spot</i>.</p> <p>36. Depois da oficina tivemos mais trabalho, mais a questão da criança. Não só relatar casos de violência.</p> <p>37. A gente pegou esses <i>spots</i>, ficou inserindo a matéria na programação da rádio.</p> <p>38. Eu penso que foi produtivo.</p> <p>39. A gente inclui no nosso programa, nas rádios universitária em parceira, comercial e fez questão de passar pro pessoal para colocar na programação diária.</p> <p>40. Sim, mas foi por pouco tempo, porque e eu já saí de lá.</p>
<p>3. Reação dos ouvintes</p>	<p>1. Sim, nós obtivemos um <i>feedback</i> bom da comunidade. Pessoas que acharam interessante.</p> <p>2. A gente, na sala de aula, foi muito bem aceito. Quanto mais a gente tem programas como <i>Nas ondas do rádio</i>, mais a gente consegue melhorar essa relação.</p> <p>3. Recebemos muitos elogios via <i>Facebook</i>, por estar trabalhando esse tema na rádio, divulgando, colocando os <i>spots</i> que foram criados.</p> <p>4. Logo no começo, as pessoas que nos abordaram principalmente no início disseram, ah!</p> <p>5. Reação positiva de que um importante meio de comunicação tá trabalhando isso, como forma de tá debatendo com a Sociedade. Essa forma de atuar com o jovem, com criança e adolescente.</p> <p>6. Sim, e me pediram que desse um pouco mais de enfoque dentro meu programa em relação a isso.</p> <p>7. Sim, eles gostaram. Foi ótimo o trabalho que a gente faz.</p> <p>8. Com certeza! A gente sentiu que na hora de entrar, na hora de sair, a gente não via mais tanta bagunça de classe, empurração de criança um empurrando o outro e tal. Foi nesse sentido que a gente assim, percebeu.</p> <p>9. Abordagem, reação coletiva diversa.</p>

10. Sim, tão tomando como positiva, tão sempre aí com a gente.
11. A gente sempre tem uma devolutiva bem positiva a respeito.
12. Sim, uma senhora destacou que quando começou a ouvir a programação da rádio, como se fosse pra ela aquela fala.
13. Pessoas que eu sei que ouviram, elogiaram, gostaram muito.
14. Houve interação dos meninos na escola.
15. Sim, e falou, ó vocês que gostam desse conteúdo, eu sempre ouvi, sempre achei muito interessante.
16. Como é um programa de entrevistas, nós tivemos.
17. Aqui na escola, toda a comunidade escolar percebeu que as crianças, a partir dessas informações, e com relação à casos, principalmente um caso de violência *online*, né?
18. A gente até meio que se preocupou, porque a gente começou, daí, todo mundo, sabe? Da comunidade ali na rádio, foi bem. Até eu fiquei bem nervosa, preocupada, porque eu passei a ouvir, né?
19. Sim, na época, e a rádio continua uma reação positiva.
20. Quando eu cheguei à rádio da oficina ..., eu acredito que, através dessas mesas redondas que nós discutimos.
21. Sim, porque é um tema bom pra ser trabalhado, bom.
22. Sim, mas não de denúncia. Em se tratando de rádio, os ouvintes se sentem como co-locutores, né? Na verdade, eles fazem o programa com a gente.
23. Sim, inclusive, depois disso, acho que houve várias denúncias.
24. Sim, bastante! A resposta foi imediata. De tá fazendo essa divulgação na rádio.
25. Sim, a participação o *feedback* das ligações e entrevistas mesmo local. Durante algumas entrevistas, foram a importância que a rádio está fazendo o papel de cidadania.
26. A gente tem ouvintes que são cativos e ouvintes que associam o tema com as coisas que estão acontecendo.
27. Sim, a reação dos ouvintes foi positiva, com certeza.
28. Estavam acostumados a ver outro formato, às vezes, nas rádios comerciais, e aí tocar num assunto que costumeiramente não se toca.
29. Sim, quando nós trabalhamos com o *jingles* e rádio novela.
30. Eu não sabia a forma de denunciar quando eu tinha conhecimento de uma agressão.
31. Elogios por ter desenvolvido esse tipo de trabalho.
32. Já estavam sabendo de algum caso e me participaram.
33. Orienta muitas pessoas, com a criança e o adolescente.
34. Escola conseguiu ter mais calma.
35. Alunos estão sendo empoderados.
36. Respeito dentro do grupo de convivência uma melhora de praticamente 90%.
37. Ela se sentiu tocada. Ela voltou a criar um diálogo com a filha dela.
38. Um ouvinte me mandou pelo *whatsapp* da rádio.
39. Participações dos ouvintes.
40. Elas ficaram mais espertas.
41. Queria no *facebook* da rádio. Todo mundo queria contar e denunciar casos da vizinhança.
42. Relatos bem sérios. Assim, de toda a comunidade, tanto do pai, como de alunos que faziam contavam que escreviam os casos que via.
43. Vários ouvintes ligaram pra falar, pra parabenizar a iniciativa.
44. Até hoje, a gente encontra na rua, e o pessoal acha muito valioso.
45. No primeiro momento, estranharam um pouco.
46. Houveram várias denúncias até.

	<p>47. Colocados às pessoas ligaram e falam, comentam.</p> <p>48. A participação por telefone ficou mais intensa.</p> <p>49. Recebemos apoio.</p> <p>50. Oportunidade até deles se manifestarem.</p>
<p>4. Não incluiu o tema na programação.</p>	<p>1. Ainda não incluímos, mas faz parte do nosso trabalho. Acho que é importante a questão. Essa abordagem em relação à violência que é muito atual, né? É forte. É importante que a gente possa tá incluindo. Não tenha dúvidas disso.</p> <p>2. Não tivemos a oportunidade em abordar o tema, porque não foi criado o programa. Ficou só a programação musical mesmo. Mas assim foi um valor. Foi interessante fazer. Tinha um interesse de levar para a programação, mas aí, não foi concretizado.</p> <p>3. Olha! Eu não tive a oportunidade ainda de ver assim, a proposta fluir nas rádios.</p> <p>4. Nós ainda não incluímos, estamos alterando a nossa programação, inclusive esse assunto.</p> <p>5. Não, porque aí essa rádio comunitária, depois ela teve um problema: acabou a licitação dela. A permissão tinha terminado. Então, ela está voltando agora. É coisa de um mês, seis meses, mais ou menos pra ela voltar a funcionar. Então, ficou aguardando a autorização do Ministério pra poder continuar.</p> <p>6. Não, daí eu fiquei pouco tempo. Eu saí, não dei continuidade.</p> <p>7. Não, a rádio estava em processo de criação, em caráter experimental, funcionava um pouco por um tempo. A gente sempre testava, né? E não chegamos a concretizar com a criação da rádio, tanto que a gora ela tá parada.</p> <p>8. A gente conversou com os diretores da rádio. Nós tivemos algumas inserções. A gente não conseguiu incluir o <i>spot</i>, porque houve uma mudança de direção na rádio.</p>

Anexo 7 – Pergunta cinco

Pergunta 5 - Mudou alguma coisa na maneira do Sr./da Sra. tratar esse tema depois da oficina?	
Núcleos	Descrição
1. Mudança de práticas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Completamente! Na oficina eu me tornei um ser humano melhor. 2. O meu lado afetivo mudou muito. 3. Medida que você toma consciência, começa a trabalhar isso. 4. Mudou completamente. 5. Me tornei um ser humano melhor. 6. Melhorou o meu caráter. Realmente valeu a pena. 7. Eu tratava um pouco com preconceito, um pouco com receio. 8. Forma de ver algumas coisas que até então eu tinha outro olhar. 9. Percebi que a escuta é muito importante para a cultura de paz. 10. Eu acho que eu posso ser mais útil para a sociedade. 11. Hoje em dia, eu me coloco no lugar das pessoas. 12. Mudança no olhar. 13. Mudou o olhar em relação a isso. 14. Um outro olhar. 15. Não tinha o olhar voltado para esse assunto, 16. Olho com outros olhos. 17. É lógico, que com mais informação, a gente tenha um outro olhar. 18. O meu olhar para as crianças. 19. O meu olhar ficou bem mais aguçado nesse sentido. 20. Passou a ter uma abordagem diferente depois disso. 21. A gente começou a pensar melhor nos fatos. 22. A forma de se relacionar com essas questões. 23. Muita coisa que passava despercebido começou a perceber. 24. Perspectiva melhor pra trabalhar esse tema. 25. Observa tipo de comportamento. 26. Consegui enxergar o quão é importante esse assunto. 27. Novas perspectivas que até então não havia pensado. 28. Trabalhar mais com a perspectiva de que não só é programa de rádio. 29. Consegui me aproximar mais da galera que trabalhava comigo na rádio e dos ouvintes. 30. Aprendi a lidar de uma maneira diferente com esses adolescentes. 31. Ver que a violência ainda é muito grande. 32. A criança precisa ser protegida mesmo. 33. Entender minha função profissional nisso. 34. Responsabilidade maior. 35. A forma de atuar para além da própria profissão que exerce.

<p style="text-align: center;">2. Aquisição de conhecimentos</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mais informações. 2. As informações. 3. Com mais informação. 4. Acabou agregando assim, mais uma gama de informações. 5. Mais informações. 6. Com mais informação. 7. A gente ficou mais preparada. 8. Saber sobre o sistema de sistema público de saúde. 9. Meu conhecimento. 10. O meu conhecimento. 11. Aprofundamos conhecimento. 12. Conhecimento ficou melhor. 13. Aprofunda mais os assuntos. 14. Aprofundou no tema. 15. Acabou agregando assim, mais uma gama de informações. 16. Aprendemos coisas novas. 17. Esclarecedor nos aspectos, até de identificar as formas de violência. 18. A gente fica mais empoderada. 19. Mais apropriada com o tema. 20. Mudou os esclarecimentos sobre o tema. 21. Me qualifiquei mais como profissional. 22. Me atualizar, me conectar. 23. Mais propriedade pra lidar com o tema. 24. A obrigação de ampliar os conhecimentos. 25. Ajudou a se apropriar da temática. 26. Engradece bastante o conhecimento da gente. 27. Ajudou muito na elaboração do tema. 28. As formas de abordar, pesquisar. 29. Como abordar o tema. 30. Cuidado de selecionar os termos certos. 31. Ajudou a fortalecer. 32. Entender mais o que está acontecendo. 33. Ficou mais compreensível não tinha conhecimento. 34. Teve acréscimo no meu entendimento sobre a questão da violência contra crianças e adolescentes. 35. Mais esclarecido para poder abordar as orientações que a gente recebeu da oficina. 36. Começa a trabalhar com propriedade. 37. Entender a importância da rede de proteção. 38. Mais capacitado a gente consegue falar melhor o assunto. 39. A formação te deixa mais sensível manter na formação. 40. Visão mais aprofundada sobre o tema. 41. Falo com mais convicção. 42. Fala com mais propriedade.
--	--

	<p>43. Conseguiu falar melhor.</p> <p>44. Mudou, as formas de abordar. Pesquisar teve assim, mudanças.</p> <p>45. Me deu elementos para continuar produzindo matérias.</p> <p>46. Maneira como a notícia é passada.</p> <p>47. O que fez a diferença no meu caso foi o <i>Disque 100</i>.</p> <p>48. Com o material, fica mais empoderado.</p>
<p>3. Mobilização para atuação</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mudou sim, melhorou muito, porque hoje nós somos uma rede. 2. Ações e formações para professores. 3. Criou um canal de diálogo sobre o ECA e sobre violência, <i>bullying</i>. 4. O foco especial em cima do assunto. 5. Aproximaram-se mais os alunos comigo. 6. Entra em contato com o conselho tutelar para avisar. 7. Mais respaldo social em relação ao tema. 8. Inserção dos comunicadores. 9. Dá ênfase na questão do estupro. 10. A gente pode trabalhar na formação dos professores. 11. Facilitar o fluxo de informação para professores. 12. Aprendizagem dos alunos. 13. Conscientizar os ouvintes sobre a importância disso.

Anexo 8 – Pergunta seis – I

Pergunta 6 - Para o Sr./a Sra., quais são os pontos forte e pontos fracos dessa experiência?	
Núcleos	Pontos fortes
1. Aprimoramento dos conhecimentos	<ol style="list-style-type: none"> 1. O conhecimento. 2. Conhecimentos. 3. O conhecimento. 4. O conhecimento. 5. Aprofundamento. 6. O próprio conhecimento. 7. Conhecimento. 8. O conhecimento. 9. O conhecimento. 10. O conhecimento adquirido. 11. Os próprios conhecimentos. 12. Conhecer a realidade. 13. O conhecimento sobre o assunto. 14. Conversar sobre esse tema. 15. Riqueza tão grande de conhecimento. 16. Aprender sobre políticas públicas. 17. As informações. 18. Informações. 19. A informação. 20. O acesso a mais informações. 21. O aprendizado. 22. O aprendizado. 23. O conteúdo. 24. Acessos ao conteúdo. 25. A parte teórica. 26. O tema. 27. Aprendi muita coisa. 28. Aprender mais. 29. O que a gente aprendeu. 30. A própria discussão. 31. O tema da criança e do adolescente. 32. A escolha da temática. 33. O reconhecimento da infância. 34. A palestra e a parte prática. 35. Os números da violência. 36. Um olhar pra trabalhar na rádio. 37. Trabalhar um tema muito importante. 38. Tratar de um tema tão importante. 39. Aprendi coisas também que eu não sabia. 40. Forma dinâmica o conhecimento que a oficina.

	<p>41. Levar o tema para os profissionais das emissoras que são emissoras populares.</p> <p>42. A programação.</p> <p>43. A programação.</p> <p>44. Ficamos mergulhados mesmo na experiência.</p> <p>45. Discussões bem amplas.</p>
<p>2. Troca de experiências</p>	<p>1. A troca de experiência.</p> <p>2. Troca de experiências.</p> <p>3. Troca de experiência.</p> <p>4. Trocar experiência.</p> <p>5. A experiência.</p> <p>6. O compartilhamento.</p> <p>7. A própria experiência.</p> <p>8. A experiência.</p> <p>9. Interação com outros estados.</p> <p>10. Trocar experiência.</p> <p>11. Trocas de experiências.</p> <p>12. Trocar ideias.</p> <p>13. A experiência.</p> <p>14. Trocas de experiências.</p> <p>15. Troca de informação.</p> <p>16. Troca de informações.</p> <p>17. Trocas de informações.</p> <p>18. Compartilhar.</p> <p>19. Troca de informações.</p> <p>20. Trocar um pouco as informações.</p> <p>21. Momentos de interação.</p> <p>22. Interação.</p> <p>23. A participação.</p> <p>24. Reunir pessoas de diversas rádios.</p> <p>25. Ter pessoas de diferentes regiões.</p> <p>26. Unir o meu propósito ao de muitas outras pessoas.</p> <p>27. Reunir com profissionais de outros estados.</p> <p>28. Outras rádios que estavam presentes.</p> <p>29. Conheci pessoas maravilhosas.</p> <p>30. Ter reunido um recorte humano.</p> <p>31. Fazer ponte entre essas rádios comunitárias que trabalham essa perspectiva e cuidado com os mais carentes.</p> <p>32. Oportunidade de a gente ter uma relação, um diálogo com outras organizações.</p>
<p>3. Aspectos metodológicos</p>	<p>1. A forma como foi passado o assunto.</p> <p>2. Dinâmica muito boa.</p> <p>3. Propostas de trabalho.</p> <p>4. Estrutura da formação.</p> <p>5. Metodologia muito boa.</p> <p>6. Estratégias interessantes para contar com essa questão de violência.</p> <p>7. Forma muito mais leve, mas ao mesmo tempo, reflexiva.</p> <p>8. Forma lúdica.</p> <p>9. Bem dinâmico.</p>

	<ol style="list-style-type: none"> 10. Bem participativo. 11. Participativo e a criação. 12. Criar um produto. 13. O tempo foi bem aproveitado. 14. A didática do curso. 15. Consegue colocar numa linguagem acessível e agradável de ser escutado. 16. Produção do trabalho em grupo. 17. Podendo fazer gravações. 18. O trabalho. 19. A capacitação. 20. Receber material específico. 21. Material com qualidade. 22. Trabalho desse tira o medo das pessoas de denunciarem. 23. A esperança.
<p style="text-align: center;">4. Expertise dos facilitadores</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Capacidade dos formadores. 2. Os formadores. 3. Coordenação muito qualificada. 4. O entusiasmo das palestrantes. 5. A qualidade profissional. 6. O trabalho profissional qualificado. 7. A participação das pessoas que promoveram a oficina. 8. As facilitadoras são bastante atualizadas. 9. O trabalho das pedagogas. 10. Os próprios organizadores. 11. A presença de uma comunicadora. 12. Pessoas bastante capacitadas. 13. Interação entre as palestrantes. 14. O conteúdo atualizado.
<p style="text-align: center;">5. Mudança de visão sobre o tema</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Maneira nova de lidar com esse tema. 2. A mudança de visão. 3. Conhecer um trabalho novo. 4. Mudou a nossa representação social. 5. A própria abordagem da temática. 6. Sensibilizou os radialistas. 7. Abrir meu olhar como eu podia abordar isso na escola. 8. Poder fazer alguma coisa pela causa. 9. Cuidar dessa parte da sociedade. 10. Propor ações que levem a cultura de paz. 11. Conseguir transformar. 12. Ficamos empoderados.
<p style="text-align: center;">6. Papel do governo</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. O governo pode abrir um leque também pra mídia. 2. Iniciativa vinda do Ministério da Saúde. 3. Saber que o governo tá preocupado, né? com a prevenção. 4. O Ministério fazer o trabalho com linguagem específica utilizando nossa capacidade. 5. O Ministério se interessar pela discussão.

7. Manutenção da rede	<ol style="list-style-type: none"> 1. Grupo no <i>Facebook</i>. 2. Retorno dessa gravação. 3. O <i>Facebook</i> 4. Redes social <i>Facebook</i>. 5. Contato posteriormente em um grupo, uma comunidade na rede.
8. Logística e acolhimento	<ol style="list-style-type: none"> 1. As instalações. 2. Toda infraestrutura. 3. Bem organizado. 4. Acolhida. 5. O clima de convivência.
Pontos fracos	
1. Administração do tempo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Encontro foi curto. 2. O tempo é curto. 3. Foi muito rápido. 4. Tempo foi muito curto. 5. Foi só um final de semana. 6. Achei o encontro muito curtinho. 7. Pouco tempo pra muito assunto. 8. Espaço pequeno. 9. Seminário sábado o dia inteiro e um domingo meio dia. 10. Ter usado mais tempo para produzir mais peças. 11. Encontros são muito espaçados. 12. Pouco tempo pra discutir questões de direitos pela dinâmica do trabalho
2. Mobilização e logística	<ol style="list-style-type: none"> 1. A maioria masculino e muito machistas. 2. Radialistas preconceituosos e machistas. 3. Contato por meio do <i>e-mail</i>. Quem não ler <i>e-mail</i> todo dia ... 4. Muita gente que ficou de fora. 5. Não ter incluído o Ministério da Comunicação. 6. Avisado muito em cima da hora. 7. Porque foi longe a cidade. 8. A logística de mobilização. 9. Direcionamento maior na convocação da atividade para os rádios difusores comunitárias. 10. Muitos professores ligados à rádio-escola. 11. Pena que as pessoas assumiram o compromisso de ir, e não foram.
3. Estratégia de devolutiva	<ol style="list-style-type: none"> 1. Faltou receber o CD trabalho final. 2. Não recebemos mais o CD. 3. O CD que eu não recebi. 3. Não recebemos o material de volta. 5. Não envia os materiais. 6. Não ter depois um <i>feedback</i>. 7. A gente não retornou pra ver o que cada município fez. 8. Não teve uma continuidade.
4. Metodologia e conteúdo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Atividades são pouco recreativas. 2. A gente possa pensar mais em programas de rádio além de <i>spots</i>. 3. Dirigidas muito na visão biológica.

4. Não observou as variantes da formação social, cultural das regiões.
5. Não tiveram outros encontros.
6. Não se teve a oportunidade da gente ter um momento de troca de experiência.
7. Palestras muito cansativas.

Anexo 9 – Pergunta seis - II

Pergunta 6.1 - O que deveria ser modificado para melhorar a proposta? O/a Sr./Sra. teria alguma sugestão para a próxima oficina?	
Agrupamentos	Descrição intermediária
1. Sugestões de inclusão de novos temas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Através da rede da emissora. A página da emissora. De repente, vamos dizer assim ... uma <i>page</i> no <i>facebook</i>, na emissora. 2. Criar um elo também mais próximo dessas pessoas, para fortalecer essas redes, uma rede de comunicadores amigos da criança. 3. Como que as emissoras podem responder aos ouvintes? 4. Trabalhar com questões LGBT, diversidade sexual. 5. Ampliar mais o foco das questões de gêneros, das opções sexuais de pessoas, orientações, questão LGBT, dos quilombos, as questões dos indígenas. 6. Assuntos como adoção, famílias homoafetivo, diversidade sexual, diversidade de gêneros, raça, etnia, minorias, juventude negra, quilombola, indígena. 7. A questão de gênero. 8. Que abordasse os temas estupro, violência contra a mulher. 9. Combate da violência contra a mulher. 10. Um tema bem legal para se tratar seria a educação. 11. Se fosse trabalhado em outros meios como na educação, por exemplo. 12. Abordar a questão das drogas na faixa etária de crianças e adolescentes. 13. O tema da questão legal, principalmente do conselheiro tutelar nessa questão da primeira infância. 14. Mídia, criança e adolescente. 15. A gravidez, sobre jovens, mesmo. 16. Gravidez precoce. Esse tema específico, ele deve ser mais explorado. 17. Câncer do colo do útero que acomete muitas meninas, rejeição da vacina HPV contra o câncer do colo do útero. 18. O tema criança e adolescente com deficiência. 19. Poderia tratar a volta da democracia, questionar o que tem acontecido nesse país. 20. Essa questão da maioridade penal, pra gente ter condições de fazer uma <i>advocacy</i>, não na sociedade, mas inclusive nas casas legislativas. 21. Mais voltada para mostrar o que pode ser feito em termo de programa de inclusão. 22. Mais pra qualificação, seja profissional, envolvimento das famílias. 23. Trabalhar mais com programa de rádio, além dos <i>spots</i>. 24. Mais de imersão na questão técnica, na parte da produção de áudio, captação e edição, e eu acho que deveria haver uma ilha de edição. 25. Que seja menos voltada para visão biológica e mais voltada para mostrar o que pode ser feito em termo de programa de inclusão. 26. Voltar o tema mais para a atividade jornalística do que para atividades recreativas como aconteceu na última.
2. Sugestões de continuidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Que a temática continue fazendo parte do MS, que é um órgão também que tem que tá preocupado com políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes. 2. Que tenha continuidade nessa regularidade, abrindo a cabeça dos homens, guiando essa atuação dos radialistas. 3. Que ocorra o quanto antes, o mais rápido. 4. Que houvesse outro encontro. 5. O Ministério deveria ampliar mais esse curso, fazer a segunda etapa. 6. Trabalho prático dentro de uma comunidade ou de uma rádio. Um encontro lá numa comunidade com as pessoas. 7. Que houvesse uma preparação anterior. Se as pessoas já fossem minimamente com ideias, como subsídio para os temas. 8. Fosse colocado mais dias na semana. 9. Aproveitamento melhor do tempo ou aumento do tempo da oficina. 10. Que tivesse um tempo maior de oficina, pelo menos 3 dias, ou 4 dias. 11. Encurtar algumas palestras e envolver mais a plateia. 12. Fazer pra mais comunicadores de rádios comunitárias, as rádios comunitárias têm interesse em participar e são carentes na oportunidade. 13. Chamar mais pessoas de rádios comerciais. 14. Oficinas não só para rádios, mas principalmente pra <i>web</i>. 15. Depois da oficina, a gente teve pouca informação, pouca rede.
3. Sugestões de troca de experiências	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ver o que os caras fazem em outros estados, né? 2. Pra gente fazer trocas de experiências. 3. Reservar um momento para a troca de experiência. 4. ivesse um <i>stand</i> que cada um pudesse tá falando as suas experiências. 5. Com os mesmos radialistas, mas trazendo todos esses roteiros de entrevistas que nós estamos fazendo agora. 6. Comunicação para saber o que está sendo feito em cada estado. 7. Talvez de novo, fazer esse contato, pra poder tá trocando mais, tanto em relação a programa de rádio, quanto a <i>spots</i>.

	<p>8. Deveria ter mais oficina pra gente poder... trocar ideias, mais conhecimentos com as pessoas.</p> <p>9. Abrisse a oportunidade de fazer um fórum para discutir essas questões e um meio de uma avaliação melhor.</p> <p>10. Ter um espaço das pessoas falarem dessas experiências e, talvez, fazer um concurso da melhor produção de estado</p> <p>11. Pra gente levar, então, pra fazer trocas de experiências.</p>
4. Mudança de local da oficina	<p>1. Descentralizasse. Que, ao invés de Brasília, que viesse para Goiânia.</p> <p>2. Que acontecesse em São Paulo.</p> <p>3. Talvez um local mais central como São Paulo, por exemplo, talvez na capital.</p> <p>4. Se desse pra fazer pra Santa Maria, seria maravilha.</p> <p>5. Poderia acontecer mais regionalizado, né? Mais próximo para que não pudesse ficar distante da realidade.</p> <p>6. Uma oficina em Rondônia.</p> <p>7. Chamar pessoas de várias localidades, pois o Estado do Pará é muito grande.</p> <p>8. Se possível, fazermos em cada capital da região Centro-Oeste.</p>
5. Sugestão de envolver outros profissionais	<p>1. Convidar o pessoal da saúde para participar com a gente.</p> <p>2. Convidar o radialista e alguém da saúde do estado que possa fazer essa ponte.</p> <p>3. Mais profissionais da área de psicologia ou de psiquiatria pra poder orientar esses comunicadores ... uma forma mais didática de repassar isso pra frente.</p> <p>4. Que amplie, que não fique ..., tudo bem, ela é voltada pra radialistas, mas pelo menos que abra para educadores do ensino informal, educadores ambientais.</p> <p>5. Poderia ser aberto espaço para que jovens possam participar.</p> <p>6. Convidar mais pessoas que trabalham com a prevenção da violência.</p>
6. Sugestões Gerais	<p>1. Ter testemunho de crianças, adolescentes e pais que foram vítimas desse tipo de violência.</p> <p>2. Criar alguma proposta que estimule as rádios a participarem, veicularem as peças.</p> <p>3. O que fosse produzido pela oficina ..., que seja obrigatório que se transmita</p>
7. Sem sugestões	<p>1. Não, não tenho.</p> <p>2. Não.</p> <p>3. Não.</p> <p>4. Não.</p> <p>5. Não.</p>

Anexo 10 – Peças radiofônicas

Nº	NOME	TEMAS
1	ABC da educação	BULLYING - DISQUE 100 uma violência que machuca o corpo a mente e o coração denuncie qualquer tipo de violência contra cc e adolescente Disque 100
2	Criança protegida	BULLYING - VIOLENCIA ESCOLA Bullying Criança gorda, feia, cabelo de Bombрил e não que mais ir a escola- Denuncie ao Conselho Tutelar
3	Notificação de violências	CT - Notificação -Área da saúde precisa estar sempre alerta para notificar ao conselho Tutelar é compulsória
4	Mais cidadania	CT - DISQUE 100 Diante de violências contra crianças e adolescentes procure o Conselho Tutelar ou disque 100 - Cidadania
5	Mundo conectado - O Campeão	CT - Fala do isolamento familiar pela conectividade com o celular - Conselho Tutelar
6	Conselho Tutelar arrocha	CT - Notificação Conselho Tutelar Com essa turma pode contar, ela se chama Conselho Tutelar
7	E eu com isso?	CT - Violência familiar psicológica - criança na rua a responsabilidade também é sua -Você tem que cuidar e encaminhar para o Conselho Tutelar
8	Violência sexual	CT - Violência psicológica Marina vc está tão calada sem sorriso o silencio pode ser o grito de socorro de uma criança - Conselho Tutelar-
9	Marcas no corpo 2	CT- DISQUE 100 Violência família física/psicológica - faltando muito as aulas mudança de comportamento pai bate no filho A ESCOLA QUE DESCOBRIU A VIOLENCIA fique atenta aos sinais
10	Funk disk 100	DISQUE - 100 Disque sempre que a violência aparecer Disk 100
11	Olimpíadas 2016	DISQUE 100 - exploração sexual, física, psicológica
12	O Silêncio custa vidas	DISQUE 100 - O silêncio pode custar vidas de crianças e adolescentes - não se cale, denuncie a violência
13	Família proteção	DISQUE 100 - Abuso pelo tio - superação - família lugar de proteção - Disque 100
14	Ei, garoto!	DISQUE 100 - Abuso, exploração de crianças e adolescentes é crime - Pedofilia Disque 100
15	Violência sexual	DISQUE 100 - Assedio sexual - criança quilombolas - Basta de violência - Denuncie Disque 100
16	Denuncie Disque 100	DISQUE 100 - Choro sem motivo aparente, apatia, regresso de fases - procure saber -Não fique calado - Disque 100
17	Perigos virtuais	DISQUE 100 - COMPARTILHE ESSA IDEIA Violência internet/virtual o melhor amigo perigos virtuais, perigo reais
18	Conselho Tutelar	DISQUE 100 - CONSELHO TUTELAR é o ideal contra a violência de crianças e adolescentes - Denuncie - Disque 100
19	Futebol - Grito de alerta	DISQUE 100 - Copa do mundo 2014 - junto com um grito de gol também um grito de alerta Exploração sexual - mobilização pelo Disque 100
20	Enredo da cultura de paz	DISQUE 100 - Crianças e adolescente morrem por balas perdidas - não fique parado - Conduzindo o enredo da cultura de paz - Disque 100
21	Violência contra criança	DISQUE 100 - CT Violência contra crianças e adolescentes pode acontecer em casa - ajude a protege-los - Conselho Tutela - Disque 100
22	Um canto de amor e proteção	DISQUE 100 - Definição de violência - Denuncie - Disque 100
23	Denunciar é dever do cidadão	DISQUE 100 - denunciar é um dever do cidadão Violência contra crianças e adolescentes - Denuncie - Disque 100 Qual o seu papel observar e dizer , eu não tenho nada com isso
24	Cuidar é amar	DISQUE 100 - Denuncie - no radio é assim ninguém vê e todo mundo enxerga, na violência é assim todo mundo vê, mas poucos enxergam.
25	Olimpíadas da vida	DISQUE 100 - Denuncie a exploração sexual contra crianças e adolescente disque 100
26	Disque 100	DISQUE 100 - Denuncie a violência contra crianças e adolescentes - você pode ajudar
27	Disque 100	DISQUE 100 - Denuncie -Lei da maior idade em caso de violência não se cale
28	Marcas no corpo	DISQUE 100 - Denuncie qualquer tipo de violência - Maustratos - marcas no corpo
29	Vem! Disque 100	DISQUE 100 - Disque 100 denuncie a violência contra crianças e adolescente precisam desse bem

30	Sociedade consciente	DISQUE 100 - ECA Prevenção da violência - Violação de direitos - Disque 100
31	Já fui criança, 23 anos do eca	DISQUE 100 - ECA prevenção da violência contra crianças e adolescentes cortina musical
32	Exploração sexual	DISQUE 100 - Exploração sexual - Copa do mundo 2014 - o mundo tá de olho na bola, mas tem gente de olho em nossas crianças Denuncie - Disque 100
33	O campeão	DISQUE 100 - Exploração sexual VC TB PODE SER UM CAMPEAO CONTRA VIOLENCIA SEXUAL
34	Rede de proteção	DISQUE 100 - Faça parte da Rede de proteção Crianças e adolescentes não se prostituem, são exploradas - Denuncie - Disque 100
35	Atenção, família	DISQUE 100 - Importância do diálogo familiar - Prevenção - Rede social - Denuncie - Disque 100 cras e CT não se canse de flar as belas coisas. Exploração sexual Se eu não puder te ajudar vou procurar o Cras e Conselho tutelar
36	Infância interrompida/escravo de jó	DISQUE 100 - Música escravo de Jó - não fique em silêncio - Disque 100
37	Meu herói olimpico	DISQUE 100 - Os heróis estão na família - violência é crime - cuide do seu maior torcedor - Disque 100
38	Violência, não deixe para lá	DISQUE 100 - ou procure o CT da sua região Violência familiar física - Denuncie - Disque 100 - Conselho Tutelar . Deixe pra lá vc tem tudo a ver com isso
39	Cabecinha boa/ Poema	DISQUE 100 - Poema de Cecilia Meireles - violência contra criança não se cale - Disque 100
40	Trabalho forçado	DISQUE 100 - Trabalho doméstico - violência familiar física - Denuncie - Disque 100
41	Exploração do Trabalho Infantil	DISQUE 100 - Trabalho infantil é crime Sou já e trabalho na rua, infância roubada toda cr
42	Seja consciente	DISQUE 100 - Violência contra crianças e adolescentes - Denuncie a violência - Disque 100 Violência gera violência
43	Ciclo da violência	DISQUE 100 - Violência familiar - cena de violência pai bate na da mãe - violência no cotidiano pode fazer parte do futuro dela repetição Denuncie - Disque 100
44	Nas ondas disque 100	DISQUE 100 - Violência familiar - dados estatísticos violência causada pela família
45	Pedrinho: uma criança vitima de violência	DISQUE 100 - Violência familiar física - denuncie - MEU PAI ME BATE TODO DIA
46	Alô, galera	DISQUE 100 - Cultura de paz na escola - Violência na escola ta crescendo, não escreva apague essa ideia. Denuncie - Disque 100
47	Criança Feliz	DISQUE 100 - Violência familiar física- Disque 100
48	Arte e cultura para jovens de periferia	ECA - Arte e cultura - garantia de sujeitos - musica cultura de paz na periferia
49	O time dos direitos é goool!	ECA - CULTURA DE PAZ Direitos de crianças e adolescentes - Políticas públicas - Cultura de paz - trabalho infantil -Violência física , NEGLIGENCIA CRAS, TIME DAS POLITICAS PUBLICAS
50	Trabalho infantil	ECA - Direitos da criança - Trabalho infantil criança vende bala no sinal de transitio criança
51	Arre ECA	ECA - Estatuto da criança e adolescente - apresentação do estatuto - Rede para acabar com a violência
52	O ECA é cidadania	ECA - Estatuto da criança e adolescente não é lei para proteger bandido
53	Direitos sobre ondas	ECA - Garantia de direitos - promovendo a paz vinheta cantada cc e adol nos seu lado estamos nós
54	Cultura da paz	ECA - Garantia dos direitos de crianças e adolescentes - mobilização Cultura de paz violência não é sinal de força PROMOVENDO A CULTURA DE PAZ
55	Marque um gol contra a violência	ECA e CT - Violência infantil - ECA - Cumprimento Garantia de direitos de direitos
56	Faça sua parte acesso à comunicação	PRECONCEITO - ALIENAÇÃO o mundo tá estranho Violência na escola - preconceito o mundo muda quando muda você
57	Acesso a comunicação	PRECONCEITO - comunicação é canal - educação é nossa voz- protagonista preconceito tem cura Violência familiar psicológica
58	Zezé no carnaval	PRECONCEITO - Respeito as diferenças desde a infância
59	Olho vivo	PREVENÇÃO - ACIDENTES Proteção para evitar acidentes domésticos, negligência

60	Bêbado no carnaval	PREVENÇÃO - ALCOOL Nas ondas do rádio, navegue nessa ideia - Consumo excessivo de álcool é o maior vilão para disseminar a violência.
61	Lei menino Bernardo	PREVENÇÃO - Lei menino Bernardo VIOLENCIA Castigos físicos e tratamento humilhante - Lei 1310
62	Educar é ter paciência	PREVENÇÃO - NÃO BATER. Educação é ter paciência e saber ficar longe quando não é capaz de promover o diálogo Violência física - pensar para não bater - papo ao telefone. Me prendi no banheiro para não bater
63	Guri solto	PREVENÇÃO - Prevenir é responsabilidade de todos Comunidade em ação diminui a violência
64	Brasil nas ondas da paz	PREVENÇÃO -PACTO PELA VIDA PELA CULTURA DA PAZ Brasil de todos contra a violência - um pacto pela vida
65	Te liga rádio de pilha	REDE DE ATENÇÃO - Rede de proteção de crianças e adolescentes
66	A infância é prioridade	REDE DE ATENÇÃO - Direitos da criança, paz, saúde e educação.
67	E nós na rede	REDE DE ATENÇÃO - Faça parte da rede - atue na proteção de crianças e adolescentes
68	Bem-aventurado	RESPEITO - Ensina a criança o caminho que deve andar e ainda quando crescer não se desviará dele. Bem-aventurado o que respeita bem-aventurado o que ama.
69	Respeito	RESPEITO - não a violência, mais diálogo mais amor uma atitude que leva a dignidade. Mal-gravado
70	Direitos da criança	TRABALHO INFANTIL - Violência física violência não combina nem rima com educação Direitos de crianças e adolescentes - Violência
71	Violência no lar	VIOLENCIA - Falta de diálogo pai e filho - escute mais a criança e o adolescente assim como vc gosta de ouvir o radio analogia com o radio
72	Família é importante	VIOLENCIA - familiar/física - alcoolismo TODA CRIANÇA TEM DIREITO A VIDA FAMILIAR DIGNA - criança presencia violência
73	Violência nas palavras	VIOLENCIA - Homem não chora SEU FLORZOR, MULHERZINHA psicológica - a violência também pode estar nas palavras -
74	Mau exemplo	VIOLENCIA - Bons e maus exemplos são lição para a vida toda, mude suas atitudes- jogando lixo no chão, grosseria
75	A ilha	VIOLENCIA - CONVIVENCIA FAMILIAR - João Marcos mora numa ilha Isolamento em casa - amor e
76	Encontro fabuloso	VIOLENCIA - Criando um mundo de paz, saúde e amor
77	Corta, corta	VIOLENCIA - deixa de ser burro - psicológica no diálogo pai e filho
78	Programete – entrevista	VIOLENCIA - Exploração sexual - consequências da violência - como articular a rede Conselho Tutelar
79	Cuidado!!	VIOLENCIA - Exploração sexual de crianças e adolescentes é crime - A gente precisa tomar uma atitude contra isso.
80	Amar é escutar	VIOLENCIA - familiar física/psicológica - falta de diálogo pai e filho E BATE NO FILHO amar é escutar
81	Saber amar	VIOLENCIA - pais não briguem na frente dos filhos mãe vc é importante pra mim, saber amar a Paz começa no lar a Violência também está nas palavras psicológica
82	Um pedacinho de você	VIOLENCIA - Primeiros passos - sentimentos, maustratos Não se importa com o que eu vou sofrer. Eu sou um pedacinho de você
83	Matemática do amor	VIOLENCIA - psicologia a violência não é só física comida está pronta? De novo - discussão em família psicológica
84	Ame para ser amado	VIOLENCIA - psicológica - acorda preguiçoso levanta. Violência não é só agressão física: humilhação, falta de amor, carinho
85	Juventude	VIOLENCIA - Violência contra os jovens, álcool e outras drogas - conselho da juventude - responsabilidade de todos 82 jovens morrem pela violência
86	Campeão da vida	VIOLENCIA - Violência familiar física, correndo da policia, mas o atletismo me salvou - superação pelo esporte Zezinho pé de vento.
87	Palmas não educam/escravo de Jó	VIOLENCIA - Violência física - escravo de jó.
88	Educação das crianças	VIOLENCIA - Violência não educa- adote o diálogo colabore para a cultura de paz
89	Meu pai violento - o mau exemplo	VIOLENCIA - Violência psicológica Infância serena - Aprender com o exemplo -

